

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE LETRAS**

MARIA MARTA MARTINS

**INFÂNCIA EM DISCURSO:
MÍDIA, PODER, VERDADE E SUBJETIVIDADE**

**Goiânia
2010**

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Maria Marta Martins		
E-mail:	martaotim@yahoo.com.br		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor			
Agência de fomento:		Sigla:	
País:		UF:	
		CNPJ:	
Título:	Infância em discurso: mídia, poder, verdade e subjetividade		
Palavras-chave:	Michel Foucault, saber e poder, verdade, mídia, subjetividade e infância		
Título em outra língua:			
Palavras-chave em outra língua:			
Área de concentração:	Estudos Linguísticos		
Data defesa: (01/12/2011)			
Programa de Pós-Graduação:			
Orientador (a):			
E-mail:			
Co-orientador (a):*			
E-mail:			

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização?¹ total parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

Capítulos. Especifique: _____
 Outras restrições: _____

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O Sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Assinatura do (a) autor (a)

Data: ____ / ____ / ____

¹ Em caso de restrição, esta poderá ser mantida por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Todo resumo e metadados ficarão sempre disponibilizados.

MARIA MARTA MARTINS

**INFÂNCIA EM DISCURSO:
MÍDIA, PODER, VERDADE E SUBJETIVIDADE**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos Linguísticos e Literários da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do título de Mestre em Letras e Linguística.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Orientadora: Dra. Kátia Menezes de Sousa.

Goiânia
2010

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação na (CIP)
GPT/BC/UFG**

Martins, Maria Marta.
M386i Infância em discurso [manuscrito]: mídia, poder, verdade
e subjetividade / Maria Marta Martins. - 2010.
99 f. : il.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Kátia Menezes de Sousa
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Letras, 2010.

Bibliografia.

Inclui lista de figuras, abreviaturas, siglas e tabelas.

Apêndices.

1. Infância. 2. Discurso. 3. Mídia. 4. Poder. 5. Verdade. 6.
Subjetividade. I. Título.

CDU: 321.017-053.2

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

MARTINS, Maria Marta. *Infância em discurso: mídia, poder, verdade e subjetividade*. Goiânia: Faculdade de Letras/UFG, 2010. 99 fl. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Kátia Menezes de Sousa – UFG
Presidente da Banca

Prof^a Dra. Vanice Maria Oliveira Sargentini – UFSCar

Prof^o. Dr. Alexandre Ferreira da Costa – UFG

Defendida a Dissertação:

Conceito:

Em: / /2010

*À minha mãe, Glória
e ao meu filho, Raphael.*

AGRADECIMENTOS

Registro aqui meus sinceros agradecimentos aos que, de alguma maneira, contribuíram para que esta dissertação chegasse a termo. Agradeço à professora Dra. Kátia Menezes de Sousa, pela orientação amistosa e segura; às valiosas contribuições dadas pela banca de qualificação, composta pelos professores Dr. Agostinho Potenciano e Dr. Alexandre Costa; à banca de defesa, Dra. Vanice Sargentini e Dr. Alexandre Costa, por terem abdicado de seus árduos afazeres para atenderem ao meu convite; à Letícia, por dividir comigo a responsabilidade do trabalho de revisão e por ter dispensado tempo e boa vontade na seleção e aquisição dos itens de minha pesquisa bibliográfica; aos integrantes do grupo Trama, que nas acaloradas discussões me apontaram caminhos que sozinha não teria percorrido; ao Paulo Bentes, pela tradução do resumo; ao Paulo Hashimoto, pela prestimosidade em facilitar o alcance a determinados livros. E, finalmente, à minha família, pela compreensão de minha ausência, não rara, bem como pelo apoio e reconhecimento da relevância deste trabalho.

O homem, durante milênios, permaneceu o que era para Aristóteles: um animal vivo e, além disso, capaz de existência política; o homem moderno é um animal em cuja política, sua vida de ser vivo está em questão (FOUCAULT, 2007a, p.156).

Talvez, o mais evidente dos problemas filosóficos seja a questão do tempo presente e daquilo que somos neste exato momento. Talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos (FOUCAULT, 1995, p. 230).

RESUMO

Quem acompanha as informações veiculadas pela mídia pode facilmente perceber constantes mudanças em conceitos, sobretudo aqueles advindos de estudos científicos, que versam sobre os procedimentos adequados para a manutenção de uma boa saúde, bem como de uma vida longa e produtiva. Entretanto, no decurso dessas mudanças, algumas verdades que vigoraram em uma determinada época são não só silenciadas, como contraditas. É desse modo que, para Foucault, a noção de verdade não é estanque, acabada, mas se constrói e reconstrói de acordo com dados retirados da realidade discursiva no presente e está ligada a relações de poder e saber que circulam em determinada época. Discutindo hipóteses que nos ajudem a entender como certos enunciados ligados à verdade de uma época são colocados na ordem do discurso e, tempos depois, são apagados ao ponto de se tornarem impublicáveis, é que olhamos para o nosso objeto de análise: a infância e os cuidados que foram sendo agregados à existência da criança no mundo. Assim, neste estudo, objetivamos refletir sobre os mecanismos histórico-discursivos capazes de promover a emergência de determinados dizeres e, depois, o seu apagamento. Mais especificamente: entender como as relações entre saber e poder atuam na instauração das verdades de uma época, em relação ao sujeito criança; perceber as ações do biopoder sobre a infância, tendo em vista as contradições de uma população socialmente heterogênea como a brasileira; situar a mídia como colaboradora das tecnologias biopolíticas na regulamentação da população infantil. Para delinear o recorte que caracteriza esta pesquisa, cumpre considerar como primeiro princípio metodológico o arquivo, segundo a concepção de Foucault. Também em consonância com sua teoria, decidimos não fechar o *corpus* a uma única fonte de coleta de dados, mas eleger temas que, de um modo ou de outro, atravessam a existência da criança no mundo e no decorrer da história. É, pois, partindo desse pressuposto que selecionamos publicações da mídia impressa (anúncios publicitários, artigos, cartilhas informativas etc.) para proceder à análise, cujos resultados sinalizam para o fato de que a irrupção e o apagamento de enunciados socialmente produzidos ocorrem dentro de um movimento imposto pela articulação entre discurso e história. Tal movimento determina o que entra e o que sai da ordem do discurso e é provocado pela relação que envolve, por um lado, o poder e o saber na instauração de verdades provisórias, e por outro, a mídia globalizada como a maior propagadora dessas verdades.

Palavras-chave: Michel Foucault, saber e poder, verdade, mídia, subjetividade e infância.

ABSTRACT

Whoever keeps well informed by the media may easily notice the constant changes of concepts, especially the ones that come from scientific studies related to the correct procedures to keep healthy and have a long productive life. However, throughout these changes, there are some truths that not only fall in the course of time, but also become untrue. Therefore, based on the Foucault studies, we affirm that the conception of truth is not established permanently, but built and rebuilt according to data collected from current discursive reality, and also connected to power and knowledge relations that circulate in a given time. From this point, we are concerned in discussing, in this study, hypotheses which will help us to understand how certain statements connected to the truth of a specific time are inserted in the discourse order and, later on, discarded and not even published anymore. This way, we focus our analysis on childhood and childcare that were gradually acquired by the global society. This way, in this study, our aim is to make a reflection about the historical-discursive mechanism that can promote specific sayings and, later on, extinguish them. More specifically: to understand how knowledge and power can act in the establishment of the truths of a period, in relation to children.; to notice the biopower actions on the childhood, taking into consideration the contradictions of a socially heterogeneous population such as the Brazilian one; to situate the media as a contributor of the biopolitical technologies in the regulation of the children population. In order to trace the outline which characterizes this research, we need to consider the archive as the first methodological principle, according to the conception of Foucault. Moreover, in consonance with his theory, we chose not to set the corpus in only one data collection, but to set themes that, in one way or another, cross the existence of children in the world and in the course of History. Therefore, it was under this assumption that we selected media printed publications such as advertisements, articles, informational booklets and so on, in order to proceed with the analysis, which results show that the irruption and the extinction of statements socially produced occur within a movement imposed by the articulation between discourse and history. This movement determines what comes and goes in the discourse order, and it is caused by the relation that involves, in a way, the power and the knowledge in the establishment of temporary truth, and in another, the global media as the greatest propagator of these truths.

Keywords: Michel Foucault, knowledge and power, truth, media, subjectivity, childhood.

SUMÁRIO

Considerações iniciais.....	10
1. MÍDIA E PODER: DA INTERAÇÃO À GLOBALIZAÇÃO.....	15
1.1 Da civilização dos costumes.....	15
1.2 O nascimento da mídia.....	17
1.3 Público/ privado, publicidade/ visibilidade: uma revisão de conceitos.....	24
1.4 Comunicar é “poder” interagir.....	29
1.5 Globalizar é “poder” padronizar.....	31
2. PODER, SABER, VERDADE E SUBJETIVIDADE.....	37
2.1 Da constituição do sujeito.....	37
2.2 Do biopoder e da sociedade de controle.....	42
2.3 Como “poder” agir sobre os outros.....	45
2.4 Poder, saber e verdade.....	48
2.5 Do dispositivo: um esboço.....	51
3. DA INVENÇÃO DA INFÂNCIA À CONTEMPORANEIDADE: CONQUISTAS E INCERTEZAS.....	55
3.1 A Lei e a Ciência: saberes construindo subjetividades.....	55
3.1.1 A invenção da infância: uma imposição da Modernidade.....	58
3.1.2 Salvemos a infância agonizante!.....	64
3.1.3 Útero-máquina: uma gest(aç)ão calculista da vida.....	69
3.1.4 A saúde da criança brasileira.....	71
3.1.5 O trabalho infantil.....	83
Considerações finais.....	93
Referências.....	96

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A premissa da qual partimos para dar início à pesquisa, que ora desenvolvemos, foi a recorrência com que a imagem da criança é utilizada pela mídia em seus mais diversos segmentos. Podemos dizer que tal recorrência é reflexo da profusão de mecanismos e procedimentos de poder, de biopoder, que foram sendo desenvolvidos ao longo da história, visando garantir bem estar, saúde física e mental, isto é, qualidade de vida aos componentes da população infantil – fração representativa da sociedade de controle em que estamos imersos e que constitui nosso recorte metodológico. Os cuidados dispensados a esse segmento social emanam de várias áreas do conhecimento, dentre as quais optamos por destacar aquelas cujos saberes são respaldados pela voz de autoridade da Ciência e da Lei. Tendo isso em conta, é nosso intento refletir sobre o movimento discursivo que, historicamente, rodeia a existência da criança no mundo ocidental, promovendo a instituição de certas verdades e, depois, sua destituição. Partindo do pressuposto de que verdades são estabelecidas pela discursivização de certos enunciados, importa-nos entender, então, o processo que envolve a sua irrupção e o seu desaparecimento. Se pudéssemos resumir em uma pergunta as inquietações que nos movem a empreender esta investigação acerca da infância e, portanto, da criança, nos questionaríamos: quais foram as relações histórico-discursivas que possibilitaram, décadas atrás, a veiculação de certos enunciados hoje impublicáveis?

Ainda que o enunciado seja, segundo Michel Foucault (2007b, p. 98; grifo do autor), “uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles ‘fazem sentido’ ou não”, cumpre-nos salientar que a existência do signo ou o arranjo de palavras em forma de frases, proposições, ou outra sequência linguística, pode não assegurar a instauração de um enunciado. Para se realizar, o enunciado requer um referencial “que não é exatamente um fato, um estado de coisas, mas um princípio de diferenciação”; um sujeito que se traduz por “uma posição que pode ser ocupada, sob certas condições por indivíduos indiferentes”; um campo associado “que não é o contexto real da formulação [...] mas um domínio de coexistência para outros enunciados”; e, por fim, uma materialidade linguística “que não é apenas a substância ou o suporte da articulação, mas um *status*, regras de transcrição, possibilidades de uso ou reutilização” (FOUCAULT, 2007b, p. 130). O que estamos querendo dizer é que o espaço de emergência do enunciado transcende os limites do linguístico e entra em outro domínio de saber: o da história. Isso porque “desde a sua raiz ele se delinea em um

campo enunciativo [...] que lhe apresenta relações possíveis com o passado e lhe abre um futuro eventual”. Assim sendo, não há “enunciado livre, neutro e independente; mas sempre um enunciado fazendo parte de uma série ou de um conjunto, desempenhando um papel no meio dos outros, neles se apoiando e deles se distinguindo”. (FOUCAULT, 2007b, p. 111-112).

Partindo do pressuposto de que o enunciado é da ordem do signo e da ordem da história, é que nossa análise incide sobre enunciados efetivamente pronunciados, ou seja, parte de um conjunto de signos que, juntos, formam uma materialidade singular, e que, somente inseridos em certas condições sócio-históricas, constroem determinados sentidos. Se não vemos “alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar,” mas reconhecemos “na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos¹”, estamos lidando, metodologicamente, com o que Foucault (2007b, p.146) denomina arquivo. Para ele, esse termo não abrange o conjunto de textos e documentos que singularizam determinada cultura, nem se refere às instituições que, em uma sociedade, são responsáveis por registrar, preservar e disponibilizar certos discursos, ao contrário: trata-se da rede de relações discursivas que permitiu que vários dizeres fossem proferidos por muitas pessoas ao longo do tempo. Nas palavras de Foucault (2007b, p. 147), o arquivo é

a lei do que pode ser dito, o sistema que rege o aparecimento dos enunciados como acontecimentos singulares. Mas o arquivo é, também, o que faz com que todas as coisas ditas não se acumulem indefinidamente em uma massa amorfa, não se inscrevam tampouco em uma linearidade sem ruptura e não desapareçam ao simples acaso de acidentes externos, mas que se agrupem em figuras distintas, se componham umas com as outras segundo relações múltiplas, se mantenham ou se esfumem segundo regularidades específicas.

Como veremos adiante, o que conhecemos como infância – e o *status* que a criança adquiriu dentro da sociedade – nada mais é que uma construção discursiva processada ao longo da história, segundo os princípios de funcionamento do arquivo, ou seja, os elementos do arquivo permitem, por meio da relação entre enunciados historicamente proferidos, que os discursos acerca da infância façam sentido, hoje, para nós. Dessa maneira, podemos dizer que o arquivo “nunca é dado a *priori*” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1997, p. 167), mas, a exemplo do que ocorreu em nossa pesquisa, se constrói durante a

¹ Na visão de Foucault (2007 b), o acontecimento não é simplesmente um fato passível de descrição, mas abrange uma rede de relações que envolve os discursos, os poderes, as estratégias e as práticas que culminam na sua irrupção. Ele “não se confunde nem com a notícia, nem [...] com o acontecimento construído pelo historiador.

investigação, de acordo com o objeto discursivo de interesse do pesquisador e com os acontecimentos que circundaram e circundam tal objeto.

Já vínhamos lidando, há algum tempo, com a imagem da criança em anúncios publicados pela mídia impressa, com o intuito de verificar os efeitos de sentido que circundam esse segmento social na atualidade. Ao reunirmos material para análise, nos deparamos com um anúncio publicitário veiculado na década de 1960, pela revista *Seleções* e, na primeira visada, já percebemos tratar-se de anúncio antigo, pois o que estava ali enunciado parecia incoerente, absurdo até, com a subjetividade da criança como a concebemos: cercada de cuidados e atenção de toda a sociedade. Isso nos fez indagar sobre os acontecimentos que teriam levado à impossibilidade de publicação daquele anúncio. A partir de então, passamos a nos interessar por anúncios congêneres, bem como por outros materiais que denunciasses as práticas discursivas atuais acerca da infância. Nascia aí a questão que moveria a presente pesquisa e nos levaria a constituição do nosso arquivo. Longe de ser um conjunto de informações que, sobrepostas ao longo do tempo, serviram de fonte para uma seleção deliberada de dados capazes de dar coesão a uma história social da criança, o arquivo em questão “foi estabelecido a partir de uma organização própria, reunindo sentidos advindos de uma diversidade [...] de textos tomados a partir de” (SARGENTINI, 2004, p. 91) acontecimentos que produziram enunciados que, relacionados a outros enunciados, produziram a infância e o sujeito criança tal como conhecemos.

Outra escolha metodológica que fizemos foi a de manter o *corpus* de análise restrito a publicações da mídia impressa, ou passível de impressão, como conteúdos da internet. No sentido de proceder a uma análise à maneira de Foucault (2007b), esse *corpus* compõe-se de enunciados coletados na dispersão do arquivo e, por esse motivo, pareceu-nos adequado que sua delimitação não incidisse sobre uma única fonte de coleta, mas sobre temas específicos relacionados à infância – “A saúde da criança” e “O trabalho infantil” – que, de um modo ou de outro, são vulgarizados por diferentes mídias para o grande público, seja através de anúncios publicitários ou de outros gêneros do discurso. Em vez de falarmos do bem estar da criança como uma questão da história social – o que seria demasiadamente abrangente para as pretensões deste estudo – optamos por definir um recorte temático com o objetivo de, com a ajuda de trajetos temáticos, percebermos a efemeridade de certas verdades, tendo em vista as ações do biopoder sobre a população infantil. Assim, procuramos, para cada um dos temas, reunir “um conjunto de configurações textuais que, de um acontecimento ao

Ele é apreendido na consistência de enunciados que se entrecruzam em um momento dado” (GUILHAUMOU & MALDIDIÉ, 1997, p. 166).

outro” foi tirando a criança do anonimato até colocá-la nesse lugar de cuidado e proteção em que hoje se encontra. Cumpre ressaltar, no entanto, que todas as nossas considerações têm em conta que a análise de um trajeto temático “não se restringe aos limites da escrita, de um gênero, de uma série: ela reconstrói os caminhos daquilo que produz o acontecimento na linguagem” (GUILHAUMOU & MALDIDIER, 1997, p. 166). Os trajetos temáticos são, assim, “feixes de relações e de deslocamentos” que permitem que sejam visualizados “no interior da dispersão do arquivo, momentos de regularidade, de sistematicidades que – embora instáveis – permitem a inteligibilidade de certas escolhas temáticas num dado momento histórico” (GREGOLIN, 2007, p. 161).

Em um primeiro momento, pensando na influência exercida pela mídia na realidade das pessoas e considerando que a comunicação é, constitutivamente, uma forma de ação entre indivíduos, nosso intuito é perceber como os meios de comunicação, sobretudo depois de sua globalização, entraram na rotina das pessoas modificando seus hábitos, seus costumes, sua cultura, seu modo de existir no mundo, enfim. Para tanto, são considerados os acontecimentos histórico-discursivos que fomentaram o desenvolvimento das mídias, desde os seus rudimentos até a globalização que envolve nossa realidade atualmente. Ao lidarmos com o acontecimento discursivo, a questão que se coloca é: “como apareceu um determinado enunciado e não outro em seu lugar” (FOUCAULT, 2007b, 30)? Quais relações se estabeleceram para que a mídia se tornasse parceira irrestrita da tecnologia biopolítica em favor das ações do biopoder?

Partindo do pressuposto de que o movimento discursivo, inerente ao arquivo, faz irromper e apagar discursos e práticas, a partir de relações de poder que percorrem todas as instâncias da sociedade, é que, em um segundo momento, interessa-nos considerar, mesmo em linhas gerais, as transformações sofridas pelo exercício do poder a partir da Idade Moderna e a influência que o comportamento dos indivíduos sofreu em função dessas modificações. De que modo a tirania do poder soberano, provido da decisão sobre a vida e a morte dos súditos, foi cedendo lugar a uma nova tecnologia que, ao invés de “poder” matar, faz viver? Estamos falando do biopoder, cujas ações atravessam as relações sociais desde a chegada da Modernidade e vêm se aprimorando na mesma medida em que as tecnologias biopolíticas vão se tornando mais sofisticadas. Tendo o poder assumido outro modo de atuação, discutiremos como ele é capaz de recobrir as relações sociais contemporaneamente: os termos em que é exercido, as relações que estabelece com o saber e com a verdade e o modo como todos esses mecanismos entram na constituição de indivíduos em sujeitos.

Para um terceiro momento, consideramos a desigualdade sócio-econômica vigente em nossa realidade, posto que, muito provavelmente, as nuances assumidas pelo exercício do poder sobre a vida da população, que compõem cada extremo da pirâmide social brasileira, serão distintas. Nesse sentido, partiremos de anúncios publicitários veiculados pela revista *Seleções*, das décadas de 1950 e 1960, para levantar hipóteses que nos ajudem a compreender como certos enunciados e imagens puderam ser, naquela época, proferidos e, contemporaneamente, não o possam mais. Com o objetivo de obter respostas, ainda que provisórias, privilegiaremos uma busca por acontecimentos histórico-discursivos que concorreram para que a criança, tratada com indiferença no medievo, chegasse a ser alvo dos mais aprimorados cuidados, seja em relação à sua saúde física e mental, seja em relação às suas necessidades materiais. Em poucas palavras, é por meio das relações discursivas entre os enunciados que, ao longo da história, constituem indivíduos em objetos de conhecimento e sujeitos de uma identidade, que desejamos tecer algumas reflexões acerca do sujeito criança e dos cuidados direcionados à infância brasileira nos dias atuais.

1. MÍDIA E PODER: DA INTERAÇÃO À GLOBALIZAÇÃO

Informação, comunicação, mídias, eis as palavras de ordem do discurso na modernidade (CHARAUDEAU, 2006, p. 15).

[...] ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo (FOUCAULT, 2005a, p. 37).

1.1. Da civilização dos costumes

Considerando as peculiaridades de uma sociedade ocidental capitalista como a nossa, podemos dizer que o cidadão comum, mesmo sem perceber, age e se comporta guiado por certos procedimentos que, aceitos como adequados ao convívio social, colaboram para que as relações interpessoais tornem-se pacíficas e harmônicas. No entanto, por mais que a adoção de bons modos, gestos de cortesia, de gentileza e de polidez entre indivíduos pareça uma peculiaridade a eles inerente, não é o que podemos verificar em estudos realizados acerca dos padrões sociais de conduta ao longo do tempo: “o homem ocidental nem sempre se comportou da maneira que estamos acostumados a considerar como típica ou como sinal característico do homem ‘civilizado’” (ELIAS, 1994, p.13; grifo do autor). As normas mais elementares de comportamento social aparecem na história de forma lenta e gradativa e são fruto de um condicionamento provocado pelo contínuo fluxo de acontecimentos que desenhou a história das civilizações da maneira que ora conhecemos. Impelidas por tais eventos, as pessoas viram-se obrigadas a estabelecer certos acordos de convivência que, de tão bem acomodados em suas atitudes e em sua rotina, passaram a ser considerados próprios de sua natureza.

Tendo em vista que a nossa proposta de investigação envolve os cuidados com a infância e as formas de exercício de poder, pareceu-nos apropriado considerar, a título de ilustração, o manual de conduta *Da civilidade em crianças*, publicado por Erasmo de Rotterdam, em 1530. Isso porque, além de ter sido direcionado à criança, objeto de nossas reflexões, ele representa um marco bastante significativo do processo civilizador como um todo, trazendo em seu bojo rudimentos dos mecanismos atuais de controle de que nos fala Michel Foucault e sobre os quais discorreremos no próximo capítulo. Outro fato que tange ao manual, e que merece nossa atenção, refere-se à sua disseminação e aceitação que, com o advento da imprensa, foram potencializadas, que o digam suas mais de cento e trinta edições

até o século XVIII; suas imitações e sequências; sua edição em forma de catecismo; e sua adoção como livro-texto para a educação de meninos. É interessante observar que a surpreendente popularização alcançada pelo manual não foi fruto da chegada de uma grande novidade ou invenção, visto que, segundo Elias (1994), muitos dos preceitos comportamentais, contidos no tratado de 1530, tiveram como ponto de partida os mesmos padrões de conduta considerados aceitáveis na Idade Média. O que singulariza o manual de Erasmo, e os escritos humanistas em geral, não são propriamente as normas, mas a maneira com que elas são encaradas. Tendo o manual se constituído em um registro impresso, foi difundido para um grande número de pessoas, de maneira que suas prescrições passaram a marcar as classes sociais de prestígio e, portanto, a ser adotadas por muitos. A partir disso torna-se possível identificar a necessidade de o indivíduo sentir-se inserido na sociedade em que vive e, em função disso, moldar seu comportamento ao dos demais, enquadrando-se naquilo que Foucault denominaria norma¹.

A difusão de compêndios impressos, como o manual de Erasmo, sinaliza para a necessidade de serem estabelecidas certas regras de convivência condizentes com a nova realidade urbana trazida pelo advento da Modernidade. Dessa maneira, o registro tanto das formas de conduta vigentes, quanto da necessidade de adequação das mesmas, não partiu de uma compilação de livros, mas da própria observação de alguém que não está somente “passando adiante a tradição, não importando quantos escritos medievais e, acima de tudo, antigos possa ter absorvido, mas que observou tudo isso pessoalmente, que registra experiência” (ELIAS, 1994, p. 84). Se nos atentarmos às orientações do manual nos é possível fazer algumas inferências acerca da rotina da sociedade do século XVI, uma vez que traz em seu conteúdo “atitudes que perdemos, que alguns de nós chamaríamos de ‘bárbaras’ ou ‘incivilizadas’. Fala de muitas coisas que, desde então, se tornaram impúblicáveis e de muitas outras que são aceitas como naturais” (ELIAS, 1994, p. 69; grifos do autor). Apenas como ilustração seguem alguns trechos do manual de Erasmo que, de acordo com Elias (1994, p.135), “foram retirados da edição de Colônia, de 1530, que provavelmente já fora lançada com finalidades educativas”. Ei-los:

É indelicado cumprimentar alguém que esteja urinando ou defecando...

A pessoa bem educada sempre deve evitar expor, sem necessidade, as partes às quais a natureza atribuiu pudor. Se a necessidade a compele, isso deve ser feito com decência e reserva, mesmo que ninguém mais esteja presente. [...] Se produz vergonha mostrá-las aos olhos dos demais, ainda menos devem ser elas expostas pelo toque.

¹ A noção de “normalização”, segundo Foucault (2002), será discutida no próximo capítulo.

Prender a urina é prejudicial à saúde e urinar em segredo diz bem do pudor. Há aqueles que ensinam que o menino deve prender os gases, comprimindo-os no intestino. Mas não é conveniente, esforçando-se para parecer educado, contrair uma doença. Se for possível retirar-se do ambiente, que isto seja feito a sós. Mas, em caso contrário, de acordo com o antigo provérbio, que a tosse esconda o som. (ELIAS, 1994, p.136).

Questões dessa natureza, que no manual foram tratadas com seriedade, zelo e naturalidade, tornaram-se, tempos depois, sigilosas e sua discussão em sociedade, completamente descabida, o que nos indica que os limites do constrangimento ganhavam, então, um novo contorno. Assim, regras encontradas em diversos manuais de conduta, como o de Erasmo – entre diversos outros por ele inspirados –, materializam a vigilância que, inicialmente exercida por terceiros, se converte em auto-vigilância. É, pois, dessa maneira que “as atividades humanas mais animais são progressivamente excluídas do palco da vida comunal e investidas de sentimento de vergonha” (ELIAS, 1993, p. 193-194).

Visto que “a questão do comportamento estava, nessa ocasião, assumindo um novo caráter” e que o manual foi um dos veiculadores dessas mudanças (ELIAS, 1994, p. 91), não podemos deixar de destacar o relevante papel desempenhado pela imprensa em sua popularização. Mas esse é apenas um exemplo da influência da imprensa e, posteriormente, de outros segmentos da mídia que, cada vez com mais força, modificam o cotidiano das pessoas. Os resultados da profusão de mudanças trazidas pelo advento da Modernidade manifestaram-se de várias formas, estabelecendo novas configurações em diferentes setores da vida social, dentre os quais interessa-nos destacar, por força das escolhas temáticas que fizemos, o surgimento da impressão e os acontecimentos que desembocaram na invenção da infância. Isso porque a impressão de textos foi o ponto de partida para o desenvolvimento da indústria da mídia que hoje integra irremediavelmente nossa realidade, sendo, inclusive, a fonte de coleta do *corpus* a ser aqui analisado; e a invenção da infância, o início do caminho para chegarmos a ver a criança tal como a vemos: um sujeito passível de proteção e cuidados por parte de toda a sociedade.

1.2. O nascimento da mídia

A modesta produção das antigas e rudimentares máquinas impressoras já era capaz de exercer influência sobre o comportamento das pessoas, tendo sido o ponto de partida para a expansão sem precedentes dos veículos de comunicação e de difusão de informações que, por sua vez, fizeram da mídia globalizada uma regularidade que penetrou efetivamente na vida

social. Assim sendo, torna-se relevante conhecermos, ainda que em linhas gerais, certos acontecimentos históricos que criaram a necessidade de que os textos impressos fossem produzidos e popularizados. O período de transição da Idade Média para Idade Moderna parece-nos um bom ponto de partida, pois, nessa época iniciou-se uma grande transformação que alteraria a realidade do homem ocidental: a economia feudal, predominantemente agrícola, de subsistência, que prendia o homem à terra, foi sendo, de modo paulatino, substituída por um “novo sistema capitalista de produção e de intercâmbio” (THOMPSON, 1998, p. 47). A partir do século XI já era possível perceber certa proliferação das relações comerciais, bem como um discreto, mas significativo, desenvolvimento da urbanização. Acompanhando tal movimento, os então modestos comerciantes viram-se diante da possibilidade de reunir capital suficiente para investir no próprio comércio ou na produção de bens. Nos termos de Thompson, (1998, p. 50), “um novo tipo de relações econômicas começou a emergir, primeiramente nas vilas e cidades e posteriormente também no campo, envolvendo o sempre crescente uso da moeda e das redes de troca”.

As relações comerciais que envolviam a produção e a troca de mercadorias, iniciadas na Europa Medieval, desenvolveram-se de tal forma que, em meados do século XV, já estava organizado um sistema capitalista em que

mais e mais indivíduos foram acumulando capital e usando-o no melhoramento dos meios de produção e no aumento das mercadorias produzidas; mais e mais trabalhadores foram sendo assalariados; os produtos finais foram sendo vendidos a preços que superavam os custos da produção, permitindo aos capitalistas a geração de lucro que era apropriado privadamente e, em alguns casos, reinvestido na própria produção (THOMPSON, 1998, p. 50).

No final do século XVII, o modo de produção capitalista, que era, então, uma realidade nos principais centros urbanos e comerciais da Europa do século XVI, expandiu-se ainda mais, visto que o intercâmbio comercial passou a ligar todas as partes do mundo aos polos comerciais europeus que foram convertidos em verdadeiros “centros de acumulação de capital e de poder econômico dentro de uma rede de relações comerciais de alcance verdadeiramente global” (THOMPSON, 1998, p. 50). Contudo, foi com a Revolução Industrial, que data da segunda metade do século XVIII e primeira do XIX, que as grandes empresas, investindo capital e aderindo a novos procedimentos de ordem tecnológica, financeira e humana, potencializaram sua capacidade e passaram a produzir em larga escala.

Mesmo tenhamos a expansão comercial e o desenvolvimento da indústria capitalista como marco de transição entre o medieval e o moderno, os acontecimentos que

envolvem a chegada da Modernidade estão inseridos em um universo muito mais complexo dentro do qual podemos destacar a mudança na relação entre tempo e espaço. Na vida cotidiana medieval, o deslocamento das pessoas independia de sua posição na pirâmide social. O tempo e o desgaste demandados para cumprir um trajeto eram os mesmos, ainda que os nobres pudessem viajar com mais conforto que seus servos. Com a invenção do vapor e do motor a explosão, essa situação mudou e o transporte deixou de depender exclusivamente de homens e animais, criando, para alguns, o privilégio de poder percorrer um mesmo percurso mais rapidamente que outros. Diante da possibilidade de se ganhar tempo, as disputas territoriais, que já haviam se colocado entre as nações empreendedoras das grandes navegações, se acirraram ainda mais: quem conseguisse maior supremacia do tempo e em relação ao espaço e “viajasse mais depressa podia reivindicar mais território” (BAUMAN, 2001, p. 130).

Podemos dizer, assim, que Modernidade nasceu à luz desse movimento de aceleração do tempo e “nessa corrida, a expansão espacial era o nome do jogo e o espaço seu objetivo; o espaço era o valor, o tempo, a ferramenta”, conforme Zygmunt Bauman (2001, p.131). Nessa fase, por ele denominada “modernidade pesada”, preponderou o macro, isto é, as grandes navegações, as grandes fábricas, as vigorosas locomotivas e as enormes embarcações. Entretanto, o advento da modernidade pesada expressa apenas o início da separação entre tempo e espaço. Com a chegada da globalização da comunicação do “capitalismo de *software*”, a modernidade se tornou “leve” e o espaço, irrelevante (BAUMAN, 2001, p. 135). Na seção em que discorreremos mais detidamente sobre a globalização teremos lugar para discutir como “a quase-instantaneidade do tempo do *software* anuncia a desvalorização do espaço” (BAUMAN, 2001, p. 136).

Acompanhando o movimento de expansão econômica, anuncia-se também uma reconfiguração política na Europa Medieval: as unidades políticas que eram muito numerosas, de variadas extensões e influência, tenderam a um agrupamento de onde se originariam os Estados Nacionais. Ao ocuparem espaços claramente definidos, os então chamados estados-nações passaram a reclamar soberania sobre seu território, a conquistar um sistema centralizado de administração e de tributação, além de desenvolver estratégias de guerra. A preocupação dos líderes de cada território com sua capacitação para situações de guerra torna-se legítima porque, ao controlarem cada vez mais o poder militar, os estados-nações poderiam reivindicar o monopólio e a legitimação do uso da força dentro de seus limites territoriais: conquistavam maior autonomia, tanto política quanto econômica, “os estados com recursos

para manter seus exércitos em condições de guerra por maiores períodos de tempo” (THOMPSON, 1998, p. 51).

A preparação da guerra, contudo, não visava apenas à defesa ou prevenção contra algum ataque externo, mas também ao controle de possíveis revoltas internas. Tais revoltas eram comuns pelo fato de que, por um lado, todos os recursos de que o governo se servia para o exercício do poder – equipamentos, capital e até mesmo material humano – eram provenientes das parcelas subjugadas da população, que não os outorgava passivamente; por outro, as autoridades políticas idealizaram, organizaram e efetivaram um sistema de tributação, cujo funcionamento era respaldado pelo uso da força, caso necessário. Mesmo que a emancipação dos estados-nações tenha se processado de forma contínua, a conversão das unidades medievais em Estados Nacionais autônomos, no que diz respeito às suas instituições soberanas e à definição clara de seus limites geográficos, “foi um processo hesitante que viria relativamente tarde na história (não antes de meados do século XX em muitos casos) e que seria uma fonte endêmica de tensão e de conflito no mundo moderno” (THOMPSON, 1998, p. 51).

Ainda que as mudanças de cunho econômico e político tenham sido importantes fatores para a constituição dos Estados Nacionais, na Europa e em outros lugares do mundo, não foram os únicos. Nas palavras de Thompson (1998, p. 52), esses acontecimentos foram entremeados “de muitas e complexas maneiras com a criação de símbolos e sentimentos de identidade nacional”. Por relacionar-se a direitos, deveres, tradições e sentimentos de pertença, de que comungam um determinado grupo em relação à sua pátria, a identidade nacional, uma vez inculcada no corpo social, passou a ser aliada dos gestores nacionais: consolidado o nacionalismo, o surgimento de movimentos separatistas seria minimizado e a mobilização de forças militares para fins de combate, facilitada. Vale ressaltar, todavia, que o senso de coletividade que caracteriza o sentimento de identidade nacional e, antes, a formação das línguas nacionais,² foram resultado do conjunto de mudanças trazido pelo advento da Modernidade e responsável por alterar a organização social do poder simbólico. Se pudéssemos isolar três dos mais significativos fatores que promoveram tal alteração, citaríamos, em uma espécie de efeito dominó, a quebra da hegemonia religiosa, a

² Mais adiante, dedicaremos algumas linhas ao processo de formação das línguas nacionais. Em primeiro lugar, por sua relevância na instauração do sentimento de identidade nacional. Em segundo, e, particularmente, por ser o enfoque de nossa análise fundamentalmente linguístico: é a língua, em sua materialidade, a veiculadora dos efeitos de sentido que emanam dos enunciados que cercam nosso objeto de análise.

disseminação do conhecimento e a expansão dos meios de comunicação responsáveis por difundir, ao grande público, uma maior variedade de ideias e símbolos.

O processo de consolidação dos Estados Nacionais custou à Igreja Católica a fragmentação de sua hegemonia, uma vez que era detentora do monopólio “da produção e da difusão dos símbolos religiosos e da inculcação da crença religiosa” (THOMPSON, 1998, p. 53). De um lado, os Estados Nacionais, uma vez independentes, criaram seus próprios mecanismos de administração, de outro, o protestantismo trouxe uma “pluralidade de seitas que reivindicavam estilos de vida distintos e caminhos alternativos de acesso à verdade das Escrituras” (THOMPSON, 2004, p. 53). Tal fragilização do poder religioso, por seu turno, desencadeou o início do processo de democratização do conhecimento que, até então, era privilégio dos clérigos. Em consequência disso, o saber científico iniciou um processo gradual de desenvolvimento bastante significativo e, de forma análoga, a educação também foi ganhando terreno fora dos domínios da Igreja. Dessa forma, “as escolas e universidades se tornaram cada vez mais aptas para a transmissão de uma série de habilidades e formas de conhecimento entre as quais o conhecimento da escrita era apenas uma parte”, uma significativa parte. (THOMPSON, 2004, p. 53). Nos primórdios da Modernidade, a popularização da educação formal foi bastante rudimentar, restringindo-se praticamente à jovem elite burguesa urbana, ao passo que os menos favorecidos e os residentes na zona rural permaneciam na escuridão do analfabetismo. Foi somente no século XIX que os sistemas de educação puderam abranger um maior número de estados europeus e fornecer “uma série de estruturas nacionais de transmissão de noções e habilidades básicas como a alfabetização na língua padrão da nação” (THOMPSON, 1998, p. 53).

Outro fator responsável pela reconfiguração social do poder simbólico – embora pouco discutido, segundo Thompson (1998) – surgiu ainda na segunda metade do século XV e trata-se do advento da impressão, da preponderância de textos impressos em relação aos manuscritos, bem como da sua expansão em toda a Europa e do inevitável desenvolvimento das indústrias da mídia. Por ter sido alvo do interesse, sobretudo de empresas ligadas ao comércio, o “desenvolvimento das primeiras máquinas impressoras foi [...] parte e parcela do crescimento da economia capitalista do fim da Idade Média e início da Europa Moderna” (THOMPSON, 1998, p. 54). Se até então as instituições políticas dos estados emergentes e as instituições religiosas representavam o centro do poder simbólico, a tecnologia da impressão, ao mercantilizar formas simbólicas, marca o aparecimento de novas organizações que também passam a lidar com essas modalidades de poder. A partir de seu perfil inevitavelmente ligado a organizações comerciais capitalistas, as tipografias passaram, paulatinamente, a ceder

espaço para encontros entre eruditos, intelectuais e mesmo entre clérigos, criando outras “redes de poder simbólico que se baseavam principalmente nos princípios da produção mercantil, e que eram, por isso mesmo, relativamente independentes do poder político e simbólico controlados pela Igreja e pelo estado” (THOMPSON, 1998, p. 57).

Mesmo que a Igreja Católica tenha inicialmente sido uma colaboradora dos avanços tipográficos, encomendando a impressão de trabalhos teológicos e litúrgicos, ou até introduzindo impressores no ambiente religioso, ela não pôde gerir, como fazia com os manuscritos medievais, as atividades dos impressores e livreiros, dado o crescimento, vertiginoso para a época, das empresas que trabalhavam com reprodução e divulgação de textos impressos. Muitas foram, nos séculos XV e XVI, as tentativas por parte da Igreja, de frear a circulação de materiais impressos considerados perniciosos ou indesejáveis, no entanto, “os editores sempre encontravam meios de burlar os censores, e os livros banidos numa cidade ou região eram editados numa outra e contrabandeados por comerciantes e mascates” (THOMPSON, 1998, p. 57). Uma boa exemplificação da dificuldade encontrada pela Igreja, em controlar a divulgação de textos impressos, é a Reforma, cuja concretização partiu da disseminação das ideias de Lutero que foram traduzidas para as línguas vernáculas, do mesmo modo que outras publicações produzidas originalmente em latim.

Embora a língua latina tenha se mantido em uso por estudiosos, diplomatas e pela Igreja Católica por algum tempo, fato é que, segundo Thompson (1998, p. 60), “em fins do século XVII, em muitos contextos lingüísticos e na maior parte da Europa o latim foi cedendo a uma variedade de línguas vernáculas nacionais”. Isso é o que podemos perceber com a difusão, no século XVI, de línguas como alemão, francês e inglês, cujo crescente uso “estimulou iniciativas para torná-las mais uniformes. Muitos dicionários e gramáticas foram produzidos tendo em vista a padronização da grafia, do vocabulário e da gramática”. (THOMPSON, 1998, p. 60). A preponderância das línguas vernáculas em relação ao latim foi de grande relevância para o desenvolvimento e consolidação dos Estados Nacionais, já que impeliram as autoridades políticas a favorecer a “unificação lingüística, adotando uma língua particular como idioma oficial do estado” (THOMPSON, 1998, p. 61).

Não se restringindo apenas ao âmbito político, a formação das línguas nacionais também serviu aos interesses da burguesia, uma nova classe dominante que surgia e que viria a impulsionar o desenvolvimento econômico dos estados modernos, reconfigurando as relações comerciais até então existentes.

As ideologias feudais supunham a existência material de uma barreira lingüística separando aqueles que, por sua condição social, eram os únicos capazes de ouvirem

claramente o que devia ser dito, e a massa de todos os outros, considerados ineptos para se comunicarem realmente entre si, e a quem os primeiros só se dirigiam com a tagarelice retórica da religião e do poder (GADET & PÊCHEUX, 2004, p.36-37).

Entretanto, o rigor hierárquico que marcou as manifestações lingüísticas, durante a Idade Média, transformou-se, com a ascensão da burguesia, em uma arena de confronto das diferenças: no lugar de manter a política de afastamento que se empenhava em preservar separadas ordens lingüísticas socialmente diferentes, “a classe dominante burguesa desenvolve procedimentos de interpenetração com classes dominadas” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 36). As revoluções burguesas objetivavam a universalização das relações jurídicas na medida em que era universalizada a “circulação de dinheiro, das mercadorias... e dos trabalhadores ‘livres’” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 37; grifo do autor). Para que os sujeitos se convertessem em cidadãos seria necessário que se libertassem de suas peculiaridades históricas – sua cultura original, incluindo costumes, suas crenças ancestrais, seus conceitos, preconceitos e sua língua materna – em favor de uma língua nacional que passavam a utilizar legalmente e por meio da qual eram alfabetizados.

Foi sob a máscara da homogeneidade lingüística que a burguesia se aliou ao povo para aniquilar a antiga ordem feudal e, gradativamente, estabelecer a sua, pois enquanto anunciava “o ideal de igualdade diante da língua, como uma das condições efetivas da liberdade dos cidadãos” também organizava “uma desigualdade real, estruturalmente reproduzida por uma divisão política no ensino da gramática” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 37): o ensino de línguas na Europa, do francês, por exemplo, fundamentou-se no “modelo do latim, reservando a experiência do bilinguismo à classe dominante e fornecendo às massas uma gramática simplificada e truncada, baseada na lógica da frase simples” (GADET & PÊCHEUX, 2004, p. 39). Longe de terem promovido uma menor disparidade sócio econômica entre os cidadãos, a ascensão da burguesia e, por conseguinte, os mecanismos criados por ela para promover uma suposta igualdade lingüística, serviram para justificar um movimento que tão somente transferiu a hegemonia sócio econômica da Igreja para a burguesia.

Essa nova ordem contribuiu, entre outras coisas, para uma reconfiguração do espaço de interação social que, com o advento da Modernidade deixou de se restringir ao domínio público, como acontecia nos feudos, dando lugar à criação de ambientes privados. Como veremos na próxima seção, não houve uma substituição dos espaços públicos pelos privados: o que ocorreu foi a constituição de uma nova esfera pública, que passou a coexistir com os domínios privados que surgiam. Dentre os ambientes privados, que foram demarcados

nessa época, interessa-nos destacar o ambiente familiar, cuja delimitação fez-se decisiva para a “invenção” da infância e, conseqüentemente, para a constituição de suas necessidades. Continua sendo esse o ambiente em que a criança busca subsídios para se reconhecer como sujeito de uma identidade. Nesse processo de constituição, não podemos deixar de destacar o papel da mídia que passou a ter presença constante na rotina dos pequenos. Um dos motivos que levaram a esse quadro foram as demandas capitalistas impostas aos pais que, na maior parte dos casos, não acompanham, de corpo presente, o desenvolvimento físico, psicológico e moral dos filhos. Sem a presença da mãe, que com a emancipação feminina, deixou de cumprir as atribuições que lhe eram conferidas pela sociedade patriarcal, a criança fica “livre” para acessar os conteúdos que têm à disposição em aparatos comunicacionais, com a internet e a TV. Se “vivemos em um mundo de transformações que afetam quase todos os aspectos do que fazemos”, como afirma Giddens (2000, p.17), é de se esperar que a família tradicional também seja redesenhada. Embora a globalização seja, como veremos, a grande responsável pela consolidação do capitalismo, ela altera não apenas os grandes sistemas econômicos, mas também os aspectos da nossa intimidade familiar. Sobre a influência da mídia no processo de constituição do sujeito criança, discorreremos mais demoradamente no último capítulo deste estudo.

1.3. Público/ privado, publicidade/ visibilidade: uma revisão de conceitos

Retomando a Idade Média e os acontecimentos que contribuíram para o desenvolvimento da empresa midiática, cumpre a salientar a relevância do advento da impressão, não só para a difusão do protestantismo e para fragilização da doutrina católica, mas também para o enriquecimento geral da cultura européia moderna. Ainda que as primeiras publicações fossem predominantemente de cunho religioso, os clássicos da literatura Antiga de Virgílio, Ovídio, Cícero e outros tiveram sua edição repetida várias vezes. Segundo Thompson (1998, p. 59), “a imprensa também tornou mais fácil acumular e difundir dados sobre os mundos natural e social”, visto que promoveu uma maior vulgarização das ciências ao editar textos acadêmicos em áreas do conhecimento, como medicina, anatomia, botânica, geografia etc. Um tipo de publicação bastante vendido por essas primeiras editoras foram obras de ciência popular, almanaques e manuais. Estes últimos traziam “orientações para uma vasta gama de atividades, desde boas maneiras, comportamento moral e oratória, a métodos de práticas comerciais” (THOMPSON, 1998, p. 59). No que concerne às boas maneiras, podemos nos referir ao *De Civilitate Morum Puerilium*, de Erasmo, anteriormente

considerado. Assim, com a imprensa atuando nas relações sociais do mundo moderno, foi possível conhecer vários tipos “de publicações periódicas que relatavam eventos e transmitiam informações de caráter político e comercial” (THOMPSON, 1998, p. 63), dando origem ao chamado comércio de notícias, cujas primeiras publicações periódicas datam ainda do século XVI.

O surgimento dos jornais impressos é, assim, um dos mais importantes sinalizadores de que a transição pela qual passava a sociedade, de fato reconfigurava a maneira de as coisas e as pessoas atuarem no mundo ocidental. Com o avanço do capitalismo no século XVI, associado às mudanças sócio políticas então experimentadas, foi criado, como vimos, um novo modelo de esfera pública, consequência da privatização da economia que trouxe consigo uma grande inquietação das autoridades políticas que, antes, se ocupavam da vida palaciana coletiva, e que, agora, viam-se diante da empreitada de controlar todo um sistema estatal que envolvia legalmente “esferas de jurisdição e um monopólio sobre o uso legítimo da violência” (THOMPSON, 1998, p. 68). Desse modo, esboça-se um domínio privado que passa a nortear tanto as relações econômicas em expansão, que a essa altura já independem do Estado, quanto a intimidade das relações pessoais, que cada vez mais se desvinculavam das atividades comerciais. Dessa maneira,

entre o domínio da autoridade pública ou o estado, de um lado, e o domínio privado da sociedade civil e das relações sociais, de outro, surgiu uma nova esfera de ‘público’: a esfera pública burguesa que consistia de indivíduos que se reuniam privadamente para debater entre si as normas da sociedade civil e da condução do estado (THOMPSON, 1998, p. 68; grifo do autor).

Assiste-se, assim, a uma nova arena de debates públicos que conta com a proliferação, por toda a Europa, de centros de socialização, como salões e cafés, que passaram a ser ponto de encontro de discussão das elites e da nobreza. Dessa maneira “muitos dos novos periódicos se interligavam estreitamente com a vida dos cafés, uma vez que eram lidos e debatidos por indivíduos que lá se juntavam para discutir as questões do dia” (THOMPSON, 1998, p. 68). Mas, a instauração de ambientes privados de interação é apenas um entre os vários acontecimentos que, com a expansão do capitalismo e, portanto, com o desenvolvimento dos meios de comunicação, afetaram os padrões tradicionais das relações sociais.

Para termos uma ideia dessa influência, vale salientar que, durante um longo tempo, na história humana, as trocas simbólicas e outros tipos de interação foram realizadas face a face, dentro de um espaço físico compartilhado. De acordo com Thompson (1998), a transmissão de conhecimentos, bem como das tradições culturais, era feita oralmente, de

geração para geração, por meio do relato de histórias. Nesses termos, a publicidade de um determinado evento condicionava-se ao ambiente em que ele acontecia, bem como a certo número de espectadores que presenciassem sua realização. Tratava-se de “uma publicidade que implicava visão e audição, aparência visual e palavra falada” (THOMPSON, 2004, p. 114). Todavia, ao promoverem, a partir do século XV, o aprimoramento de técnicas de transmissão de informação entre as pessoas, os meios de comunicação criaram – e ainda criam – formas inéditas de interações sociais marcadas por uma nova relação entre visibilidade e publicidade. Isso foi uma das consequências da flexibilização do tempo, a que já nos referimos: “o tempo adquire história, uma vez que a velocidade do movimento através do espaço [...] se torna uma questão do engenho, da imaginação e da capacidade humana” (BAUMAN, 2001, p. 16).

Dessa forma, as condições necessárias para que um acontecimento seja considerado público sofrem um deslocamento capaz de permitir que as pessoas interajam sem partilhar o mesmo ambiente. No dizer de Thompson (1998, p. 78), os indivíduos têm condições de dirigir “suas ações para outros, dispersos no espaço e no tempo, como também responderem a ações e acontecimentos ocorridos em ambientes distantes”. Assim, a partir de “um novo conceito de publicidade [...] capaz de criar uma esfera pública mediática, na qual as diferentes condições e necessidades podem se manifestar e ser discutidas” (AVRITZER, 1998, p. 8), foi inaugurada a ideia de mediação. Em contraste com a interação face a face, Thompson (1998, p. 79) apresenta-nos, de um lado, a “interação mediada” que apresenta sua viabilidade associada ao emprego de um meio técnico – papel, fios elétricos, ondas eletromagnéticas etc. – na “transmissão de informação e conteúdo simbólico para indivíduos situados remotamente no espaço, no tempo, ou em ambos”; de outro, a denominada “quase-interação mediada”, que concerne às relações sociais estabelecidas pelos meios de comunicação de massa – livros, jornais, rádio, televisão, internet etc.

Fazendo um paralelo entre os três tipos de interação acima mencionados, vemos que, nas interações face a face e mediada, há um receptor específico para quem são produzidas ações, afirmações ou outros conteúdos, ao passo que na quase-interação mediada, as formas simbólicas são produzidas para um número indefinido de receptores potenciais e, em virtude disso, do seu caráter não recíproco, pode ser, segundo Thompson (1998), mais bem classificada como um tipo de “quase-interação”. Esta se estabelece a partir de uma curiosa relação em que formas simbólicas são produzidas por alguns e direcionadas a “outros que não estão fisicamente presentes” (THOMPSON, 1998, p. 80). Estes, por seu turno, recebem “formas simbólicas produzidas por outros a quem eles não podem responder, mas

com quem podem criar laços de amizade, afeto e lealdade”, segundo palavras de Thompson (1998, p. 80).

Cumpramos ressaltar que a distinção realizada entre os tipos de interação não significa que em diferentes situações comunicativas elas não possam aparecer combinadas – um grupo de pessoas pode conversar enquanto assiste TV, por exemplo –, nem que os três tipos de interação esboçadas dão conta de todas as formas existentes, até mesmo porque a cada dia surgem novas tecnologias e, com elas, outros modelos que envolvem a ação comunicativa. Essa estrutura de análise ganha relevância na medida em que nos ajuda a perceber o quão importantes foram os avanços no âmbito da divulgação de informações, a partir do século XV, visto que até então, a troca de informação era realizada quase que exclusivamente face a face. Não que a interação mediada e a quase-interação mediada não ocorressem, mas sua realização exigia certas habilidades, como ler e escrever, que, naquele período, eram privilégio de poucos: as elites políticas, comerciais e eclesiásticas. Portanto, foi graças ao desenvolvimento da imprensa, que pudemos assistir, já nos séculos XIX e XX, a emergência de diferentes meios eletrônicos que suplantaram, pouco a pouco, a interação face a face em favor das formas de interação e quase-interação mediadas.

Tendo em vista a análise que compõe o capítulo ulterior deste estudo, cumpramos-nos destacar o universo que envolve a quase-interação, isso porque é ele um dos ambientes de intercâmbio simbólico mais propício para a constituição dos sujeitos³, no caso específico de nossa análise, do sujeito criança. Diante disso, julgamos oportuno recuperar o que, no final da última seção, comentamos sobre a influência da mídia na construção da identidade infantil. Se em boa parte do seu tempo, a criança fica em situação de quase-interação, por exemplo, com a TV, é natural que tenha sua realidade marcada pelos conteúdos ali veiculados. A mídia, ao vender produtos pensados para fomentar o consumo, apresenta ao telespectador, nesse caso particular à criança, referências que passam a ser almeçadas e buscadas por aquele que queira aderir a determinado padrão e, portanto, ser aceito por seus pares.

Como ilustração do que estamos dizendo, pensemos a “moda” feminina infanto-juvenil, hoje. Se observarmos bem, perceberemos que os itens de vestuário, acessórios e maquiagem mais adotados encontram correspondentes nos itens usados pela mulher adulta, não porque a criança não seja suficientemente importante para usar roupas peculiares, como ocorria na Idade Média. A questão, agora, refere-se às estratégias de consumo ligadas ao interesse do capitalismo que encontra na sociedade de controle seu terreno mais fértil. Esse e

³ Do processo de constituição dos sujeitos trataremos no próximo capítulo.

outros exemplos, como o excesso de atividades cotidianas a que a criança é atualmente submetida, chamam a atenção de estudiosos e os fazem pensar que estamos diante do fenômeno da “adultização” da criança – que receberá de nossa parte uma maior atenção, no último capítulo. Sem tempo para as brincadeiras ou mesmo para o ócio, necessário, segundo especialistas, ao bom desenvolvimento do ser humano nessa etapa da vida, os pequenos estariam adotando hábitos e posturas adultas muito precocemente e, por isso, perdendo o direito de serem infantis. Nossa hipótese é a de que esse fenômeno seria, em parte, resultado do contato da criança com a indústria capitalista que, por meio da mídia, cria certas necessidades que vão ao encontro do consumo de certos produtos e serviços. Nada além de interesse econômico.

Embora os conteúdos televisivos não componham nosso *corpus* de análise – publicações da mídia impressa – a adoção da televisão como veículo midiático que, em situação de quase-interação, afeta não só o cotidiano da criança, mas de todos os segmentos da sociedade, pareceu-nos adequada. Isso porque com sua chegada, a TV confere uma novidade na relação entre publicidade e visibilidade, uma vez que não é mais necessário que as pessoas compareçam a um evento para que ele seja considerado público, nem que estejam em interação face a face. Essa modalidade de interação investe no estímulo dos sentidos: “deixas auditivas são combinadas com deixas visuais para produzir a complexa imagem audiovisual” (THOMPSON, 2004, p. 117). A televisão possibilita ao receptor a visibilidade dos indivíduos, de suas ações, de suas falas e de outros sons que chegam a um grande público, em seus mais variados contextos. As imagens e os sons por ela transmitidos criam, atualmente, um espaço visual muito distinto daquele que cada indivíduo tem em sua vida cotidiana. Sendo o campo televisivo de grande abrangência, o espectador “não está livre para escolher o ângulo de visão e tem relativamente pouco controle sobre a seleção do material visível” (THOMPSON, 2004, p. 118).

Ainda que os eventos e conteúdos produzidos mundialmente estejam enredados em um sistema de comunicação globalizado⁴ – em que a televisão é muito relevante por mediar acessos não recíprocos em todas as partes do mundo –, antes de serem recebidos pelos indivíduos, é inevitável que sofram algum tipo de ajuste, isto é, que sejam estruturados “pelas organizações da mídia e pelos processos de filmagem, reportagem, edição, transmissão, etc.” (THOMPSON, 1998, p. 132). Daí podermos pensar no valor dessa estruturação realizada e na

⁴ Acerca da globalização da comunicação, discorreremos ainda neste capítulo.

possibilidade de o telespectador ficar à mercê de mecanismos que podem envolver alguma forma de controle e, logo, de exercício de poder.

1.4. Comunicar é “poder” interagir

A interferência da mídia na vida das pessoas é fruto do crescimento sem precedentes da tecnologia informacional, nas últimas décadas, pois é reduzido o número de pessoas, mesmo as de baixa renda, que não tenham uma TV à disposição e que sejam, por inteiro, indiferentes às inovações comunicacionais de ponta, como a internet. Noutros termos, podemos dizer que a mídia, entendida como os meios e veículos de comunicação⁵ em geral, integra, de um modo ou de outro, a rotina da quase totalidade da população, sendo muito pouco provável que a existência das pessoas comuns no mundo não seja afetada por todos os seus avanços. Considerada sob uma ótica sociológica, a mídia possibilita interações que modificam profundamente a atuação dos indivíduos na realidade social, tanto em relação a si mesmos, quanto em relação aos seus pares. Assim, desde o surgimento das “pequenas e rudimentares máquinas e impressoras do século XV, até os enormes conglomerados da comunicação de hoje” (THOMPSON, 1998, p. 13), a tecnologia da comunicação vem, de forma progressiva, e cada vez com maior sofisticação, abrindo possibilidades de os indivíduos agirem uns sobre os outros.

Se quiséssemos fazer uma retrospectiva dos mais significativos acontecimentos sócio-culturais registrados na história, não poderíamos, segundo Thompson (1998, p. 9), deixar de “reservar um papel importante ao desenvolvimento da mídia e ao seu impacto”, posto que a expansão dos aparatos comunicacionais, bem como o acesso dos indivíduos aos mesmos, está, como vimos, incondicionalmente atrelada às transformações sociais, políticas e institucionais. Estas resultaram, por exemplo, na fragmentação do regime feudal e na instauração da Modernidade. Baseados na hipótese de que todo grande acontecimento histórico é gestado na rotina das pessoas comuns – nas relações sociais que elas estabelecem entre si – é que indagamos: que modificações se processaram na rotina das pessoas a partir do seu acesso aos meios de comunicação? Como as relações de poder passaram a se estabelecer?

Entendendo a comunicação como forma de ação e, logo, de exercício de poder entre os indivíduos, Thompson (1998, p. 22) se propõe a analisar os “diferentes tipos de

⁵ Por comunicação entende-se “um tipo distinto de atividade social que envolve a produção, a transmissão e a recepção de formas simbólicas e implica a utilização de recursos de vários tipos” (THOMPSON, 1998, p. 25).

atividades nas quais os seres humanos se ocupam e os diversos tipos de recursos de que se servem no exercício do poder”. Nesse particular, está em consonância com as ideias de Foucault (2003), no que se refere à maneira com que concebe o poder, ou os micropoderes⁶, a partir da Modernidade. Pois, é a partir daí, que a realidade social passa a ser construída segundo os diversos objetivos almejados pelos integrantes da sociedade que, por sua vez, desenvolvem atividades “dentro de um conjunto de circunstâncias previamente dadas que proporcionam a diferentes indivíduos diferentes inclinações e oportunidades” (THOMPSON, 1998, p. 21). Isso cria um ambiente de interação que os acomoda em determinados lugares, de acordo com o tipo e a natureza dos recursos de que dispõem.

As instituições⁷, por exemplo, podem conferir às posições ocupadas pelos sujeitos, certa estabilidade, uma vez que, dentro delas, eles podem tornar-se “parte de um conjunto relativamente estável de regras, recursos e relações sociais” (THOMPSON, 1998, p. 21). Logo, o poder de um sujeito está imbricado à posição que ele ocupa em uma instituição ou em qualquer ambiente de interação. Desse ângulo, o poder – ou os micropoderes, nas palavras de Foucault (2003) – pode ser visto como um fenômeno que, sendo constitutivo das relações sociais, abrange “diferentes tipos de ação e de encontro, desde as ações reconhecidamente políticas dos funcionários públicos, até os encontros mais prosaicos entre indivíduos na rua”. (THOMPSON, p. 21). Não se pode negar que o Estado tenha sido instituído, a partir da Modernidade, como polo de concentração de poder, tampouco, desconsiderar “o fato de que o poder manifestadamente político é”, segundo Thompson (1998, p. 21), apenas “uma forma mais especializada de poder, e de que os indivíduos normalmente exercem poder em muitos contextos que pouco ou nada tem a ver com o estado”.

Considerando as posições ocupadas pelos sujeitos nas relações de poder, bem como os recursos de que lançam mão para exercê-lo, o autor de *A Mídia e a Modernidade* faz uma distinção metodológica que caracteriza quatro formas de poder: o poder econômico, ligado às instituições econômicas; o poder político, ligado às autoridades; o poder coercitivo, ligado à força física e armada; e o poder simbólico, ligado a instituições culturais como a Igreja, as escolas, as universidades, as indústrias da mídia... Vale ressaltar, entretanto, que essa tipologia – porque encarada como ferramenta de auxílio na compreensão dos fenômenos sociais e institucionais que culminaram no aparecimento das sociedades modernas – não se

⁶ A noção foucaultiana de micropoder será mais bem detalhada no capítulo próximo.

⁷ Entende-se instituição como “conjuntos de regras, recursos e relações com certo grau de durabilidade no tempo e alguma extensão no espaço, e que se mantêm unidas com o propósito de alcançar alguns objetivos globais” (THOMPSON, 1998, p. 22).

pretende categórica ou classificatória, pois “na realidade estas diferentes formas de poder se sobrepõem de maneiras complexas e variadas” (THOMPSON, 1998, p.22).

Tendo em conta essa tipologia, e pensando na forma de poder que é exercido pelas mídias em geral, diríamos que se trata, nos termos de Thompson (1998), do poder cultural ou simbólico. Essa natureza de poder “nasce na atividade de produção, transmissão e recepção do significado das formas simbólicas. A atividade simbólica é característica fundamental da vida social”, já que “os indivíduos se ocupam constantemente com as atividades de expressão de si mesmos em formas simbólicas ou de interpretação das expressões usadas pelos outros” (THOMPSON, 1998, p. 24). Dessa maneira, os conteúdos veiculados pelas mídias não são propriamente a realidade, “mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta” (GREGOLIN, 2003, p. 97).

É, assim, nessa troca simbólica, que o indivíduo se constitui em sujeito de uma identidade e a mídia pode ser colocada como uma, se não a mais importante, colaboradora do biopoder na regulamentação desta sociedade de controle, conforme detalharemos mais adiante. Mas, que tipo de parceria se estabeleceu entre a mídia e o biopoder no controle dos corpos e, por conseguinte, na regulamentação da população? Como as mídias ajudam a disseminar tão eficaz, sutil e silenciosamente as ações desse poder invisível? Encontraremos resposta para essa indagação se considerarmos que a biopolítica, tendo como fiel aliada a mídia, utiliza a favor de si todas as ferramentas que a chamada globalização oferece.

1.5. Globalizar é “poder” padronizar

No mundo globalizado, a informação flui com tamanha rapidez que se tornou elementar o acesso, em tempo real, de conteúdos procedentes das mais longínquas partes do planeta. Pode-se dizer que a globalização, essa crescente interconexão entre as diferentes partes do mundo, ao conectar temporalmente várias fontes espaciais e ao engendrar as complexas formas de interação e interdependência que, hoje, experimentamos, desfez o vínculo que atrelava a noção de tempo à de espaço, tornando a comunicação instantânea. Se na versão “pesada” da modernidade, espaço era sinônimo de eficiência, com o advento da globalização e instauração da chamada “modernidade leve”, esse passa a ser percorrido com quase nenhuma demanda de tempo. Essa supremacia – do tempo em relação ao espaço – fez com que o espaço perdesse o seu valor. Considerando que todas as suas partes são passíveis de alcance “a qualquer momento, não há razão para alcançar qualquer uma delas num dado

momento e nem tampouco razão para se preocupar em garantir o direito de acesso a qualquer uma delas” (BAUMAN, 2001, p. 137). Essa realidade nos mostra o quão relevante foi a separação entre tempo espaço para a agilidade adquirida pela comunicação. Ao passo que as conexões foram tornando-se velozes, as interações face a face, como vimos, foram sendo suplantadas por outros tipos de ações recíprocas que promoveram, segundo Giddens (1991, p. 29; grifo do autor), o “‘deslocamento’ das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de tempo-espaço”. Esse fenômeno que, de acordo com o mesmo autor, pode ser denominado como “desencaixe”, acabou promovendo várias alterações na realidade social a partir da Modernidade. As relações interpessoais que dispensam a necessidade de contato físico para se realizarem, como as que comumente se efetivam pela internet, são um bom exemplo desse fenômeno.

Fato é que graças à chegada da era digital, e por meio da globalização, o homem contemporâneo passou a lidar com um conjunto de elementos que alteraram sensivelmente suas ações, sua forma de pensar e sua maneira de estar no mundo. Em outros termos, o comportamento humano vem sofrendo um direcionamento, mas não da maneira como, segundo Giddens (2000), previram os filósofos iluministas. De acordo com eles, quanto mais aguçada fosse nossa capacidade de racionalização em relação a nós mesmos e ao mundo, mais poderíamos controlar o curso da história e, por conseguinte, o nosso futuro. Dessa maneira, o avanço da ciência e da tecnologia traria ao homem uma maior comodidade e agilidade na execução de suas atividades diárias, o que resultaria em uma ampliação do seu tempo livre. Entretanto, o mundo “em vez de estar cada vez mais sob o nosso comando parece [ser] um mundo em descontrole” (GIDDENS, 2000, p. 14), posto que não sabemos para onde as influências, que supostamente vieram para nos favorecer, irão nos levar.

Ainda que o fenômeno da globalização seja visto por muitos como restrito a transações econômicas de grandes proporções maximizadoras das pretensões do capitalismo, o progresso da ciência e da tecnologia também criaram “novos riscos e incertezas que nos afetam onde quer que vivamos, não importa quão privilegiados ou carentes sejamos” (GIDDENS, 2000, p. 15). Exemplo disso são as mudanças climáticas ocasionadas pelo aquecimento global, bem como a chamada descorporificação do trabalho, ou seja, com o advento da “modernidade leve” e o capitalismo de *software*, a produção e circulação de capital deixaram de estar presas ao corpo disciplinado⁸, e, portanto, à atuação do trabalhador, como acontecia na “modernidade pesada”. Para Bauman, (2001, p. 141), a era do *software*

⁸ Sobre a sociedade disciplinar discorreremos no próximo capítulo.

liberta o capital que agora pode “ser extraterritorial, volátil e inconstante. A descorporificação do trabalho anuncia a ausência de peso do capital”.

Mesmo que a principal característica da globalização seja a rapidez, a capacidade de ultrapassar qualquer barreira de espaço não é suficiente para que uma conexão seja considerada global. São consideradas como globalizadas as atividades que acontecem em espaço global, que sejam pensadas e organizadas em escala global e, sobretudo, aquelas que promovam interconexões, cujo nível de reciprocidade e interdependência permita “que atividades locais situadas em diferentes partes do mundo, sejam modeladas umas pelas outras” (THOMPSON, 1998, p. 135). Promovendo um incessante contraste, entre conteúdos assimilados e interpretados diferentemente, em distintas partes do globo, a atuação da mídia globalizada contribui para a criação de certos modelos. Uma vez considerados ideais, esses modelos passam a ser almejados e a definir práticas e comportamentos de sujeitos que, direta e rotineiramente conectados com as necessidades criadas pelo mercado global, são impelidos a se enquadrar em tais padrões estabelecidos. Estamos, segundo Sant’Anna (2005, p. 99), diante de “novas configurações da dominação capitalista em relação ao corpo e à vida”.

Nesse universo, tudo se torna objeto de consumo, desde um computador de avançadíssima tecnologia, até um corpo escultural, o que nos ajuda a perceber como são definidos e disseminados, nas sociedades capitalistas, certos padrões de saúde, beleza, prazer etc. Se, por exemplo, uma descoberta da ciência estabelece que o consumo de determinada substância retarda o envelhecimento, sendo esse extremamente combatido nas sociedades ocidentais contemporâneas, tal descoberta depressa se converte em produto que, prontamente, passa a ser conhecido e, portanto, consumido no mundo globalizado. Reflexão análoga podemos fazer acerca dos cuidados e procedimentos especiais que foram sendo adotados em relação à criança com o passar do tempo. Existe uma profusão de publicações – não raro, respaldadas pela voz de autoridade da ciência – que orientam sobre o que lhe é indicado em cada fase da infância. Tais procedimentos, que bem poderiam compor um “manual de instruções”, induzem ao enquadramento da criança em um padrão considerado ideal que passa a ser buscado pela maioria e cujo alcance depende, no mais das vezes, do consumo de determinados produtos e/ou serviços.

Cumpre-nos salientar, que nesse caso, a noção de consumo deve ser considerada segundo a complexidade do universo em questão, uma vez que está em foco não só o consumo de produtos que efetivamente são passíveis de compra, pois se vendem, também, os resultados que podem ser obtidos por tais produtos nos corpos, na saúde ou na vida da população. Dessa maneira, a globalização da comunicação contribui para a criação de

determinadas relações entre o sujeito, o seu corpo, e o corpo populacional: se por um lado o corpo singular, ao se conectar “com interesses que em muito ultrapassam a esfera de ação e de compreensão de cada um”, sendo padronizado, tende a desaparecer, perdendo suas peculiaridades e potências; por outro, “ganha uma importância exagerada porque são multiplicadas as exigências e as sensibilidades que cada indivíduo tem em relação a si mesmo” (SANT’ANNA, 2005, p. 100). O cuidado de si ganha tal exacerbação, ao passo que as singularidades individuais são relegadas em prol das demandas impostas pela economia de mercado. Assim sendo, a dominação capitalista que incide sobre o ser humano, no que se refere às suas relações com o outro, com o seu próprio corpo e com a vida, é uma das marcas de uma nova ordem em que “o desenvolvimento da genética ‘casou-se’ com aquele da informática e com a massificação global de bens industrializados” (SANT’ANNA, 2005, p. 100; grifos da autora).

Com efeito, funcionando segundo uma dupla lógica, simbólica e econômica, a mídia faz com que “todo o organismo de informação aja como uma empresa, tendo por finalidade fabricar um produto que se define pelo lugar que ocupa no mercado de troca dos bens de consumo” e que “tenha por vocação participar da construção da opinião pública” (CHARAUDEAU, 2006, p. 21). Ora, se vivemos em um sistema econômico de livre concorrência, é inevitável que haja uma disputa pela adesão do público consumidor a determinado produto ou ideia. É natural, então, que os organismos de informação criem estratégias persuasivas diferenciadas e, para tanto, acionem certos conteúdos simbólicos cujos significados expressam valores atribuídos socialmente aos signos, às imagens, aos sons e aos demais recursos utilizados na elaboração dos conteúdos a serem veiculados. Afinal, “o consumo de produtos culturais implica quase automaticamente em posturas de aceitação social” (AVRITZER, 1998, p. 7).

Que a chegada globalização da comunicação “alterou a natureza do intercâmbio simbólico e transformou, em certos aspectos, as condições de vida de indivíduos em todo o mundo” (THOMPSON, 1998, p. 158), não se pode negar. Mas é inegável, também, que a abrangência e os efeitos de tal alteração não incidiram, nem incidem, de forma homogênea sobre todos os sujeitos, sobre toda a sociedade. Cabe aqui ponderar: mesmo que a globalização tenha tornado a comunicação instantânea, as pessoas que recebem os materiais simbólicos veiculados pela mídia globalizada permanecem em uma realidade espaço-temporal muito específica, e é dessa realidade que extraem subsídios para interpretar e assimilar os conteúdos recebidos. O engendramento, pela globalização, de um novo tipo de eixo simbólico não implica a eliminação do caráter localizado da apropriação, portanto. É assim que

conteúdos simbólicos de mesma natureza podem afetar diferentemente os sujeitos, dependendo das condições de comunicação global e das situações de recepção em que cada um deles está imerso. Ao analisarmos, mais adiante, certos enunciados e certas imagens acerca do ser criança, nas sociedades ocidentais capitalistas, bem como a ação do biopoder sobre seus corpos, sua saúde e sua vida, teremos lugar para pensar, por exemplo, como suas condições sócio-econômicas podem interferir no modo de veiculação e de recepção de determinado conteúdo.

Se quisermos problematizar um pouco mais a relação dos indivíduos com a produção e recepção de conteúdos, dos midiáticos, por exemplo, podemos dizer que os sentidos se estabelecem mediante o domínio, pelos sujeitos envolvidos, de determinadas regras capazes de promover ou restringir seu acesso a uma certa ordem discursiva, pois “nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis” (FOUCAULT, 2005a, p. 37). Ao apreciar discursos como o científico, o religioso e o jurídico, constataremos que o seu funcionamento se dá por meio de “sistemas complexos de restrição [cuja] forma mais superficial e mais visível [...] é constituída pelo que se pode agrupar pelo nome de ritual” (FOUCAULT, 2005a, p. 37).

Por ritual, entendem-se os atributos que distinguem um indivíduo com papel específico, ou seja, que só pode pronunciar o que pronuncia e agir como age porque ocupa um lugar socialmente definido. O diálogo que deve travar, os enunciados que deve proferir, a expressão e a conduta que deve adotar, além de circunstâncias e todo um universo de signos que devem acercar seu discurso, reiteram “a eficácia suposta ou imposta das palavras, seus efeitos sobre aqueles aos quais se dirigem, os limites de seu valor de coerção” (FOUCAULT, 2005a, p. 39). Em poucas palavras, a circulação de discursos na sociedade se estabelece segundo certo número de regras em funcionamento e sofrerão maior ou menor restrição os indivíduos que dominá-las em menor ou maior grau.

Mas, de acordo com Foucault (2005a, p. 40), não podemos nos deixar enganar: “mesmo na ordem do discurso publicado e livre de qualquer ritual, se exercem ainda formas de apropriação de segredos de não-permutabilidade”. Seria esse o caso do discurso das mídias? “É bem possível que o ato de escrever tal como está hoje institucionalizada no livro, no sistema de edição e no personagem do escritor, tenha lugar em uma ‘sociedade de discurso’ difusa, talvez, mas certamente coercitiva” (FOUCAULT, 2005b, p. 40-41; grifo do autor). Tendo como ponto de partida o pensamento de Foucault, é possível afirmar que o espaço público midiático “é produzido mediante dizeres em circulação e que um dos mais

eficazes dispositivos de controle desses dizeres dá-se através dos seus efeitos de sentido” (STEINBERGER, 2005, p.160) que emegem, por exemplo, da informação.

O acesso do público à informação está sob a administração da mídia que serve como mediadora entre o público e as instituições. Essa mediação, entretanto, não se constitui, como já sinalizamos, em uma mera transmissão de fatos ou acontecimentos, mas abre um “espaço ativo de construção de representações que intervêm do espaço público”, estruturando-o “através de políticas discursivas (ordens de discurso) que regulamentam formatos de negociação entre diferentes atores” (STEINBERGER, 2005, p. 169). É nesse movimento que enunciados próprios de outras ordens discursivas – sobretudo daquelas mais restritivas – ao constituírem o discurso midiático passam por certos ajustes capazes de deslocá-los de uma ordem discursiva para outra. Que nos sirvam de exemplo os enunciados do chamado discurso de divulgação científica, oriundos do discurso científico e “adaptados” para a ordem midiática. Em suma: “a participação do público na mídia é controlada e editada pela própria mídia” (STEINBERGER, 2005, p. 168) na condição de mediadora, o que torna indiscutível o impacto desse segmento na formação da opinião pública, na constituição de sujeitos, portanto.

2. PODER, SABER, VERDADE E SUBJETIVIDADE

O que faz com que o poder se mantenha e seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso (FOUCAULT, 2009, p. 8).

2.1. Da constituição do sujeito

Como nos fazem supor as considerações tecidas no primeiro capítulo, a intensidade e o alcance das transformações que resultaram na chegada da Modernidade não encontram correspondente em nenhum outro momento da História Ocidental. Como vimos, tais mudanças criaram um ambiente inédito, em que novos modos de interconexão social se estenderam por todo o globo alterando “algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana” (GIDDENS, 1991,14). Cumpre esclarecer, entretanto, que o aprimoramento da indústria da mídia, a partir do advento da imprensa, bem como o seu desenvolvimento sem precedentes, representa apenas uma das inúmeras consequências trazidas pela chegada da Modernidade. Isso porque, já sabemos, foram muitos e muito complexos os acontecimentos que determinaram sua emergência, e a de um sujeito que sairia da economia rural de subsistência para ser definitivamente inserido na ordem do capital.

Um dos mais significativos fatores responsáveis por essa transformação relaciona-se, segundo as ideias de Foucault, às novas formas de exercício de poder engendradas a partir de então, e ao modo como os indivíduos as assimilaram. Para uma nova sociedade, um novo sujeito, gestado, graças ao surgimento de tecnologias de poder próprios da sociedade disciplinar e, depois, também da sociedade de controle – duas grandes consequências da Modernidade. Ao olharmos para o exercício de poder na sociedade disciplinar e na sociedade de controle estaremos tratando das formas de atuação do biopoder sobre a população em geral e sobre a população infantil em particular, sem perder de vista a decisiva colaboração da mídia, considerada hoje o quarto poder, ao lado do Legislativo, do Executivo e do Judiciário.

A grande questão em torno da qual giram os estudos de Foucault é a constituição do sujeito: “o que deve ser o sujeito, a que condições ele está submetido, qual o seu *status*,” que lugar “deve ocupar no real ou no imaginário para se tornar legítimo deste ou daquele tipo de conhecimento, em suma trata-se de determinar seu modo de subjetivação” (FLORENSE, 2004b, p. 235). Que nos sirva de exemplo a constituição do sujeito criança que ganhou lugar específico na sociedade a partir da delimitação do espaço familiar e da invenção da infância

que, não por acaso, também é consequência da série de acontecimentos que circundaram a chegada da Modernidade, conforme detalharemos no capítulo terceiro. Ao longo de sua investigação, no entanto, Foucault acabou por desenvolver importantes estudos acerca de vários pontos que, de algum modo, envolviam seu objeto de análise. Um dos temas sobre os quais o autor discorreu foram as relações de poder: o exercício do poder como algo constitutivo do homem e, portanto, intrínseco à sua história, bem como a mutabilidade com que se configura esse exercício historicamente.

De acordo com Foucault (2007a, p. 147), “por muito tempo, um dos privilégios característicos do poder soberano fora o direito de vida e morte”. Mas, como formulado nos teóricos clássicos, o direito de vida e morte já não se constitui, como na velha *patria potesta*¹, “um privilégio absoluto: é condicionado à defesa do soberano e à sua sobrevivência enquanto tal” (FOUCAULT, 2007, p. 147). Quer dizer: a supremacia do Estado lhe garante o direito de dispor da vida de seus súditos em guerras que ameacem sua soberania, bem como em caso de rebeldia ou infrações legais por parte dos súditos. Nesse modelo de sociedade, o poder se manifesta por meio do confisco das coisas, dos corpos, da vida... De qualquer forma, no que diz respeito ao poder, o súdito continua não sendo “de pleno direito, nem vivo nem morto”, posto que sua vida e morte só se tornam “direitos pelo efeito da vontade soberana” (FOUCAULT, 2002, p. 286). Se pensarmos na figura do soberano como detentor absoluto do poder em função de uma necessidade ou iminência de perigo, sua existência justifica-se tão somente pela defesa da vida, entretanto, o poder sobre a vida só pode tornar-se legítimo mediante a constatação de que o soberano pode matar. No dizer de Foucault (2002, p. 286-287), “o direito de matar é que detém efetivamente em si a própria essência desse direito de vida e de morte: é porque o soberano pode matar que ele exerce seu direito sobre a vida”. Fazendo essas reflexões, Foucault (2002, p. 286), além de nos colocar diante do que denomina um “paradoxo teórico” rematado “por uma espécie de desequilíbrio prático”, questiona sobre o “que quer dizer, de fato, o direito de vida e de morte”. Ao levantar essa questão político-filosófica, Foucault (2002, p. 288) pretende apenas sinalizar o início de uma problematização dos fenômenos relativos à vida no “campo do pensamento político, da análise do poder político”, mas assevera que o nível com o qual deseja de fato lidar é o “dos mecanismos, das técnicas, das tecnologias de poder”.

É, pois, que, a partir da época clássica, houve uma mudança significativa nas relações de poder já estabelecidas. O confisco deixou de ser a maneira fundamental de seu

¹ Segundo Foucault (2007a, p. 147; grifos do autor), “a velha *patria potesta*, concedia ao pai de família romano o direito de ‘dispor’ da vida de seus filhos e de seus escravos [...] já que a tinha ‘dado’”.

exercício, para tornar-se apenas uma, entre várias outras que passaram a instigar, disciplinar, vigiar, controlar. Essa tecnologia de poder, desenvolvida nos séculos XVII e XVIII, incidiria sobre o corpo individual, aprimorando sua disposição no espaço, de modo a obter o maior campo de visibilidade possível e, logo, uma otimização de sua força útil, por meio do exercício e do treinamento. Além de ser mecanismo de “racionalização e de economia estrita de um poder que devia se exercer da maneira menos onerosa possível”, a “tecnologia disciplinar do trabalho” (FOUCAULT, 2002, p. 288), que foi introduzida nessa época de transição, se tornaria, na modernidade, um conjunto de procedimentos que, aplicáveis ao funcionamento de instituições como a prisão, a escola, as fábricas, os hospitais, resultariam em um meticuloso controle do corpo, tendo em vista cada uma de suas partes, das atividades por ele realizadas, do tempo gasto em cada uma delas e da energia necessária para executá-las. Resultariam, enfim, na fabricação de corpos que, sendo dóceis e úteis, assumiriam a condição de objetos e, assim, atenderiam passivamente aos interesses do capital, já que a disciplina não subjuga pela força ou pela violência.

Nos termos dessa nova tecnologia, a submissão, ainda que esteja presente, é velada por meio de procedimentos muito bem calculados. O indivíduo é treinado com a sutileza e a eficiência de uma técnica que, de tão sofisticada, é capaz de maximizar sua capacidade de produção e, ao mesmo tempo, lhe oferecer a sensação de liberdade, de poder governar seu próprio corpo. Ademais,

o mecanismo das tecnologias disciplinares se traduz por uma apropriação daquilo que o indivíduo produz, dos saberes, sentimentos e hábitos a ele relacionados, sem retirá-lo do meio que lhe é próprio ou em que se encontra. Tal apropriação incide sobre a constituição do sujeito de forma a não necessitar subjugar e impor, mas apenas dar os meios e instigar sua ação (FONSECA, 1993, p. 51).

Tendo em vista a natureza das relações de poder que se estabeleceram a partir da Modernidade, o sujeito passa a atuar, dessa ou daquela maneira, segundo a dispersão de enunciados com os quais entra em contato no decorrer de sua trajetória, bem como segundo a posição que ocupa ao proferir determinado discurso em sua descontinuidade. Se os planos de onde fala um sujeito “estão ligados por um sistema de relações, este não é estabelecido pela atividade sintética de uma consciência idêntica a si, muda e anterior a qualquer palavra, mas pela especificidade de uma prática discursiva” (FOUCAULT, 2007b, p. 61). Nesse sentido, poderíamos dizer, *grosso modo*, que o discurso não só preexiste ao sujeito, como entra em sua constituição. A partir da ideia da não existência de um sujeito transcendental, que administra

conscientemente seu dizer e suas ações, é que se coloca, de forma irrefutável, a questão da sua constituição. Noutros termos, se o sujeito não é dono de suas ações nem do seu dizer, estudar o sujeito significa, inevitavelmente, estudar seu processo de constituição.

Para Foucault (2004), a constituição do sujeito moderno se processa a partir do modo como esse sujeito se insere em determinados jogos de verdade que estão, irremediavelmente, atrelados a certas relações de poder e de saber. Por jogos de verdade, Foucault entende “não a descoberta das coisas verdadeiras, mas as regras segundo as quais, a respeito de certas coisas, aquilo que um sujeito pode dizer decorre da questão do verdadeiro e do falso” (FLORENCE, 2004b, p. 235). Importa-lhe perceber, por exemplo, como a loucura foi “problematizada a partir de um certo momento e após um certo número de processos como uma doença decorrente de uma certa medicina [...] e o louco foi situado nesse jogo de verdade definido por um saber ou modelo médico” (FOUCAULT, 2004, p. 274).

Se fizermos analogia semelhante em relação à constituição do sujeito criança, podemos indagar, pois, como a criança teria se situado nesse jogo de verdade que instituiu a infância como uma etapa da vida que deve ser cercada por uma enorme gama de cuidados específicos e como a criança se situou como sujeito a quem esses cuidados devem ser dirigidos. Considerando que toda forma de saber implica em exercício de poder, a inserção dos sujeitos em certos jogos de verdade, muito além de se associar a questões ideológicas, ocorrem pela relação entre poder e saber. Se o louco foi subjetivado como tal é porque houve o desenvolvimento de um saber, o saber médico nesse caso, que adquiriu o poder de assim classificá-lo. O que parece ter acontecido, no caso da infância e da criança, é que certas práticas aplicadas aos pequenos foram sendo questionadas por vozes de autoridade que, exercendo seu poder-saber, passaram a ecoar do interior de certas áreas do conhecimento interessadas em estudar os modos de existência da criança no mundo.

De acordo com Foucault (2004b, p. 276), é por meio das práticas de si que os indivíduos se constituem em sujeitos, sem que essas práticas sejam “alguma coisa que o próprio indivíduo invente. São esquemas que ele encontra em sua cultura e que lhe são propostos, sugeridos, impostos por sua cultura, sua sociedade e seu grupo social”. Trata-se de definir as condições de sua objetivação e subjetivação. De acordo com Fonseca (2003), os processos de objetivação estão relacionados à maneira como o indivíduo moderno passou a ser objeto de conhecimento a partir das técnicas disciplinares; e os mecanismos de subjetivação referem-se às práticas que convertem o homem em sujeito passível de aceitar como própria uma identidade que lhe é atribuída. Embora o emprego desses termos, nos textos escritos por Foucault, não lhes atribua um sentido único, os mecanismos de objetivação

e de subjetivação parecem trabalhar em regime cooperativo, simultaneamente ou não, na construção das diferentes subjetividades presentes em nossa cultura. No dizer de Florence (2004b, p. 235, grifo do autor), “essa objetivação e essa subjetivação não são independentes uma da outra; do seu desenvolvimento mútuo e de sua ligação recíproca se originam o que se poderia chamar de ‘jogos de verdade’”.

A acepção de moral que sustenta os processos de constituição do sujeito moderno está intimamente ligada aos preceitos que, a partir da lógica cristã, passaram a regular a conduta das pessoas. Nesse sentido, há que se considerar, segundo Fonseca (2003), os atos e os códigos morais. Os atos referem-se à postura real das pessoas em relação aos códigos morais. Os códigos morais, por seu turno, estabelecem às pessoas o que é admitido e vetado, assim como as consequências positivas e negativas de comportamentos diferentes. Entretanto, se recuperamos a Idade Antiga, será possível vislumbrar “práticas racionais e voluntárias pelas quais os homens não apenas determinam para si mesmos regras de conduta, como também buscam transformar-se, modificar-se em seu ser singular” (FOUCAULT, 2004, p. 198). Tais práticas se inserem no domínio da ética. A ética diz respeito à relação do indivíduo consigo mesmo, ou seja, ao modo de constituição do indivíduo em sujeito de si, um sujeito moral de suas próprias ações. O que há de peculiar no pensamento antigo é que, se há uma exigência de rigidez em relação ao comportamento humano, ela parte de condutas que não são impostas por meio de interdições civis, sociais ou religiosas, quer dizer: “é precisamente em relação às condutas em que há liberdade de ação do indivíduo que as propostas de austeridade moral são elaboradas” (FONSECA, 2003, p. 105).

Ao tratar da constituição do sujeito na Antiguidade, o olhar de Foucault centra-se na história da relação do indivíduo consigo mesmo e não na história da moral representada em códigos morais e atos. Se retomarmos o manual de Erasmo – publicado no século XVI e ancorado em preceitos da Idade Média – e o que discutimos sobre o processo de constituição do sujeito, é possível entrever que o tratado de Erasmo pode ser considerado um código moral e que o processo de constituição do indivíduo em sujeito iniciou-se em data bastante remota. Partindo desse pressuposto, o que diferencia o sujeito contemporâneo daquele produzido na Antiguidade, na Idade Média ou mesmo na Idade Moderna? Foucault nos responde retomando a negação da existência de um sujeito dado em definitivo. O que temos é “um sujeito que se constitui no interior mesmo da história, e que é a cada instante fundado e refundado pela história” (FOUCAULT, 2005, p. 10). Desse modo, os diferentes tipos de subjetividade explicam-se pelo fato de que são produzidos nos termos de uma “constituição que se dá no

presente e que fabrica, para o presente, um tipo específico de indivíduo” (FONSECA, 2003, p. 10).

2.2. Do biopoder e da sociedade de controle

Não resta dúvida de que o poder disciplinar foi um imprescindível colaborador no processo de constituição do sujeito, pois, ao redor da disciplina existe uma rede de relações muito complexa que envolve, reiteramos, a chegada da Modernidade e, com ela, o capitalismo que, desde a expansão comercial, vem, cada vez mais, ganhando força nas sociedades ocidentais. Com efeito, o modo de produção que surge incidirá sobre a manutenção e preservação da vida, ao contrário do poder soberano que tinha como arma o direito de punir com a morte seus súditos. Ora, para que a força de trabalho seja moldada e adaptada a certas necessidades de produção, são necessários corpos saudáveis e produtivos e, em virtude disso, “o velho direito de *causar* a morte ou *deixar* viver foi substituído por um poder de *causar* a vida ou *devolver* à morte” (FOUCAULT, 2007a, p. 150; grifos do autor). Mas se o poder que se desenvolve a partir de então está “destinado a produzir forças e fazê-las crescer e a ordená-las mais do que a barrá-las, dobrá-las ou destruí-las” (FOUCAULT, 2007a, p. 148), tendo como foco primordial gerar a vida e subsidiar de forma eficiente sua manutenção, por que presenciamos tantas e tão cruentas guerras (talvez nunca as tenhamos presenciado em tal proporção), a partir do século XIX? Para compreender o que soa como paradoxo, é necessário que enfoquemos o poder sobre a vida de uma perspectiva coletiva.

Em outras palavras, a questão, agora, não envolve apenas a defesa do nome do soberano, já que as lutas passam a travar-se em nome da vida de toda uma população em detrimento da de outra. Remontamos, assim, à questão instintiva da sobrevivência. O poder de “matar para poder viver, que sustentava a tática dos combates, tornou-se princípio de estratégia entre Estados; mas a existência em questão já não é aquela – jurídica – da soberania, é outra – biológica – de uma população” (FOUCAULT, 2007a, p. 149). Contudo, as técnicas disciplinares, emblemáticas do novo regime de exercício de poder que se instaurou nas sociedades capitalistas a partir do século XVII, constituem apenas um dos eixos de desenvolvimento do poder sobre a vida do homem ocidental, objeto dócil e útil. Já na segunda metade do século XVIII, surge uma nova tecnologia que, mesmo atuando em outro âmbito, não exclui ou se afasta dos mecanismos disciplinares, antes os absorve e os aprimora, potencializando sua eficácia e abrangência. O controle não mais se centra “no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no

crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade” (FOUCAULT, 2007a, p.151); mas no corpo como espécie e nos mecanismos biológicos constitutivos e mantenedores da vida. Mais que disciplinar os corpos individuais, o que faz o biopoder é regulamentar toda uma população e, para tanto, incide, ao mesmo tempo, sobre todos os corpos individuais atravessados “pela mecânica do ser vivo”. Nessas condições, os corpos passam a funcionar como “suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, os níveis de saúde, duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar” (FOUCAULT, 2007a, p. 152).

Todos esses procedimentos de controle são efeitos das tecnologias biopolíticas que buscam manter o equilíbrio global de cada organismo de tal modo que se chegue ao equilíbrio de toda a população, sendo a vida considerada um princípio biológico da espécie humana. Dessa maneira, em contraste com a sociedade disciplinar – em que as técnicas de controle tinham como alvo o corpo, os hábitos e práticas produtivas –, vemos surgir a sociedade de controle, em que o poder, colocado em termos muito mais democráticos, é exercido por intermédio de mecanismos globais de controle que chegam não só aos corpos – pela oferta de bem estar e sensação de liberdade – mas, também, às mentes – por meio de sistemas de comunicação e informação –, com o intento de estabelecer um “estado de alienação independente do sentido da vida e do desejo de criatividade” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 42). Assim, na sociedade de controle, cada indivíduo, uma das cabeças do corpo populacional, “é, simultaneamente, negado como indivíduo e reduzido a ser o exemplo ínfimo de um conjunto muito mais amplo e que, por ser homogêneo, pode ser mais facilmente manipulado” (REVEL, 2006, p. 56).

Mesmo que as ações do biopoder recubram tanto a sociedade disciplinar, quanto a sociedade de controle, posto que em ambas trata-se de “causar a vida”, em cada uma das épocas ele atua, respectivamente, por meio de tecnologias distintas: a disciplina e a biopolítica. Enquanto “as disciplinas se dirigem ao corpo, ao homem-corpo, a biopolítica se dirige ao homem vivo, ao homem-espécie” (PELBART, 2003, p. 57). Dessa maneira, o biopoder, em virtude de sua natureza reconhecidamente biopolítica, só poderá alcançar a plenitude de sua atuação na “sociedade de controle que está apta a adotar o contexto biopolítico como terreno exclusivo de referência” (PELBART, 2003, p. 57). Nas sociedades disciplinares, as tecnologias biopolíticas foram apenas parcialmente aplicáveis em virtude de os procedimentos disciplinares estarem calcados em esquemas herméticos. Tais esquemas não chegaram a penetrar de modo efetivo a mente e o corpo dos indivíduos ao ponto de envolvê-los por inteiro em suas atividades, já que o biopoder “só pode adquirir comando efetivo sobre

a vida total da população quando se torna função integral, vital, que todos os indivíduos abraçam e reativam por sua própria vontade” e quando “a sociedade, agrupada dentro de um poder que vai até os gânglios da estrutura social e seus processos de desenvolvimento reagem como um só corpo” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 43).

Ao colocar as populações como os novos objetos de governo e ao considerar que o poder disciplinar e o biopoder não se excluem, mas, por assim dizer, se fundem, Foucault (2002, p. 302) nos coloca diante de um “elemento [...] que pode tanto se aplicar a um corpo que se quer disciplinar quanto a uma população que se quer regulamentar”: a norma. Nos limites do que ele denomina “sociedade de normalização”, os componentes do corpo populacional são impelidos a se enquadrar em determinados padrões que vão ao encontro dos interesses capitalistas e são construídos a partir de certos enunciados com os quais entramos em contato – os veiculados pelos vários segmentos da mídia, por exemplo – e que entram em nossa constituição de indivíduos em sujeitos. Se por algum motivo, não os aceitamos, somos excluídos por nossos pares e, até, por nós mesmos que, muitas vezes, nos sentimos angustiados e, por que não dizer, culpados. Quem são, por exemplo, os obesos e os fumantes na sociedade atual? Pessoas desleixadas, alvo de julgamentos, e até condenação, pela “opção” de “não cuidar” do próprio corpo, este que, nos termos da regulamentação, não é tão próprio assim. Ora, um corpo higienizado, medicalizado, constantemente controlado terá mais saúde e, portanto, maior longevidade, bem como qualidade de vida e, dessa forma, poupará gastos para o poder público, mantendo-se por muito mais tempo como consumidor ativo. Trata-se “de aumentar a vida, de prolongar sua duração, de multiplicar suas possibilidades” (FOUCAULT, 2002, p. 304).

Dessa maneira, o consumidor idealizado pelo capitalismo torna-se inquieto, ávido, insatisfeito, ou seja, suscetível a transformar uma simples possibilidade em desejo e, logo, em obrigação. Noutros termos, a possibilidade de “ser feliz” adquirindo certo produto, transforma-se no desejo de tê-lo e, depois, na obrigatoriedade e dependência do mesmo. A sensação de prazer e satisfação, entretanto, dura o exato tempo da aquisição para, assim, começar uma nova busca por uma tecnologia ainda mais avançada. O exercício do biopoder, com a normalização dos corpos – por meio tanto da disciplina quanto da regulamentação – torna-se mais simples e eficaz na medida em que o que se oferece, em escala global, é saúde, bem-estar, felicidade, beleza, prazer... Desse modo, “as inúmeras exigências feitas ao corpo, coagindo-o a ser cada vez mais saudável, jovem e um produtor infatigável de prazer, acabam” (SANT’ANNA, 2005, p. 99) estabelecendo padrões que não são representativos de uma maioria, mas partem de um ideal construído que nos impele a uma busca (des)controlada por

um corpo cada vez mais normalizado, bem como por uma maior longevidade e qualidade de vida. Resumir a abrangência que alcançaram as ações do poder que tomou posse da vida é dizer que o biopoder “conseguiu cobrir toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologias de regulamentação, de outra” (FOUCAULT, 2002, p. 302). Nunca o indivíduo foi tão objetivado. Nunca o indivíduo aceitou tão naturalmente, como sua, uma identidade a ele atribuída.

2.3. Como “poder” agir sobre os outros

Tal como se apresenta na sociedade disciplinar e na sociedade de controle, o poder sobre a vida, que constitui indivíduos em sujeitos, segundo Foucault, (2009, p. 248), “não existe”. Ele não é algo de que possamos nos apropriar ou que esteja em “determinado lugar ou emanando de um determinado ponto” (FOUCAULT, 1995, p. 242), tampouco nos oferece a possibilidade de, como sujeitos de capacidade, transformar, utilizar, destruir ou consumir coisas. Desse modo, o que temos e o que percebemos é o produto do poder em exercício, ou seja, efeitos de poder que colocam em xeque as relações individuais ou coletivas. Entretanto, “o exercício de poder não é simplesmente uma relação entre ‘parceiros’ [...]; é um modo de ação de alguns sobre outros” (FOUCAULT, 1995, p. 242; grifo do autor). Se nos referimos ao “poder das leis, das instituições ou das ideologias, se falamos de estruturas ou de mecanismos de poder, é apenas na medida em que supomos que ‘alguns’ exercem um poder sobre os outros” (FOUCAULT, 1995, p.240, grifos do autor), o que não significa que essa ação seja coercitiva ou violenta. A modalidade de ação, nesse caso, “não age direta e imediatamente sobre os outros, mas age sobre sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes” (FOUCAULT, 1995, p. 243).

Uma relação de violência caracteriza-se por ações de força e submissão, de quebra e de destruição, que não oferecem ao seu alvo outra alternativa senão a passividade. As relações de poder, diferentemente, se estabelecem mediante duas condições que lhes são imprescindíveis: em primeiro lugar, aquele sobre quem o poder é exercido deve estar sob o domínio da ação até o seu término; em segundo, na relação de poder deve ser aberto ao sujeito um leque de opções que inclui, entre outras coisas, a decisão de resistir. No que concerne ao poder e à resistência, é possível verificar uma relação de interdependência, posto que, segundo Foucault (2003, p. 232), as relações de poder “abrem a possibilidade a uma resistência e é” em virtude da “possibilidade de resistência e resistência real que o poder

daquele que domina tenta se manter com tanto mais força, tanto mais astúcia quanto maior for a resistência”. O poder, ao “conduzir condutas”, ao induzir, desviar, facilitar ou dificultar, ampliar ou limitar as ações dos sujeitos não lhes priva do conforto de poder fazer outra escolha, como, por exemplo, a da insubmissão. Pensar assim é admitir que esse poder, somente é passível de ser exercido sobre homens livres, ou seja, sobre aqueles que “têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer” (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Partindo desse pressuposto, é possível dizer que a concepção de poder, de biopoder, sobretudo nos termos da biopolítica, afasta-se da ideia de confronto entre opositores para se aproximar mais da concepção de “governo”. Por governo, Foucault (1995) entende não apenas a estrutura política e administrativa dos Estados, mas também o modo de gestão das pessoas ou grupo de pessoas; não somente formas de sujeição política ou econômica, mas formas de ação calculadas no sentido de “agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, nesse sentido, é estruturar o campo de ação dos outros”, segundo um jogo em que “a liberdade aparecerá como condição de existência do poder (FOUCAULT, 1995, p. 244). Adotar essa concepção de poder é legitimar as relações de poder como sendo constitutivas das relações sociais. Dizendo de outro modo: “viver em sociedade é, de qualquer maneira, viver de modo que seja possível a alguns agirem sobre a ação dos outros” (FOUCAULT, 1995, p. 245-246).

Entretanto, essa ação de alguns sobre os outros, longe de dividir a sociedade em dois extremos, em que uma pequena parcela dominante exerce um poder opressor sobre uma enorme massa de oprimidos, ocorre no âmbito do que Foucault (2003) denomina “micropoderes”. As ações desses micropoderes são difusas porque percorrem múltiplas direções, penetrando todas as instâncias da vida dos indivíduos, das mais formais às mais cotidianas, estimulando-os a produzir discursos e atitudes, construindo, portanto, subjetividades. É, assim que o poder não emerge necessariamente do exército, da polícia ou da justiça – concepções de poder que se resumiriam somente aos aparelhos de Estado – mas essas relações

[...] existem entre um homem e uma mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe, entre os pais e as crianças na família. Na sociedade há milhares de relações de poder e, por conseguinte, relações de forças de pequenos enfrentamentos, microculturas, de algum modo. (FOUCAULT, 2003, p. 231).

No entanto, o fato de o poder estar em todos os lugares não impossibilita a existência de polos, por assim dizer, mais centralizadores de poder, dos quais o Estado é um exemplo representativo. Os micropoderes podem ser orientados por grandes poderes como o do Estado, mas, em sentido oposto, uma estrutura como o Estado só pode ter um bom funcionamento tendo como pilar micro relações de poder. Seria possível ao Estado impor, “por exemplo, o serviço militar, se não houvesse, em torno de cada indivíduo, todo um feixe de relações de poder que o liga a seus pais, a seu patrão, a seu professor” (FOUCAULT, 2003, p. 231), ou a outra pessoa por quaisquer domínios hierárquicos? Guardadas as devidas proporções, são essas pequenas estratégias localizadas que mantêm as grandes estruturas de poder. Os métodos e procedimentos de poder utilizados pela polícia, em seu ofício, não irão coincidir, por exemplo, com aqueles praticados no seio da família, dos pais em relação ao filho e do filho em relação aos pais; do homem em relação à mulher e da mulher em relação ao homem. No ambiente de trabalho, do gerente em relação aos funcionários e dos funcionários em relação ao gerente; do gerente em relação ao dono da empresa e vice-versa.

O poder público não seria capaz de, por meio da biopolítica, manter o controle contínuo e cauteloso de todos os membros da sociedade de controle, se não tivesse a favor de si as pequenas lutas individuais pelo poder. Ainda que o biopoder fosse o responsável pelo controle dos corpos na sociedade disciplinar, sua atuação se consuma de fato “quando o poder se torna inteiramente biopolítico”, pois é, nesse momento, que “todo o corpo social é abarcado pela máquina do poder e desenvolvido em suas virtualidades” (HARDT & NEGRI, 2001, p. 43). Partindo desse pressuposto é possível inferir, então, que com essa nova estrutura e essa nova política orgânica de poder, que ganhou forma a partir do século XVII, o Estado passou a ser visto como “um tipo de poder político que ignora os indivíduos, ocupando-se apenas com os interesses da totalidade” (FOUCAULT, 1995, p. 236) e, em certa medida, é mesmo isso o que acontece. Em certa medida, porque ao apreciarmos as peculiaridades do poder disciplinar e do biopoder, e considerando que ambos se sobrepõem, percebemos que “o poder do Estado (e esta é uma das razões da sua força) é uma forma de poder tanto individualizante quanto totalizadora” (FOUCAULT, 1995, p. 236), ao passo que suas ações disciplinam corpos, para, então, regulamentarem populações. Para entendermos melhor os rudimentos desse poder, ao mesmo tempo individualizante e totalizador, exercido pelo Estado ao governar a população, faz-se oportuno um breve regresso à Idade Média e ao tipo de poder ligado às instituições religiosas: o poder pastoral, que era praticado pela Igreja e que foi absorvido, bem como atualizado pelo biopoder – tanto em termos de disciplina quanto de biopolítica – e pelo Estado ao administrar a sociedade.

Tendo em vista os princípios cristãos, o pastor é tido como um indivíduo que, porque possuidor de atributos religiosos singulares, deve guiar outros – o rebanho – com a finalidade de levá-los à salvação individual fora deste mundo. Ao contrário do poder soberano, que pela manutenção de sua integridade sacrifica a vida dos súditos, aquele que detém o poder pastoral, além de comandar, deve, caso necessário, dispor de sua própria vida em favor de seu rebanho; deve cuidar do todo e zelar por cada indivíduo, em sua singularidade, por toda a sua vida. Essa modalidade de poder “não pode ser exercida sem o conhecimento da mente das pessoas, sem explorar suas almas, sem fazer-lhes revelar os seus segredos mais íntimos. Implica um saber da consciência e a capacidade de dirigi-la” (FOUCAULT, 1995, p. 237). Se, por um lado, o poder propriamente pastoral, aquele das instituições religiosas, teve sua força fragilizada a partir do século XVIII; por outro, sua atribuição “se ampliou e se multiplicou fora da instituição eclesiástica”, ou seja, “uma nova distribuição, uma nova organização deste tipo de poder” (FOUCAULT, 1995, p. 237) se instaurou na sociedade, recebendo respaldo de várias outras instituições, além da religiosa. Dessa maneira, “em vez de um poder pastoral e de um poder político, mais ou menos ligados um ao outro, mais ou menos rivais”, passamos a um tipo de poder – ao mesmo tempo globalizador da população e analítico do indivíduo – “que caracteriza uma série de poderes: da família, da medicina, da psiquiatria, da educação e dos empregadores” (FOUCAULT, 1995, p. 238).

2.4. Poder, saber e verdade

Ao discorrer sobre a natureza do poder, bem como sobre os mecanismos e técnicas que constituem sua ação, cumpre destacar o fato de que as formas de ação sobre a ação dos outros estão pautadas na complexidade da relação que envolve o poder, o saber e a verdade. É, pois, por meio de uma luta entre saberes que circulam na sociedade, que é possível determinar, em uma situação específica, o papel que cabe aos atores envolvidos em uma relação de poder. Mas que tipo de fenômeno é capaz de fazer com que, nessa situação específica, alguns sejam os agentes e outros os pacientes dessas ações, sem haver a possibilidade de alternância de suas posições? Para simplificar ao máximo essa questão: por que discursos como o médico-científico e o jurídico deliberam sobre a conduta da população e a recíproca não é verdadeira? Pelo menos não na mesma proporção? À guisa de exemplo, vale citar o poder que o discurso médico-científico, por meio da especificidade do saber que detém, exerce sobre o corpo, a saúde e, por conseguinte, sobre a vida da população. A grande

massa populacional só se torna passível de receber tais ações a partir do momento em que não domina o mesmo campo de saber daquele segmento profissional, mas haverá outros saberes que permitirão, novamente em uma situação específica, ações também da população concernentes a esse e a outros segmentos sociais mantidos em constante gládio na arena das relações de poder, de micropoderes.

O exercício de poder só é possível, então, por meio do domínio de certos conhecimentos de alguns em detrimento dos de outros. No dizer de Roberto Machado (2009, p. XXI), “não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder” e é isso que permite a discursos, como o médico-científico, não só deliberarem sobre o que é mais adequado para a manutenção da saúde e da vida das pessoas, como produzir verdades a esse respeito. Trata-se de uma forma de poder que, pelo saber, em uma rede de relações discursivas, produz verdades. A relação entre o poder, o saber e a produção de verdades se estabelece a partir de como os mecanismos de poder arranjam-se dentro de determinado domínio discursivo. Seguindo nessa mesma esteira, a do discurso científico – talvez porque ele atravesse, direta ou indiretamente, todos os segmentos sociais e, ademais, esteja muito presente na análise empreendida no último capítulo deste estudo – é que nos indagamos: a que tipo de controle somos submetidos, para que sejam produzidos, a partir de certos saberes, efeitos de poder? Por que somos levados a aceitar, em determinada época certos discursos, como os científicos sobre a saúde e a vida, por exemplo, como verdadeiros? Podendo ser considerado “ao mesmo tempo, instrumento e efeito de poder” (FOUCAULT, 2007a, p. 111), o discurso difunde “e produz poder; reforça-o, mas também o mina, expõe, debilita e permite barrá-lo” (FOUCAULT, 2007a, p. 112).

Que nos sirvam de ilustração os discursos sobre a homossexualidade, cujo aparecimento data do século XIX. Se eles promoveram a entrada em cena de novos controles sociais no que se refere a esse tema, em contrapartida, abriram precedentes para a constituição de um discurso de reação em que a homossexualidade pôde ser discutida e legitimada. Dessa maneira, “os discursos são elementos ou blocos táticos das correlações de força” (FOUCAULT, 2007a, p.112), em que as relações de poder e saber mostram-se e atravessam o corpo social. É justamente o discurso, concebido “como uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável” (FOUCAULT, 2007a, p. 111), o ponto de encontro entre o poder e o saber e é onde são também construídas as verdades de uma época ou os efeitos de verdade. Não a verdade entendida como uma norma geral expressa por uma sequência de proposições definidas, mas por uma série de possibilidades de

enunciados que, de acordo com o momento de enunciação e com o enunciador são considerados verdadeiros.

Os tipos de discursos que cada sociedade aceita como verdadeiros dependem dos mecanismos e das “instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade” e, por fim, “o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (FOUCAULT, 2009, p. 13). Tendo isso em conta, uma das escolhas que fizemos em relação à nossa pesquisa foi a de vincular a objetivação da infância e a constituição do sujeito criança ao desenvolvimento da ciência, isso porque esse domínio discursivo está entre os que mais produzem saberes, mais exercem poder e mais instituem verdades. Segundo Foucault (2003, p. 233), em nossa sociedade não há, em absoluto, uma “instância suprema” da verdade. O que existem são “regiões em que esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde o procedimento pelos quais se pode chegar a enunciar a verdade são conhecidos previamente, regulados. São em geral os domínios científicos” (FOUCAULT, 2003, p. 233).

Pensando que os efeitos de verdade, sejam os que emanam do discurso científico ou de outro domínio discursivo, ganharam a credibilidade que possuem hoje em função de terem contado com a grande influência exercida pelos meios de comunicação, é que nos interessa sacramentar o elo que atrela o exercício do poder, tal como o experimentamos, e o desenvolvimento das mídias ao longo da história. Se no primeiro capítulo, tratamos das condições histórico-político-sociais que gestaram a mídia, levaram-na para o cotidiano das pessoas e a consolidaram como polo centralizador do poder, foi com o intuito de “preparar o terreno” para um melhor entendimento das mudanças nos mecanismos de poder, do seu exercício na atualidade, e de sua relação com os regimes de verdade, válidos em uma determinada época. Por ser um meio significativo de divulgação de saberes, a mídia tornou-se uma máquina de produção e disseminação de discursos verdadeiros e, logo, de produção de subjetividades. Sendo uma fiel colaboradora do biopoder, por meio da disseminação das tecnologias biopolíticas, ela assume um importantíssimo papel na condução de condutas, na padronização de comportamentos, na regulamentação da população. Não foi por outro motivo que escolhemos as veiculações desse segmento para buscar enunciados que subsidiassem nossa compreensão no que diz respeito às questões levantadas acerca da infância e da criança.

2.5 – Do dispositivo: um esboço

Dentro desse mesmo feixe de relações que envolvem o poder, o saber, a verdade, além da mídia, que tem se tornado cada vez “mais biopolítica”, vemos configurar-se um elemento muito relevante para a compreensão de certos fenômenos sociais ligados ao controle populacional, por meio de práticas discursivas e não discursivas. Referimo-nos ao chamado dispositivo. Tratando dessa noção no campo dos discursos que tocam a sexualidade, Foucault (2007a) deixa entrever, posto que não apresenta propriamente um conceito, que os dispositivos são instaurados por redes de enunciados que irrompem ao redor de um objeto discursivo, nesse caso a sexualidade, e que passam a deliberar sobre sua existência no mundo e a determinar a conduta da sociedade em relação a ele. Segundo Foucault (2009, p. 244), o dispositivo trata de

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais e filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elemento do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.

Em se tratando da sexualidade, Foucault (2007a) nos informa que, antes de ser um impulso difícil de controlar, é um lugar por onde passam as relações de poder entre os membros de uma população, entre homens e mulheres, jovens e velhos, educadores e alunos, pais e filhos, padres e leigos, em suma, entre a administração e a população. Nas relações de poder, a sexualidade se constituiu em um elemento dotado de grande instrumentalidade, uma vez que se tornou utilizável em um grande número de manobras, passando a “servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias” (FOUCAULT, 2007a, 114). Isso porque não há, para toda a sociedade, apenas uma estratégia que seja capaz de abarcar todas as possibilidades de abordagem sobre o sexo. O sexo resumido à capacidade de reprodução da espécie humana, o sexo como marca de gênero, o sexo como elemento legitimador do casamento, não dão conta da complexidade que envolve “os múltiplos objetivos visados, os inúmeros meios postos em ação nas políticas sexuais concernentes aos dois sexos, às diferentes idades e às classes sociais” (FUCAULT, 2007a, p. 114).

Nesse liame é que vemos surgir, “a partir do século XVIII, quatro grandes conjuntos estratégicos que desenvolvem dispositivos específicos de saber e poder a respeito do sexo” (FOUCAULT, 2007a, p.114-115), a saber: a histerização do corpo da mulher que, em virtude de uma doença que lhe foi atribuída como constitutiva, passou a ser alvo de

práticas e procedimentos médicos; da pedagogização do sexo da criança, que se caracterizou por uma verdadeira batalha contra a prática da masturbação entre os pequenos; da socialização das condutas de procriação que se relaciona às práticas contraceptivas; da psiquiatrização do prazer perverso que procurou detectar e corrigir comportamentos adultos considerados anômalos em relação ao sexo. Cumpre-nos destacar que tais grupos ganham coesão, eficiência e autonomia a partir de uma crescente preocupação com o sexo, que, no decorrer do século XIX, fez dele objeto privilegiado de saber, domínio a ser conhecido e, portanto, discursivizado. Contudo, a discursivização do sexo, longe de reprimir a sexualidade, de se esforçar para assumir seu controle, de tentar geri-la de modo a esconder o que ela poderia ter de inconveniente, acabou, ao contrário, por fomentar sua produção.

A sexualidade, assim, não é concebida como “uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar”, mas

é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação dos discursos, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros segundo algumas grandes estratégias de poder e de saber (FOUCAULT, 2007a, 116-117).

Porém, antes que se instaurasse o dispositivo da sexualidade, o sexo era regulado por outro dispositivo, o de aliança, que também permeou toda a sociedade referindo-se ao “sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento de parentescos, de transmissão de nomes e de bens” (FOUCAULT, 2007a, p.117). Entretanto, a partir do século XVIII, a nova realidade econômica e política e as demandas da sociedade ocidental não encontraram no dispositivo da aliança o suporte de que necessitavam. Foi, então, que se sobrepôs ao dispositivo da aliança, o dispositivo da sexualidade. Ambos os dispositivos envolvem o casal no que tange à parceria sexual estabelecida, porém em termos bastante distintos. Enquanto o dispositivo de aliança se baseia em regras e prescrições, reproduz e mantém relações por meio de leis que as rege e participa diretamente da transmissão e circulação de riquezas; o dispositivo da sexualidade investe na conciliação de uma tecnologia móvel, polimorfa e conjuntural de saber, produz uma constante ampliação dos campos e formas de controle e se relaciona com a economia por meio de relações numerosas e sutis, sendo o corpo, produtor e consumidor, seu principal foco.

Nas palavras de Foucault (2007a, p. 118), “o dispositivo da aliança está ordenado para uma homeostase do corpo social, a qual é sua função manter”, ao passo que ao dispositivo da sexualidade cabe “não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de maneira cada vez mais global”. A relação estabelecida entre o dispositivo de sexualidade e o dispositivo de aliança não foi de substituição ou supressão, mas de recobrimento, até porque, historicamente, o dispositivo de sexualidade se instaurou a partir do dispositivo da aliança. Decisiva para a instauração do dispositivo da sexualidade, no seio da sociedade, foi a valorização da família² no século XVIII, já que nas novas relações estabelecidas entre marido e mulher e entre pais e filhos é que residem os principais elementos que entram nessa instauração, a saber: a medicalização do corpo feminino, o controle da natalidade, o controle das pulsões sexuais infantis. Se, como diz Deleuze (1990), o dispositivo é um emaranhado de fios, uma espécie de novelo cujas linhas seguem rumos que não se pode calcular ou pressupor; se tais linhas, porque móveis, ora se juntam ora se separam umas das outras, não é difícil aceitar, como legítima, a rede de relações discursivas e não discursivas que entra na instauração de um dispositivo e a correlação de um dispositivo com outro.

Pensando nos elementos que instauraram o dispositivo de sexualidade e tendo em vista os acontecimentos discursivos que envolvem a infância, é que vemos instaurar-se o dispositivo de infantilidade. Ao lado do crime, do louco e do sexo, a infância, em um determinado momento, passou também a ser problematizada e a existência da criança, discursivizada, segundo certos saberes capazes de isolá-la como objeto de investigação e de produção de verdades. De maneira análoga à sexualidade, se a infantilidade estabeleceu-se “como domínio a conhecer, foi a partir das relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos” (FOUCAULT, 2007a, p. 108-109). Das práticas discursivas e não discursivas que, ao longo da história inventaram a infância e construíram a subjetividade da criança, trataremos oportunamente com a minúcia necessária.

Antes de passarmos adiante, no entanto, façamos uma ressalva em relação à terminologia atribuída ao dispositivo instaurado em relação à infância. Embora o termo “infantilidade” possa ter, na linguagem corrente, uma acepção mais próxima de “postura infantil” e, logo, não corresponder ao mesmo escopo de “sexualidade”, termo que designa o

² Do percurso histórico que tornou a família um “lugar obrigatório de afetos, sentimentos e amor” (FOUCAULT, 2007a, p.120), trataremos no último capítulo deste estudo.

dispositivo apresentado por Foucault, na falta de outro que melhor se acomode à acepção que desejamos expressar, optamos por adotar aquele sugerido por Corazza (2004).

3. DA INVENÇÃO DA INFÂNCIA À CONTEMPORANEIDADE: CONQUISTAS E INCERTEZAS

...as condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento mas aquilo através do que se formam os sujeitos de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade (FOUCAULT, 2005, p. 27).

3.1. A Lei e a Ciência: saberes construindo subjetividades

Considerando o fato de que a criança é parte representativa da população que compõe uma sociedade de controle, e lançando um olhar mais atento aos dizeres que a circundam na atualidade, perceberemos que se trata de um ser singular que deve ser cuidado e respeitado pelos adultos de todas as esferas da sociedade. Se pensarmos apenas nos primórdios de sua existência, há um leque interminável de recomendações especiais que abrangem desde cuidados com a gestação e o parto, até a aquisição de bens de consumo produzidos especificamente para essa primeira etapa da infância. As prescrições chegam a afetar a conduta não só da gestante, mas também das pessoas ao seu redor: o ambiente material e emocional que acolhe o bebê, o estado de espírito dos pais, bem como a relação entre ambos, e deles com o bebê, compõem, ao lado de inúmeros outros quesitos, a lista de procedimentos considerados essenciais ao bem-estar do recém-nascido, bem como à promoção e preservação de sua saúde.

Com essas poucas considerações, que dizem respeito ao recém nascido, já é possível termos uma ideia dos preceitos que cercam a saúde e a vida da criança, haja vista que, para cada etapa da infância, as necessidades são diferentes e igualmente complexas. Assim, a partir de certos critérios de padronização, relacionados ao zelo que deve ser dispensado à criança e segundo a verdade de uma época, são definidos os parâmetros de normalidade peculiares a esse segmento social. Para Foucault (2005b), cada regime de verdade está associado a determinados domínios de saber que se estabelecem dentro de um dado universo de práticas sociais e de condições econômicas que enredam sujeito e história. Trata-se de uma relação em que o sujeito é, lembremo-nos, constituído pela história, e não o contrário. Fato é que “as práticas sociais podem chegar a engendrar domínios de saber que não somente fazem aparecer novos objetos, novos conceitos, novas técnicas, mas também fazem nascer formas totalmente novas de sujeitos e de sujeito de conhecimento” (FOUCAULT, 2005b, p. 8).

Considerar que a constituição do sujeito, as práticas sociais e a própria verdade têm sua história, é entender que as verdades são mutáveis e, normalmente, estão em consonância com certos saberes, como o saber científico, vigentes em cada época. É, hoje, a ciência uma das maiores veiculadoras de efeitos de verdade, posto que depende do seu aval a adoção ou não de certos procedimentos na vida cotidiana dos sujeitos, sobretudo se o que está em jogo é a preservação da saúde e da vida. Cumpre observar que muitos são os saberes formulados no interior das práticas discursivas que movem a sociedade, mas apenas um grupo seleto desses saberes se constituem em ciência, cuja voz de autoridade diz sim ou não às possibilidades disponíveis à população. Destituindo a relação entre poder e saber de sua complexidade, poderíamos dizer: para que um saber seja considerado ciência ele deve ser capaz de responder “a critérios experimentais ou formas de cientificidade” (FOUCAULT, 2007b, p. 204), passíveis de comprovação material.

Entretanto, tais experimentos e critérios de cientificidade, assim como seus resultados, são cambiantes, de sorte que também ocorrem mudanças no comportamento social. Não faz muito tempo, a ciência constatou por meio de pesquisas e experimentos que o consumo do ovo, pelo ser humano, traria problemas para sua saúde, elevando, por exemplo, sua taxa de colesterol. Prontamente, o produto passou a ser consumido com cautela pela maioria da população, afinal o malefício em questão havia sido comprovado pela ciência. Entretanto, os estudos acerca desse alimento seguiram e, pouco tempo depois, a mesma ciência que o havia condenado, decretou sua abolição, resultado: a população passou a consumir, agora sem culpa, o alimento em questão. Casos semelhantes ocorreram, e ocorrem cotidianamente, com outros temas que, de um modo ou de outro, pertencem à nossa realidade, que o digam o café, o vinho tinto, os transgênicos, a reposição hormonal feminina... O que percebemos é que a ciência “localiza-se em um campo de saber e nele tem um papel, que varia conforme as diferentes formações discursivas e que se modifica de acordo com suas mutações” (FOUCAULT, 2007b, p. 206). É, pois em virtude da força que o discurso científico tem para as tecnologias biopolíticas, na normalização da sociedade de controle, é que elegemos o discurso da ciência como um dos pontos de ancoragem para a análise a que procederemos a seguir.

Outros saberes a partir dos quais desenvolveremos nossas reflexões são aqueles produzidos no interior das práticas judiciárias que, consideradas em sua mutabilidade histórica, constituem outro importante modo de estabelecer “tipos de subjetividade, formas de saber e, por conseguinte, relações entre o homem e a verdade” (FOUCAULT, 2005b, p. 11). Trata-se da “maneira pela qual, entre os homens, se arbitram os danos e as responsabilidades,

o modo pelo qual, na história do Ocidente, se concebeu e se definiu a maneira como os homens podiam ser julgados em função dos erros que haviam cometido” (FOUCAULT, 2005b, p. 11). Na atualidade são poucos os temas inerentes à vida cotidiana que não são regulamentados pela lei, até mesmo condutas – um dia, norteadas pelo respeito ao espaço alheio e pelo bom senso – que dizem respeito aos limites naturalmente impostos pelo convívio social, vêm sendo, cada dia mais, alvo de regulamentações legais. A criação de leis como Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como o Estatuto do Idoso parecem desobrigar os indivíduos do exercício da ética, por meio do qual, a partir de uma relação consigo mesmos, eles seriam capazes de encontrar a conduta ideal para com os demais. A maioria dos passos que damos, das atitudes que tomamos, está submetida a determinadas interdições, que em um movimento de causa e efeito, nos impedem de optar pela ação proibida, ou seja, não maltratamos crianças e idosos, não porque acreditamos que isso seja inadequado, mas porque a lei os respalda e não queremos ser punidos.

As leis, assim como a voz de autoridade que ecoa do discurso científico, estão a favor das tecnologias biopolíticas no controle da população, pois elas, as leis, permitem que seja articulado “um esquema do poder que é homogêneo não importa em que nível nos coloquemos e seja qual for o domínio: família ou Estado, relação de educação ou de produção” (FOUCAULT, 2003, p.248). Desse modo, ao procedermos à análise que segue, adotaremos como principal foco as singularidades do saber judiciário e do saber científico na criação de novas subjetividades e no estabelecimento de verdades. Interessa-nos, nas linhas a seguir, discutir hipóteses que nos ajudem a entender o jogo discursivo que, num deslocamento contínuo, faz emergir e apagar discursos, práticas, saberes. Dentro desse universo, os conteúdos midiáticos, tendo em vista sua indiscutível capacidade de propagar verdades estabelecidas e padronizar comportamentos, nos parecem um excelente indicador de qual regime de verdade está posto para determinado tema, em determinado tempo, e assim o é em relação às questões que tocam a criança e, portanto, a infância. Logo, partiremos do fato de a mídia ser propulsora da biopolítica – que a partir da Modernidade, passa a agir nas relações de poder –, considerando a população infantil o alvo dessas ações.

Partindo desse pressuposto, nas duas próximas seções, traçaremos um breve percurso histórico, buscando apresentar, por um lado, os acontecimentos que contribuíram para constituir a criança, que era tratada com certa indiferença na Idade Média, como sujeito digno de cuidados especiais em todos os segmentos de sua vida; e, por outro, considerar a hipótese, defendida por muitos, de que a infância estaria na iminência de não mais existir. Em seguida, traremos uma ilustração de como, em nome da preservação da vida e da saúde da

criança, o biopoder pode exercer o velho poder soberano de matar ou deixar viver. Já nas últimas duas seções, lidaremos, respectivamente, com a saúde da criança e o trabalho infantil, tendo em vista a realidade brasileira, as tecnologias biopolíticas e as ações do biopoder sobre a população infantil. Com tais reflexões, interessa-nos discutir algumas possibilidades de como os enunciados relativos à infância são modificados a partir da instauração de novos saberes que vão objetivando a criança e criando verdades, quase sempre provisórias, acerca de sua existência no mundo.

3.1.1. A invenção da infância: uma imposição da Modernidade

Dentro desse movimento histórico-discursivo – em que verdades são constituídas a partir da mobilização de poderes e saberes próprios de uma época –, surgiram modos de subjetividade, constituíram-se determinados sujeitos e instaurou-se o dispositivo de infantilidade. Ocorre que a infância estabeleceu-se como um período, cujas especificidades permitiram que a ela fossem aplicados certos procedimentos não aplicáveis a outras faixas etárias. Assim foram regulamentadas, e inseridas nas práticas sociais, normas que delimitaram o universo infantil e passaram a nortear a relação entre adultos e crianças. Em relação aos pequenos, desenvolveram-se sentimentos “de piedade e ternura, amor materno/ paterno/ filial, teorias científicas, saberes profissionais, poderes ensejadores de responsabilidades e de experiências, uma certa política da verdade” (CORAZZA, 2004, p. 25), que passou a definir o trato ideal para a infância, estimulando a criação de produtos e serviços capazes de suprir suas demandas de saúde física e mental e de qualidade de vida. Mas, nem sempre foi assim. Esse lugar de ser protegido, ocupado pela criança, é relativamente novo e resultado de um processo que vem se desenvolvendo ao longo da história das sociedades, em nosso caso, das sociedades ocidentais.

De acordo com Ariès (1981), a criança não era alvo das atenções do homem dos séculos X e XI. Não que ela fosse tratada com desdém ou desprezo, mas o sentimento que nos faz particularizá-la, em relação aos jovens e adultos, simplesmente não existia. Em virtude de a morte na primeira infância ser algo bastante recorrente, havia certa banalização da vida de crianças pequenas: nasciam muitas, mas nem todas chegariam a ser adultas. Diante disso, “as pessoas não se podiam apegar muito a algo que era considerado uma perda eventual” (ARIÈS, 1981, p. 22). A infância era, então, encarada como um mero período de transição, tanto que, assim que perdiam os vínculos essenciais com a mãe ou a ama, os pequeninos misturavam-se aos jovens e adultos e, com eles, passavam a compartilhar toda sorte de atividades. Contudo,

mesmo integrando, desde muito cedo, a vida coletiva, “a criança muito pequenina, demasiado frágil para se misturar à vida dos adultos, [...] não contava porque podia desaparecer”. (ARIÈS, 1981, p. 99).

Esse “não-lugar” da criança pode ser inferido pelo fato de que, “até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a criança ou não tentava representá-la” (ARIÈS, 1981, p. 17). Não que a representação da criança fosse ausente na Idade Média, mas, quando retratada, ela tinha sua imagem deformada, como é possível perceber nessa pintura de Jerônimo Jacinto¹, do século XII, que retrata uma missa. O que nos faz pensar que ao lado do religioso há uma criança e não um adulto é, pode-se dizer, apenas a estatura. É fácil perceber, no rosto do pequeno, traços demasiado rústicos para uma criança de oito ou nove anos. O mesmo podemos dizer do formato do seu corpo:



forte demais para essa faixa etária. Suas vestes, nesta obra de arte, parecem estar sobre o corpo com o simples objetivo de cobri-lo, pois não marcam nenhuma singularidade infantil e nem mesmo imitam as dos adultos.

Nessa época, parece não haver nenhuma preocupação em retratar fielmente as características que diferenciavam a criança do adulto, porque ela não era suficientemente importante para isso. Segundo Ariès (1981, p.17), tal tipo de deformação nos faz pensar que o “mais provável é que não houvesse lugar para a infância nesse mundo”, podendo ser também percebido em uma miniatura otomaniana do século XI, que retrata a cena do evangelho em que Jesus chama para perto de si as criancinhas. Ao redor de Jesus, estão reproduzidas não crianças, mas oito homens, em tamanho reduzido.

Em meados do século XIII, entretanto, a arte começa a retratar a criança sob um perfil, por assim dizer, mais identificável com o “sentimento moderno”. É nessa época que

¹ Disponível em: <<http://www.salvemaliturgia.com/2010/09/casula.html>> Acesso em 02 nov. 2010.

surge a representação do anjo, uma criança um pouco mais crescida, próxima ao que conhecemos hoje como o pré-adolescente, que aparece, na arte, como ajudante na celebração das missas; até porque a arte sacra foi muito produtiva nesse período e, curiosamente, evidenciou, os primeiros sinais de mudança no pensamento social em relação ao sentimento de infância, a partir do século XIV, por meio de figuras que identificavam a criança com o menino Jesus. Na pintura ao lado, do século XV², o artista Sandro Botticelli destaca “aspectos graciosos, ternos e ingênuos da primeira infância” (ARIÈS, 1981, p. 20), bem como marca a troca afetiva que já existe entre a criança e sua mãe, cuja imagem remete à Virgem Maria.



A partir dos séculos XV e XVI, surgiram as primeiras iconografias laicas com a representação da criança protagonizando pinturas anedóticas, como ilustrado no quadro ao



lado, produzido em 1509³, por Lucas Sunder Cranach el Viejo. Como podemos verificar, as crianças continuam sendo retratadas com uma aparência que pouco corresponde à realidade e ainda não figuram sozinhas, mas já se inserem em atividades próprias de sua faixa etária, como jogos e brincadeiras com seus pares e, não raro, com adultos em suas atividades rotineiras. Embora o universo coletivo em que, na arte, as crianças apareciam, sinalizasse que, em sua rotina, elas ainda se confundiam com os adultos, não se pode negar que continuavam a conquistar seu espaço na história dos sentimentos.

²Disponível em :<http://www.kalipedia.com/arte/tema/edad-moderna/singularidad-botticelli.html?x=20070718klparthis_75.Kes&ap=3>. Acesso em: 02 nov. 2010.

³ Disponível em: <<http://pintura.aut.org/SearchProducto?Produnum=3710>>. Acesso em: 02 nov. 2010.

Um marco significativo desse fato é o aparecimento, no século XVI, de sua fotografia em efígies funerárias de seus pais ou professores. Em virtude da ideia de sua fragilidade e, por isso, insignificância, que remanesceu da Idade Média e persistiu até o século XVII, inicialmente, os pequenos não apareciam em seus próprios túmulos, isso porque

ninguém pensava em conservar o retrato de uma criança que tivesse sobrevivido e se tornado adulta ou que tivesse morrido pequena. No primeiro caso, a infância era uma fase sem importância, que não fazia sentido fixar na lembrança; no segundo, o da criança morta, não se considerava que essa coisinha desaparecida tão cedo fosse digna de lembrança (ARIÈS, 1981, p. 21).

O gosto pelo retrato, particularmente o da criança morta, chegou como um indício de que sua perda não era mais vista como algo inevitável. A criança começava a sair do anonimato: foi “como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal” (ARIÈS, 1981, p. 25). O século XVII foi, assim, um período decisivo para que a criança e a infância



chegassem a ser o que são na contemporaneidade. Data dessa época a proliferação dos retratos de crianças sozinhas ou com lugar seguro nos retratos de família, conforme é possível constatar na obra⁴, do século XVIII, de Goya. No entanto, “foi somente no século XVIII, com o surgimento do malthusianismo⁵ e a extensão das práticas contraceptivas, que a idéia de desperdício necessário desapareceu” (ARIÈS, 1981, 23).

A invenção da infância e a delimitação do espaço familiar como lugar de afeto, tanto entre pais e filhos, como entre os cônjuges, estão relacionadas às significativas mudanças que, a partir da metade do século XV, até fins do século XVIII, se processaram na mente e, portanto, na vida do homem moderno. Tal afeição manifestou-se principalmente pela valorização da educação; mais do que bens e honra, a formação dos filhos passou a requerer o conhecimento formal – atividade que eles desenvolviam, sob o olhar atento dos pais, já nos

⁴ Disponível em: <<http://arteartemuchoarte.blogspot.com>>. Acesso em: 02 nov. 2010.

⁵ Trata-se do pensamento de Tomas Robson Malthus (1766-1834) que em linhas gerais sustentava a ideia de que a multiplicação da espécie humana, que ocorreria em proporção geométrica, não seria acompanhada pela produção de alimentos, que cresceria em proporção aritmética. Em suma, seria necessário impor um limite à reprodução do ser humano.

séculos XIX e XX. Mas, como a educação escolar se estabeleceu como indispensável na rotina familiar?

Sem haver, na Idade Média, distinção entre infância, adolescência ou juventude, a criança passava a ser jovem de forma repentina, haja vista a curtíssima duração da infância que se restringia aos primeiros e mais vulneráveis anos de sua vida. Imediatamente após adquirir alguma autonomia sobre seu corpo e suas atitudes, a criança, sendo introduzida na rotina dos adultos, com frequência tinha seu processo de socialização desenvolvido fora do ambiente doméstico. Era usual que fosse mantida em companhia dos pais até por volta dos sete ou oito anos de idade e, a partir de então, passasse a viver na residência de outras pessoas, onde, na condição de aprendiz, assumia todo o serviço doméstico, desobrigando, portanto, aqueles que a acolhiam. Acreditava-se que na presença de estranhos, mediante a formalidade estabelecida pela relação entre o mestre e o aprendiz, o aprendizado de boas maneiras poderia ser mais eficaz do que na trivialidade da própria casa. Dessa maneira, não era atribuição da família a socialização das crianças, nem no que se refere aos conhecimentos, nem aos preceitos relacionados à formação humana. Em outros termos, sua formação moral e educacional vinculava-se ao convívio rotineiro com adultos em um processo de ensino-aprendizagem.

O ato de entregar os filhos aos cuidados de estranhos foi uma prática disseminada no Ocidente medieval, independente da posição sócio-econômica das partes. Por mais descabidos que pareçam ao homem contemporâneo, tais procedimentos eram, então, encarados com naturalidade, de modo que o

homem da Idade Média via aí apenas variações de uma noção essencial, a noção de serviço. O único serviço que durante muito tempo se pôde conceber, o serviço doméstico, não implicava nenhuma degradação e não despertava nenhuma repugnância (ARIÈS, 1981, p. 155).

Nesse universo, a educação era algo muito amplo, posto que no ambiente de aprendizagem não havia separação entre a noção geral de aprendizagem e a noção de educação, tampouco, entre a vida profissional e a vida privada. Ao mestre cumpria a tarefa de transmitir à criança, filha de outrem, todos os seus conhecimentos, fossem eles teóricos, práticos ou morais. Estando a criança apartada do convívio de seus pais, seria difícil, “nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos” (ARIÈS, 1981, p. 158).

Em contrapartida, no século XV, já era possível perceber um vagaroso, mas significativo estreitamento das relações familiares, fato que se vinculava à frequência escolar. A educação oferecida na casa dos mestres passava, paulatinamente, a ser uma atribuição da

escola, que deixou de privilegiar apenas os clérigos para se integrar à formação social daqueles que saíam da infância rumo à fase adulta. A escola parece ser a primeira instituição a colaborar com a instauração do dispositivo de infantilidade, pois, dentro desse espaço singular, as atenções eram mais facilmente voltadas para peculiaridades da criança e, portanto, para a percepção de suas necessidades. O deslocamento da educação aprendiz para a educação escolar veio como resposta “a uma necessidade nova de rigor moral da parte dos educadores, a uma preocupação de isolar a juventude do mundo sujo dos adultos para mantê-la na inocência primitiva, a um desejo de treiná-la para melhor resistir às tentações dos adultos” (ARIÈS, 1981, p. 159). Em consequência disso, o comportamento dos pais em relação ao sentimento de família também sinalizava para um processo de mudança. Eles passaram a se dedicar mais aos filhos, mantendo-os sob seus próprios cuidados e abandonando a prática de submetê-los à função de aprendiz.

A separação de crianças e adultos, por meio da escolarização, foi, sem dúvida, “uma das faces do grande movimento de moralização dos homens promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às Leis ou ao Estado”, no entanto, isso “não teria sido realmente possível sem a cumplicidade sentimental das famílias” (ARIÈS, 1981, p. xi). O processo de substituição da chamada aprendizagem pelas atividades escolares resultou, assim, em um estreitamento das relações familiares, subsidiando laços afetivos e criando o sentimento da infância. A delimitação do espaço familiar foi decisiva para a produção de discursos que resultaram em muitas das normas e regulamentos que foram compondo o dispositivo de infantilidade e que somos levados a adotar em relação às questões que envolvem a criança. A partir do século XVII, a junção da criança com seus genitores, outrora separados, possibilitou que as atenções da família se voltassem à criança e que os pais assumissem certos deveres em relação à sua educação, escolhendo seu colégio e supervisionando seus estudos em casa, após as atividades escolares. O ambiente familiar “era agora completamente diferente”, mais afetivo, “mais próximo do nosso, como se a família moderna tivesse nascido ao mesmo tempo que a escola, ou, ao menos que o hábito geral de educar as crianças na escola” (ARIÈS, 1981, p. 159).

Dentro dessa nova organização familiar, a criança saiu definitivamente do anonimato, de maneira que não seria mais possível perdê-la sem um grande sofrimento, visto que já era considerada um ser único e insubstituível: à ela foi simbolicamente atribuída a capacidade de perpetuar a vida, sendo “o espelho que, secretamente, reflete o sonho da presunção infinita do humano que se descobrira finito” (CORAZZA, 2004, p. 21). Assim, a partir do século XIX, “o mundo que era um só, virou dois: o das crianças e o dos adultos”

(URBIM, 2004, p. 65) e os saberes que foram constituídos, acerca do bem-estar dos pequenos, passaram a inseri-los em um universo de cuidados e procedimentos que, de adequados e recomendáveis, tornaram-se, contemporaneamente, imprescindíveis. Dessa maneira, “sua saúde, alimentação, condições de existência, necessidades, interesses, desejos” (CORAZZA, 2004, p. 22) são controlados segundo parâmetros próprios às Ciências Humanas que passaram a considerar “a infância como vida original, semente, célula *mater*, passado anunciado no presente e sentenciando o futuro” (CORAZZA, 2004, p. 24, grifo da autora).

O fato de a criança tornar-se uma espécie de imortalização do adulto faz irromper, em seu entorno, uma série de discursos veiculadores de certas verdades acerca da identidade infantil. Em consequência disso, são desencadeadas práticas culturais e educativas que afetam sua existência econômica no presente e mudam suas perspectivas para o futuro – futuro que tem sido cuidadosamente previsto, controlado e garantido o mais precocemente possível. Assim sendo, o corpo e a alma do sujeito infantil tornaram-se alvo de atenções cada vez mais orientadas, que lhe atribuem “características próprias, cognição, sensibilidades particulares; uma vida em tudo distinta” (CORAZZA, 2004, p.25). É, dessa maneira, que, muito cedo, grande parte das crianças se vê “obrigada a entregar suas infantilidades a um leque de profissionais *psi* que todo o vêem e todo o sabem” (LAJONQUIÈRE, 2004, p. 174, grifo do autor). Uma grande diversidade de áreas profissionais especializadas antecipa resoluções para problemas que a criança efetivamente não enfrenta, atribuindo-lhe necessidades possíveis que, como medida de prevenção, acabam entrando em sua realidade, criando o ambiente ideal para que o poder se torne, por inteiro, biopolítico e todo o corpo social, a exemplo da população infantil, seja abarcado por essa máquina do poder.

3.1.2. Salvemos a infância agonizante!

Como sinalizamos em linhas anteriores, esse controle, que visa ao bem-estar da criança e ao qual quase nada escapa, tem tido seus resultados questionados por estudos que analisam o comportamento social infantil na atualidade. As reflexões que tecemos até aqui, acerca das concepções de verdade, subjetividade e poder nos dão condições de afirmar que somente certos acontecimentos, porque inseridos em determinado universo sócio-histórico-cultural, poderiam instaurar o dispositivo de infantilidade e permitir que a infância, sem pertencer a qualquer categoria biológica, fosse instituída como “etapa da vida protegida dos males do mundo” (URBIM, 2009, p.65); e a criança, singularizada como um ser “que deve ter respeitados e garantidos seus direitos” (CORAZZA, p. 25). Ora, se a infância foi uma

invenção cultural e, portanto, social, a mesma sociedade que a inventou pode promover sua “desinvenção”. Segundo Urbim (2009, p. 65), a infância, como “uma idéia, uma abstração, um paraíso artificial,” começou a perder força ainda nos anos de 1950, vítima de acontecimentos relacionados aos avanços técnico-informacionais e sua iminente morte têm sido motivo “de inquietação, elemento de reflexão e debates, questão e problema social de ordem moral, tratados com pânico e urgência” (CORAZZA, 2004, p. 27).

Parece incoerente, mas tanto a invenção da infância quanto o seu fim decorrem de um mesmo ciclo de acontecimentos relacionados de modo irremediável: o espaço infantil foi delimitado a partir do surgimento da escola, mas o aparecimento da escola só foi possível a partir do advento da imprensa, precursora de todo o aparato técnico-informacional de que dispomos hoje e que é tido como propulsor do fim da infância. Expliquemos: vulgarizando os livros e viabilizando o acesso da sociedade à educação, a imprensa contribuiu para o fim do monopólio que, durante toda a Idade Média, restringia o conhecimento às paredes dos mosteiros. Ocorre que, se por um lado, o letramento tornou os segredos mais facilmente desvendáveis, as atividades da vida cotidiana mais complexas, e a criação de ambientes adequados para o desenvolvimento da criança, indispensável; por outro, transformou os pequenos em um investimento econômico a longo prazo e, cada vez mais cedo, eles passaram a desenvolver habilidades próprias dos adultos. Além de estudar, o indivíduo deve ser iniciado, ainda na infância em atividades que lhe ofereçam subsídios capazes de garantir seu destaque em relação aos demais no mercado de trabalho capitalista, e extremamente competitivo, em que o melhor é aquele que reúne um maior e mais variado leque de atributos. Dessa forma, os pequenos enfrentam, desde cedo, uma verdadeira maratona de atividades diárias relacionada à sua formação intelectual, física/ fisiológica e cultural fora da escola. Que nos sirvam de exemplo o estudo de línguas, a prática de esportes e atividades artísticas, respectivamente.

Essa tendência de “adultização” das crianças consolidou-se com a ajuda da popularização da TV, pois, ao seu redor, a família passou a se reunir e a compartilhar todo tipo de informação, possibilitando que os mundos adulto e infantil voltassem, em alguma medida, a se misturarem e que a televisão assumisse parte do papel que então cabia à família. Se “antes as memórias de infância eram criadas sob a supervisão dos pais ou na companhia de outras crianças, agora elas vinham da TV, das músicas, dos filmes” (URBIM, 2004, p.67) e de outros conteúdos elaborados para fins de consumo. O contato das crianças com a TV cresceu, de maneira vertiginosa até atingir seu ápice na década de 1990, quando começou a ser substituída pelo computador. Se era preocupante que crianças compartilhassem os mesmos

programas televisivos que os adultos, o que dizer, hodiernamente, do seu acesso à banda larga?

Fato é que, segundo Corazza (2004, p. 26), “em nossa história presente, a experiência da individualidade infantil sofre uma fratura”. Sufocadas por uma infinidade de demandas, que uma vez criadas tornam-se obrigatórias, “as crianças não conseguem mais ser crianças porque são cada vez mais pensadas e tratadas como adultos/ as” (CORAZZA, 2004, p. 27). As sociedades contemporâneas “entre suas violências, estariam cometendo mais esta: a de retirar da infância a possibilidade de ser infantil” (CORAZZA, 2004, p. 27). Os vários elementos que se articularam ao redor da infância e culminaram na instauração do dispositivo de infantilidade envolvem “leis, manifestos, estatutos, regras, associações, conferências mundiais, pactos internacionais [que] objetivam defendê-la desse fim, perda, falta, negação, espoliação, roubo, ultraje” (CORAZZA, 2004, p. 26). Entretanto, variadas são as estratégias aplicadas à proteção da infância e essa diversidade surge das especificidades dos diferentes segmentos sociais que compõem uma sociedade de controle. Com efeito, para atingir toda a população infantil, preservando sua integridade, é necessário que os mecanismos de controle percorram, de baixo para cima, a totalidade da pirâmide social, o que significa considerar, prioritariamente, para então combater, as formas de exclusão social de que um grande número de crianças é vítima⁶. Em relação a esse particular,

as regularidades enunciativas das práticas culturais indicam como remédios sociais e morais: a diminuição ou supressão da pobreza e da miséria econômicas; famílias emocional e moralmente melhor estruturadas; respeito aos direitos e atendimento às necessidades da infância; mais saberes especializados, que resultariam em maior sensibilidade por sua condição infantil; mais efetiva escolarização, funcionando como salvaguarda para a perda da infância (CORAZZA, 2004, p. 28)

Se “as práticas políticas encontram-se abundantemente empenhadas na produção e na defesa de uma infância sem fim” (CORAZZA, 2004, p.28) e, portanto, os mecanismos de regulamentação da população infantil estão cada vez mais refinados e voltados para o seu bem-estar, como pode a infância estar agonizante? Trata-se de uma contradição, que mesmo silenciada, é inerente à constituição do sujeito criança, objeto de conhecimento e identificado como “ser” singular e merecedor de todos os cuidados. Tal contradição fundamenta-se no fato de os mesmos cuidados “curativos” e preventivos, que foram pensados para proteger e zelar pela infância sem fim, traduziram-se em uma exacerbação que sufoca a criança, impedindo-a de correr os riscos de viver, despretensiosamente, como crianças. Entretanto, mais que saber

⁶ Do modo de atuação do biopoder sobre a parcela menos favorecida da população infantil, trataremos mais adiante.

se a infância está fadada à morte ou se estamos apenas conhecendo outra nova maneira de “ser” criança, interessa-nos perceber como a infância se situa na rede de relações que envolvem o poder, o saber, e a verdade, isto é: sem perder de vista as constantes atualizações sofridas pelas tecnologias biopolíticas aplicadas às sociedades ocidentais contemporâneas, olhar para os dizeres que tocam a infância e a criança, buscando perceber, conforme Foucault (2007b), porque irrompem esses dizeres e não outros.

As relações histórico-discursivas, que inventaram a infância e deram à criança um lugar especial dentro da sociedade, fomentaram a necessidade de ela ser cada vez mais protegida, forçando uma reconfiguração da família ao longo da história. A família medieval constituía-se por “um conjunto, uma ‘casa’, um grupo, que incluía os outros parentes, as pessoas próximas, os amigos, os criados” (ROUDINESCO, 2003, p. 18; grifo da autora). Nessa época, o sentido da existência da família chamada tradicional era, sobretudo, o de garantir a manutenção de certo patrimônio. Com base em normas duramente regidas pela autoridade patriarcal, o núcleo familiar era constituído a partir de casamentos “arranjados entre os pais sem que a vida sexual e afetiva dos futuros esposos” (ROUDINESCO, 2003, p. 18) fosse levada em consideração. Num segundo momento, instaurou-se no bojo da sociedade entre os séculos XVIII e XX, a família dita moderna que legitima “a reciprocidade dos sentimentos e os desejos carnis por intermédio do casamento”, bem como “a divisão do trabalho entre os esposos” (ROUDINESCO, 2003, p. 18). Se na família medieval, as normas que regiam o núcleo familiar eram estabelecidas e sustentadas pela autoridade patriarcal, na Modernidade, essa autoridade é relativizada. Sobre os filhos, há uma divisão incessante entre a autoridade dos progenitores, por um lado, e a autoridade do Estado, por outro. Mas, o que vimos mais recentemente, a partir dos anos de 1960, foi o surgimento da chamada família contemporânea, “que une ao longo de uma duração relativa dois indivíduos em busca de relações íntimas ou realização sexual” (ROUDINESCO, 2003, p. 18). Nessa nova configuração familiar, o referencial de autoridade – um dia patriarcal e, depois, dividida entre os genitores e o Estado – torna-se bastante complexa no momento em que se tornam comuns os divórcios e as separações, reestruturando o quadro conjugal.

Dentre os sinalizadores de que a família passava por uma reconfiguração, a partir do século XVIII, cumpre-nos destacar o controle da natalidade e o deslocamento sofrido pelo papel social da mulher dentro e fora da instituição familiar. Impulsionada pela emancipação feminina e pela exigência de uma produção de capital capaz de satisfazer as mais atualizadas, e cada vez mais severas exigências de consumo – também ligadas ao modo de existência da criança –, aquela que se ocupava da casa e da prole passa, ao lado do homem, a compor o

mercado de trabalho, a fim de elevar a renda familiar. É, pois, dentro dessa nova realidade, de onde emergem discursos e saberes, que novas necessidades e novas práticas sociais redimensionam as atribuições da família e agregam à atuação dos pais toda sorte de responsabilidades que garantam aos filhos as condições adequadas para o desenvolvimento de suas ocupações, desde a escola que frequentam, os brinquedos e jogos com que se divertem, os programas a que assistem...

Como exemplo, podemos lançar mão de um artigo, publicado em março de 2009, pela *Folha de S. Paulo*, que comenta o resultado de uma pesquisa cujo enfoque são as ameaças a que a infância contemporânea estaria exposta. De acordo com tal pesquisa, realizada no Reino Unido e intitulada “O Relatório da Boa Infância”, é grande o número de crianças que tem seu cotidiano alterado por problemas resultantes do vertiginoso desenvolvimento da tecnologia informacional. Entre esses problemas estão, para citarmos apenas dois, pressões consumistas e alterações nas relações sociais, sobretudo, nas relações familiares. Um aspecto polêmico que envolve os resultados dessa investigação refere-se ao “impacto que o relacionamento dos pais com a criança e entre o pai e a mãe têm para uma boa infância” (LEITE, 2009). Mesmo diante de uma veemente reação dos coordenadores da pesquisa, “boa parte da mídia britânica destacou como conclusão do estudo que casais em que ambos os pais trabalham fora ou que são separados criam pior seus filhos” (LEITE, 2009).

A pesquisa revela, em suma, que a boa infância depende da postura dos pais tanto diante dos filhos quanto diante da vida, bem como da coerência entre sua conduta e os princípios nos quais afirmam acreditar. Isso é evidenciado pelo fato de que Dinamarca, Suécia e Holanda, mais bem avaliados acerca do bem-estar das crianças, são os países “em que os adultos estão mais inclinados a concordar que a pessoa não tem o dever de respeitar pais que não conquistaram isso por seu comportamento e atitude” (LEITE, 2009). Mesmo considerando vários caminhos que podem levar a uma infância feliz, a pesquisa fomenta o debate acerca do bem-estar da criança elencando

uma série de recomendações para pais (“fazer um compromisso de longo prazo”), professores (“basear a disciplina em respeito mútuo”), governo (“aumentar os salários dos profissionais”), mídia (“repensar a quantidade de violência veiculada”), anunciantes (“parar de encorajar a sexualidade precoce e a bebida em excesso”) e a sociedade como um todo (“ter uma atitude mais positiva em relação às crianças”) (LEITE, 2009; grifos do autor)

Ao que parece, as demandas capitalistas, que foram sendo construídas, produziram a má infância e, ao mesmo tempo, criaram a necessidade de se buscar uma boa infância. Se,

por um lado, os pais precisam priorizar o trabalho para suprir materialmente a família; por outro, tornam-se ausentes, impossibilitados de acompanhar a rotina de seus filhos e, logo, de cultivar o vínculo afetivo, ora inerente à relação familiar. Mas, quanto menos acompanham a rotina de seus filhos, mais precisam trabalhar para compensar essa ausência com bens de consumo ligados à vida material cotidiana, à educação e à saúde, nos termos exigidos pelos padrões fomentados dentro da sociedade de controle em que estamos inseridos.

3.1.3. Útero-máquina: uma gest(ação) calculista da vida

Retomando as considerações que tecemos acerca da contradição que envolve, por um lado, o zelo pela infância e, por outro, a iminência de sua morte, importa-nos, a seguir, tratar de outra circunstância em que essa contradição se materializa. Diante das demandas criadas acerca da infância e em virtude da tamanha responsabilidade da família sobre a criança, a decisão de gerar e educar um filho tornou-se, com o passar do tempo, mais preocupante e dispendiosa, o que explica, em alguma medida, a tendência de as famílias se tornarem cada vez menos numerosas. Dessa maneira, a gravidez, desejada e planejada, passa a ser um período de muitas expectativas e cercado por ações preventivas em relação a qualquer falha ou imprevisto. Por isso, quando a contracepção é interrompida e a gravidez não ocorre, de imediato, essa recusa do corpo, instrumento à disposição, “é percebida pelo casal como uma anomalia que solicita o apoio do médico, mais do que a paciência ou a palavra. O tempo tornou-se uma patologia” (LE BRETON, 2003, p. 74), que fomenta a procura pela chamada procriação assistida. Não raro, a esterilidade deixa de ser devidamente comprovada pelos médicos que, priorizando o anseio do casal, acabam por elevar o índice de fertilizações *in vitro*, feitas em pares não estéreis. Assim, um simples “atraso entre a vontade de ter a criança e a gravidez transforma-se em um sintoma e justifica o ato médico” (LE BRETON, 2003, p. 70).

No processo que envolve a procriação assistida, o pai fica afetivamente excluído da concepção de seu próprio filho, uma vez que o espermatozóide é coletado por meio da masturbação em um lugar reservado. A mãe, de outra sorte, é colocada ao lado do “médico em uma poderosa relação imaginária que esboça o lugar onde a criança é fabricada” (LE BRETON, 2003, p. 68). Mas, até mesmo a participação efetiva da mãe na gestação é questionada em previsões apresentadas por Le Breton (2003). Para ele,

a procriação *in vitro* separa a fecundação da maternidade e tende a dissociar a criança da gravidez para transformá-la em pura criação da medicina. [...] A criança nasceria sem mãe, fora do corpo, sem sexualidade, na transparência de um olhar médico que dominasse cada instante do seu desenvolvimento. A mácula do corpo materno seria apagada pela higiene do procedimento e pela vigilância sem trégua das máquinas que assimilariam qualquer anomalia (LE BRETON, 2003, p. 75).

Tamanha é a tecnologia aplicada aos procedimentos de procriação *in vitro* que nos vemos diante de possibilidades inimagináveis tempos atrás: uma mulher na terceira idade pode engravidar, por meio de um espermatozoide congelado do marido, morto há anos; espermatozoides e óvulos podem ser doados ou comprados; barrigas podem ser alugadas; úteros artificiais estão sendo desenvolvidos. Mais: de acordo com Le Breton (2003), existem clínicas americanas que comercializam embriões fabricados por meio da doação de óvulos e espermatozoides. As características físicas da “encomenda” são cuidadosamente escolhidas por meio de um catálogo, constantemente atualizado, que expõe os pretensos doadores.

A trivialidade que adquiriu o processo de fertilização *in vitro* nos faz pensar na condição do embrião, já que existe uma polêmica a respeito da presença ou não da vida nesse estágio da gestação. Ainda segundo Le Breton (2003), muitos acreditam que a vida inicia-se no momento em que se unem os gametas; outros creem na existência da vida somente depois de o embrião transformar-se em feto; dentre inúmeras outras possibilidades. Assim, a identificação do “momento em que o embrião adquire sua carga de humanidade escapa a qualquer critério científico e sugere, antes, uma metáfora metafísica, um juízo de valor, uma questão infinita com mil respostas” (LE BRETON, 2003, p. 85).

Mesmo que estejamos tratando de um procedimento já considerado corriqueiro, a procriação assistida conta com a possibilidade de insucesso e, em virtude disso, são produzidos embriões excedentes para o caso de haver necessidade de nova(s) tentativa(s). A imprevisibilidade da ocorrência e do número de falhas resulta na existência de uma grande quantidade de embriões não utilizados que seguem destino questionável, sobretudo se considerarmos a falta de consenso acerca das fronteiras da vida humana. Conservados no azoto líquido como um artefato, “tornam-se disponíveis para as investigações mais perturbadoras. A experiência mostra que os únicos limites, no caso, mais do que morais, são os da imaginação dos pesquisadores” (LE BRETON, 2003, p. 84). O embrião, que em outros tempos necessariamente se fundia ao corpo da mãe, vem, assim, sendo encarado, pelo menos pelos estudiosos de reprodução humana, como um objeto passível de manipulação.

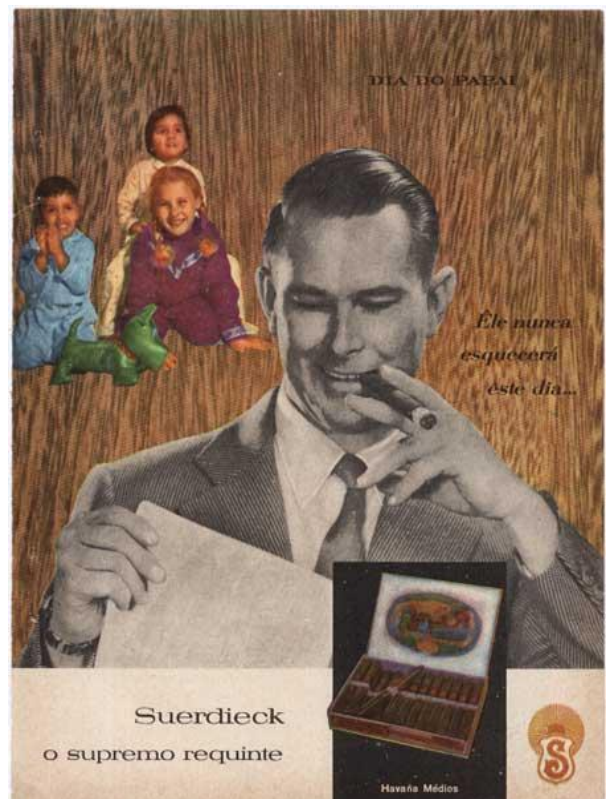
Se essas reflexões sinalizam para um grande movimento em defesa da vida e da saúde do bebê, elas também nos colocam diante de um estranho paradoxo que, ao fim e ao

cabo, remonta o tempo anterior à invenção da infância. No medievo, a “coisificação” incidia sobre a vida pós-uterina, isso porque nasciam muitas crianças para que apenas algumas sobrevivessem; hoje, nas fertilizações *in vitro*, são fabricados muitos embriões para que apenas alguns cheguem a nascer. Isso nos leva a pensar que as precauções de que são revestidas as crianças, desde a sua concepção, visam muito mais ao bem-estar da totalidade da população do que ao da criança em particular. Ora, uma criança concebida e gestada sob vigilância constante tem muito mais chances de ter seus níveis de saúde controlados durante toda a sua vida do que aquela que emerge da escuridão incerta do ventre materno.

Temos no processo de procriação assistida uma ilustração panorâmica – tendo em vista as sociedades capitalistas ocidentais – da atuação do poder sobre a vida em geral, e sobre a vida da criança em separado. Todavia, para realizar uma análise mais condizente com os padrões brasileiros, nossas considerações se situarão, doravante, em parâmetros que digam mais sobre os processos de atuação do biopoder sobre as crianças que nasceram em condições econômicas, sociais e técnico-científicas de um país como o Brasil: ocidental, capitalista e em desenvolvimento.

3.1.4. A saúde da criança brasileira

Acreditando que o discurso publicitário veicula as verdades de uma época em relação a determinado tema, teremos em conta o anúncio ao lado para tecer algumas considerações acerca dos enunciados que tocam a existência da criança no mundo ocidental e, no caso específico de nosso estudo, no Brasil. Trata-se de um anúncio publicado pela revista *Seleções*, na década de 1950⁷, e elaborado por ocasião do dia dos pais. Nele, está esboçada a figura de um pai que, demonstrando muito contentamento, fuma um charuto Suerdieck. Ao fundo, vemos



⁷ Disponível em: <http://www.propagandasantigas.blogger.com.br>. Acesso em: 03 mai. 2008.

três crianças que, sorridentes, são as responsáveis pela satisfação do pai por tê-lo presenteado com “supremo requinte”. Essa imagem, complementada pelo enunciado: “Dia do papai: ele nunca esquecerá esse dia”, nos chama a atenção, uma vez que os dizeres que circulam, contemporaneamente, sobre o tabagismo vão de encontro ao universo descrito no anúncio em foco. Isso porque a verdade imposta pela voz de autoridade da ciência reza que o fumo é uma das substâncias mais prejudiciais à saúde, não só dos que, de fato, fumam, mas também daqueles que compartilham com eles o mesmo ambiente. A partir dessa constatação, vemos atuar a tecnologia biopolítica na potencialização do controle sobre a saúde e a vida da população: o combate ao fumo passa a ser objeto de campanhas publicitárias – como a do Ministério da Saúde, que traz como uma das vítimas a criança e servirá à nossa análise –, que de tão propagadas pelos vários segmentos da mídia ganham proporções mundiais e tornam-se tema de regulamentações que tendem a proibir em definitivo essa prática em público.

Dessa maneira, a naturalidade com que o fumante é apresentado no anúncio de 1950 nos causa estranheza, já que, longe de figurar como um personagem “requintado” e feliz, o fumante tem sido, na atualidade, alvo de preconceito e marginalização. Mais que isso: permanecendo nesse vício, fica obrigado, por uma Lei Federal de 1996 (Lei 9294/96), a praticá-lo em lugares reservados a esse fim. Ocorre que, mesmo sujeita a essa restrição, a prática tabagista vem sendo muito questionada: em alguns estados da Federação estão sendo elaborados projetos de lei que visam à proibição absoluta dessa prática em público e à extinção dos vulgos fumódromos. Esse tema tem sido, de acordo com a Defensoria Pública do Espírito Santo, alvo de polêmica entre as autoridades judiciais e de saúde. Isso ocorre porque o conteúdo desses projetos, além de entrar “em conflito com a Lei Federal 9.294/96 que, também, proíbe o fumo em locais coletivos, mas garante a existência de ambientes reservados aos fumantes”, não levam em conta que em relação à “proteção à saúde a competência para estabelecer normas gerais seria da União” (AMARAL, 2009). Mas, por outro lado, “o que diz o texto constitucional é que proteção e defesa da saúde, no âmbito da legislação concorrente, outorga competência à União para estabelecer normas gerais” (AMARAL, 2009), abrindo uma brecha para a aprovação dos projetos como medida específica.

Esse acontecimento discursivo serve de ponto de partida para pensarmos sobre o modo como a tecnologia biopolítica, maximiza o controle exercido pelo biopoder por meio da minimização da resistência. Quando a população está sob certo grau de controle, ela exige e espera das autoridades a criação e atualização de normas e regulamentos a serem obedecidos, antecipando as ações que seriam consequência natural do poder sobre a vida que, na busca do controle absoluto, normatiza e normaliza, conforme Foucault (2002). Uma vez mais, o

combate ao fumo serve-nos de exemplo: mesmo que as leis antifumo não tenham eliminado a exposição pública a essa prática, aquele que ousa acender o primeiro cigarro torna-se imediatamente alvo da atenção e da repreensão da maioria.

Temos tanto no anúncio como no artigo citados, uma pequena amostra dos muitos enunciados proferidos desde que o tabagismo era um hábito comum, por vezes passado de geração a geração, até ser o que é hoje: uma prática extremamente combatida, chegando a ser abominável em certas situações, dentre as quais podemos destacar aquelas que envolvem a presença de crianças. A exemplo, a Prefeitura Municipal da cidade de Tubarão, em Santa Catarina, publicou, em 2009, em virtude do Dia Mundial Sem Tabaco, comemorado em 31 de maio, uma reportagem sobre os malefícios do cigarro, destacando a criança como uma das principais vítimas do fumo passivo. Afirma-se que é no interior dos lares que a saúde da criança fica mais vulnerável em relação ao fumo, isso porque aquelas, cujos pais fumam dentro de casa, ficam 40% mais propensas a desenvolver doenças respiratórias como pneumonia e bronquite.

A reportagem destaca a escola como uma importante aliada das autoridades no combate ao fumo, tanto que, em Tubarão (SC), profissionais da saúde visitam os estabelecimentos de ensino ministrando palestras direcionadas ao público infanto-juvenil com o objetivo de conscientizá-lo dos males, comprovados pela ciência, que o fumo passivo traz à saúde das pessoas e, em particular, à das crianças. Afirma-se também que criança “conscientizada”, além de cuidar de si mesma, afastando-se do cigarro, desempenha um papel muito relevante no sentido de seus familiares adultos deixarem o vício. O conteúdo do enunciado em foco é outro elemento que nos ajuda a perceber que, na contemporaneidade, um anúncio produzido em comemoração ao dia dos pais certamente não venderia uma caixa de charutos. É pouco provável que a criança e o tabaco fossem veiculados lado a lado, a não ser em circunstâncias muito específicas. É o caso de uma campanha empreendida, no Brasil, pelo Ministério da Saúde, a partir de 2002.

Para alertar a população, fumante ou não, para os riscos que tal prática oferece, no verso dos maços de cigarro, produzidos em território nacional, passaram a ser estampadas imagens muito fortes, chocantes até, dos muitos tipos de males que afetam a saúde do fumante ou



daqueles que o cercam. A imagem da criança foi bastante utilizada nessa campanha, tendo sido exibida de forma a impressionar e a comover o interlocutor. Nas imagens⁸ acima, concernentes à campanha do Ministério da Saúde, a debilidade e a expressão de sofrimento apresentadas pelos bebês, associadas aos enunciados contidos em cada maço, condenam, de maneira categórica, o uso do tabaco durante a gestação e, ao mesmo tempo, exaltam, de forma inquestionável, a vida, sua manutenção e preservação. Uma mãe – para fazer referência aos enunciados em foco –, ao deixar ou não adquirir o vício do tabagismo, estará preservando a sua vida e a do bebê. Se crenças como essa, relacionadas ao cuidado de si, são propagadas e devidamente inculcadas na mente dos indivíduos, o controle da população torna-se uma consequência natural. Em outras palavras, sendo aplicadas as tecnologias biopolíticas na sociedade de controle não será necessário que os indivíduos sejam espreitados por outrem, como na sociedade disciplinar, eles mesmos se vigiarão e, caso estejam fora do padrão, buscarão, nos termos de Foucault (2002), a “norma”.

Claro está que uma das maiores fontes de propagação dessas crenças são os meios de comunicação que, graças ao desenvolvimento da tecnologia informacional, tornaram-se uma realidade incontestável na rotina de toda a sociedade e, talvez, o mais importante aliado do biopoder no processo de normalização dos corpos e na regulamentação da população. Entretanto, não se pode negar que o modo de assimilação das informações, pelos sujeitos, sofrerá variações de acordo com uma série de fatores – de ordem social, econômica ou cultural, por exemplo – que o constituem. Pensando nisso, que já foi discutido no primeiro capítulo, e observando a discrepância sócio-econômica que caracteriza a população brasileira, imbuímos-nos da curiosidade de entender o modo como as ações do poder sobre a vida tocam aqueles que compõem as parcelas menos favorecidas da população. Isso porque elas conhecem, via meios de comunicação de massa, aparatos tecnológicos de ponta, mas, não necessariamente, têm acesso aos mesmos em sua rotina – atividade profissional, saúde, alimentação e lazer... Se o tema é o padrão de saúde da parcela mais carente da população, por exemplo, perceberemos que se situa em nível muito mais rudimentar se comparado àquele das classes abastadas. Enquanto estas experimentam as últimas descobertas de bioengenharias, muitos componentes daquela ainda não têm acesso a boas condições de higiene, à água tratada ou à rede de esgoto. O conceito de saúde é diferente em cada segmento social, portanto.

⁸ A imagem da esquerda está disponível em: <<http://www.fumozero.med.br>>. Acesso em 06 ago.2008; a da direita em: <<http://simulacros.files.wordpress.com>>. Acesso em: 07 jun. 2009.

O controle dos corpos e da vida dos menos favorecidos ocorrerá, então, no âmbito do que poderíamos denominar o das necessidades essenciais, uma vez que o seu processo de normalização estará situado dentro de padrões mínimos/ aceitáveis de qualidade de vida. Isso nos mostra que a criação de necessidades, principal motor do capitalismo, é de tal maneira eficaz que nenhum sujeito lhe escapa, nem mesmo aqueles cujos privilégios são, sobremaneira, míngua. Na roda do capital, eles são, também, consumidores incondicionais, seja no que se refere às demandas essenciais do dia a dia, sejam movidos pelos desejos que envolvem o “ser” e o “ter” apresentados, sobretudo, por certos segmentos da mídia, como padrão de satisfação, de prazer, de realização, de felicidade. A inculcação desses anseios na mente do sujeito contemporâneo é, registre-se, o maior investimento da empresa capitalista.

Isso posto, constatamos que os mecanismos de regulamentação criados para a população de baixa renda não são menos incisivas que aqueles aplicados às classes mais abastadas, mas são, antes, diferentes. Diante da possibilidade de ampliar a discussão acerca da atuação do biopoder sobre a vida e a saúde da criança brasileira, poderíamos adotar, como outro ponto de ancoragem, a realidade vivida por famílias economicamente menos favorecidas, haja vista que é essa a parcela mais representativa da população brasileira. O que estamos denominando “outro ponto de ancoragem”, que se refere à criança excluída, nada mais é que um recorte puramente metodológico, pois, o poder sobre a vida, a partir de uma intrigante mobilidade, atua em todos os lugares e direções, controlando toda a população sem ser percebido e sem deixar de lidar com as especificidades de cada segmento que a compõe. Em outros termos, suas ações enredam todos os segmentos da sociedade de controle, de forma ao mesmo tempo particular e conjunta, de acordo com as necessidades sociais e materiais de cada um e de todos. Seus mecanismos são eficazes a ponto de se aplicarem, ora para um segmento em particular, ora para a totalidade populacional; ora abrindo um abismo entre camadas sociais, ora lhes dando unidade.

Um dos indicadores de que a precariedade social ainda é uma realidade no Brasil é a recorrência com que as mídias, sobretudo as mais populares como a TV, divulgam campanhas de inclusão social que visam combater mazelas sociais, como a fome, a pobreza, o analfabetismo. Muitos são os movimentos, na maioria das vezes governamentais ou filantrópicos, voltados para a inserção dos menos favorecidos dentro de padrões considerados adequados de alimentação, higiene, saúde, educação, de qualidade de vida, enfim. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil é um exemplo de que há uma série de mecanismos de controle aplicados à saúde física e mental voltados à criança e ao adolescente



carentes. Atuando em parceria com os governos municipal, estadual e federal, bem como com entidades filantrópicas em prol dos direitos da criança e do adolescente, o UNICEF recebe cobertura e apoio irrestritos da mídia em vários de seus segmentos.



Para perceber a aplicabilidade das tecnologias biopolíticas no âmbito da saúde do bebê e da criança carentes, teremos em conta uma espécie de cartilha divulgada pelo UNICEF e direcionada ao público ao qual essa entidade assiste. Trata-se de um conjunto de procedimentos, o “*Kit Família Brasileira Fortalecida*”⁹, que elenca uma série de cuidados preventivos no sentido de garantir o bem-estar dos pequenos. As prescrições começam a partir da concepção e estão contidas em cinco “álbuns”, que orientam, passo a passo, como a gestante deve proceder durante a gravidez, após o nascimento do bebê e até que ele complete seis anos de idade, período considerado decisivo para o desenvolvimento global da criança.



O primeiro álbum trata do pré-natal, do parto e do pós-parto; o segundo, do primeiro mês de vida; o terceiro, do segundo ao décimo segundo mês de vida do bebê; o quarto, do primeiro ao terceiro anos; e, finalmente, o quinto, do quarto ao sexto anos. Cada álbum está composto por aproximadamente sessenta páginas que abrigam um tema central e uma profusão de sub-temas a ele concernentes, de tal modo que cada sub-tema é desenvolvido de duas maneiras diferentes e em duas páginas distintas. Isso significa que temos duas páginas marcadas com um mesmo número: na primeira são elencadas por escrito as orientações a serem seguidas de acordo com o título a que se liga; na segunda, o mesmo enunciado é expresso por meio de



⁹Todas as imagens desse compêndio estão disponíveis em: <http://www.unicef.org/brazi/pt/resources_10178.html>. Acesso em 10 abr. 2009.

imagens que, ao lado de uma materialidade linguística muito mais reduzida, dão à transmissão da imagem certo tom lúdico, talvez para ganhar de forma mais imediata a adesão do interlocutor.

Para que se tenha uma ideia panorâmica do quão detalhadas são as prescrições que compõem os álbuns, seguem os sub-temas, por ordem sequencial, das vinte e duas primeiras páginas que compõem apenas um dos álbuns, o primeiro, cujo tema central é “pré-natal parto e pós parto”: “O papel da família/ Quem faz parte da sua família e como são tomadas as decisões?”, “A notícia da gravidez/ Como vocês receberam a notícia da gravidez?”, “Está na hora de começar o pré-natal/ E agora o que você e sua família devem fazer?”, “O cartão gestante/ Para que serve o cartão gestante?”, “Situações de risco na gravidez/ O que você pode fazer para diminuir os riscos na gravidez?”, “Sinais de perigo na gravidez/ Quando devo procurar, com urgência, o serviço de saúde?”, “Gestante soropositiva/ Quais os direitos das gestantes soropositivas?”, “Gestante com sífilis/ O que fazer quando o resultado de sífilis é positivo?”, “Alimentação saudável/ Qual a melhor comida para a gestante e o bebê?”, “Vitamina A/ Onde posso encontrar vitamina A?”, “Ferro/ Como prevenir a anemia?”.

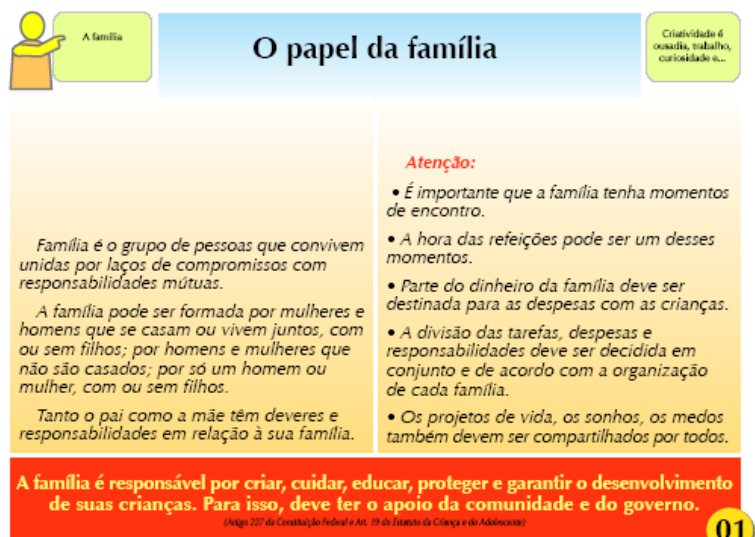
Tendo como ilustração as páginas de número um, que mostraremos mais adiante, poderemos observar que das duas, que desenvolvem cada sub-tema – e isso vale para todos os compêndios que compõem a coleção de álbuns –, a primeira traz uma definição e a segunda, uma resposta que antecipa a dúvida do sujeito. Essa resposta ecoa das vozes de autoridade que estabelecem as verdades desta época e das quais nos interessam aquelas que emanam dos domínios discursivos considerados em nossa análise: o domínio da lei e o da ciência. As questões que são antecipadas no compêndio só podem ser formuladas a partir da construção da imagem do interlocutor que se realiza pelo fato de os enunciados terem “sempre suas margens povoadas por outros enunciados”, segundo Foucault (2007 p. 110). É por meio da escolha dos temas e pela presença de sequências interrogativas que o interlocutor é inserido na interação comunicativa com os dizeres do compêndio, levando-o a aceitar as dúvidas apresentadas como suas, bem como as respostas propostas como as mais coerentes. Afinal elas, as respostas, pertencem a domínios discursivos que se tornaram inquestionáveis, segundo o saber que detêm e segundo o poder que esse saber lhes confere. No caso do saber científico, o poder de mudar “para melhor” a vida das pessoas.

Embora essa coleção de álbuns seja muito extensa, não é necessária uma longa apreciação para que sejam evidenciados os comportamentos a serem padronizados. O “produto” e o “consumidor”, aqui, já dissemos, são específicos e as estratégias de “venda” igualmente particulares. O conteúdo das orientações, em uma primeira visada, parece óbvio,

mas se considerarmos a precariedade sócio-econômica do público a que se dirige, veremos que os enunciados que constituem os compêndios são elementares como as demandas de seus interlocutores. Entretanto o fato de essas ações não apresentarem a complexidade daquelas dirigidas à população economicamente incluída, não diminui em nada seu caráter normatizador e normalizador.

Sendo essa coleção de álbuns direcionada à família, cumpre-nos observar que a família conjugal é apenas uma das configurações assumidas pela família contemporânea, delineada a partir da década de 1960. Pode-se dizer que o conceito básico de família contemporânea não dá conta da complexidade que, mais recentemente, assumiu o formato dessa instituição. Em virtude da transitoriedade das relações afetivas, tornaram-se comuns famílias compostas somente por mãe e filhos ou por pai e filhos, sem contar com outras variáveis, como padrasto, madrasta, enteado, meio irmão, avô, avó etc. Mais recentemente ainda, com a legitimação da união estável entre pessoas do mesmo sexo, vemos surgir outro modelo de família, composto por dois pais ou duas mães e filhos. Seja qual for o modelo de família contemporâneo a que quisermos nos referir, perceberemos que se trata de um grupo restrito, nuclear que muito difere da constituição da família medieval, ou mesmo moderna, apresentada, páginas atrás, conforme Roudinesco (2003).

Observando as duas primeiras páginas do primeiro álbum, podemos perceber que os enunciados trazem, não por acaso, um conceito de família menos convencional e mais condizente com a configuração que a família contemporânea vem assumindo. Se a



O papel da família

Criatividade é osadia, trabalho, curiosidade...

Atenção:

- É importante que a família tenha momentos de encontro.
- A hora das refeições pode ser um desses momentos.
- Parte do dinheiro da família deve ser destinada para as despesas com as crianças.
- A divisão das tarefas, despesas e responsabilidades deve ser decidida em conjunto e de acordo com a organização de cada família.
- Os projetos de vida, os sonhos, os medos também devem ser compartilhados por todos.

Família é o grupo de pessoas que convivem unidas por laços de compromissos com responsabilidades mútuas.

A família pode ser formada por mulheres e homens que se casam ou vivem juntos, com ou sem filhos; por homens e mulheres que não são casados; por só um homem ou mulher, com ou sem filhos.

Tanto o pai como a mãe têm deveres e responsabilidades em relação à sua família.

A família é responsável por criar, cuidar, educar, proteger e garantir o desenvolvimento de suas crianças. Para isso, deve ter o apoio da comunidade e do governo.

(Artigo 227 da Constituição Federal e Art. 19 do Estatuto da Criança e do Adolescente)

01



Quem faz parte da sua família e como são tomadas as decisões?

Cuidar, educar, respeitar e proteger também são responsabilidades da família.

A família é responsável pela vida e pelo desenvolvimento de suas crianças, com o apoio da comunidade e do governo.

01

concepção de família mudou, o que continua vigente em todas as camadas sociais, e cada dia com mais força, reiteramos, são as responsabilidades dessa instituição com a vida e a saúde da criança, desde os primórdios de sua existência. Nesse caso específico, a atualização do conceito de família, além de propagar e fomentar a adoção de posturas politicamente corretas, oferece ao indivíduo que se encontrava excluído do grupo convencionalmente denominado familiar, a possibilidade de aceitar para si a identidade de membro de uma família para, assim, assumir as responsabilidades que ora pesam sobre essa instituição. No que se refere à expressão “politicamente correto” ou incorreto – uma das nuances da atuação do biopoder – trata-se da adoção, ou não, de palavras, gestos ou ações que expressem alguma forma de discriminação. A defesa do comportamento politicamente correto é um movimento que, embora se propague por vários outros campos, passa pela linguagem, como podemos “ler” nas cartilhas, nos anúncios da mídia... De acordo com Possenti, (2002, p. 39),

as formas lingüísticas estão entre os elementos de combate que mais se destacam, na medida que o movimento [politicamente correto] acredita (com muita justiça em princípio) que reproduzem uma ideologia que segrega em termos de classe, sexo, raça, e outras características físicas e sociais que são objeto de discriminação (POSSENTI, 2002, p. 38-39).

A escolha do gênero cartilha – compêndio elementar que serve para vulgarizar determinado conteúdo – é mais um indicador do empenho do Estado em popularizar rápida e eficientemente certos saberes, ainda situados fora do domínio de determinado público, para que possam, assim, ganhar, no menor espaço de tempo possível, o estatuto de verdade – verdade expressa, por exemplo, pela lei. É a voz da lei que diz sobre a responsabilidade da família sobre a criança por meio da assertiva de que “A família é responsável por criar, cuidar, educar, proteger e garantir o desenvolvimento de suas crianças. Para isso deve ter o apoio da comunidade e do governo”. Logo após esse enunciado é possível ler, na página de número um, em letras miúdas, a indicação de que ele parafraseia a Constituição Federal, em seu Artigo 227, e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Artigo 19.

A regulamentação de práticas em forma de lei é um sinalizador de que a ação das tecnologias biopolíticas trabalham no sentido de moldar estrategicamente a conduta do sujeito que, sem perceber, vai assumindo responsabilidades que lhe são colocadas como suas, sem refletir sobre a validade ou não dessa imposição. Se, por um lado, a criança foi constituída como um ser que precisa receber cuidados especiais, por outro, são instauradas – através das relações entre poder e saber – instâncias das quais devem emanar esses cuidados e essa proteção. A instituição que ganhou o poder de determinar é a lei; a instituição responsável por

Aleitamento materno

Problema? Transforme o limão em limonada.

Amamentar = dar leite do peito.
O leite da mãe é adequado, completo, econômico e suficiente para o bebê.
Sua digestão é mais fácil, pois é feito especialmente para o estômago da criança.
Contém vitaminas, minerais, gorduras, açúcares e proteínas na quantidade que o bebê precisa. Por isso, não é preciso dar chás, nem água.
Possui substâncias que não são encontradas em nenhum outro leite e que protegem o bebê de doenças, como diarreia, pneumonia, infecção de ouvido, alergias.

O leite materno é o único alimento que o bebê precisa até os 6 meses de idade.
O aleitamento materno deve ser continuado até os 2 anos ou mais, juntamente com outros alimentos.
Toda gestante deve ser orientada sobre a importância do aleitamento materno.
A amamentação supre todas as necessidades do bebê nos primeiros seis meses de vida.
Ela reforça os laços afetivos da mãe com o bebê e contribui para o desenvolvimento físico e mental da criança.
Mãe HIV positivo NÃO pode amamentar.

Nenhum leite substitui o leite materno. O aleitamento reforça os laços afetivos.

15

Aleitamento materno

Aleitamento materno

Por que é bom dar o peito?

O leite materno protege o bebê contra doenças. É limpo e não dá trabalho para preparar, pois já está pronto.
Criança amamentada desenvolve-se mais rápido, cresce inteligente e saudável.
A mãe HIV positivo NÃO pode amamentar, mas o bebê pode receber a alimentação com a mesma atenção e carinho.

Para amamentar, a mulher precisa do apoio da família e da comunidade.

15



cuidar é a família e a partir do momento que as práticas são regulamentadas, não cabe mais questioná-las, mas cumpri-las. Nesse ponto, podemos identificar elementos do dispositivo de infan-tilidade que se instaurou, segundo Foucault (2009), como mecanismo de controle da população infantil, visto que esse dispositivo reúne discursos sobre a criança, instituições que se responsabilizam por ela e leis que regulamentam sua existência. Por meio dos elementos do dispositivo, a biopolítica fertiliza o terreno para proliferação plena das ações do biopoder, posto que potencializa o controle sobre a saúde e a vida da criança, abrindo precedentes para que a população futura seja mais saudável e economicamente ativa por mais tempo.

Se quisermos outra ilustração do biopoder que envolve a saúde da criança, dentre as inúmeras que poderíamos coletar ao longo desses álbuns, podemos destacar, ainda no primeiro álbum, as páginas acima, uma vez que elas trazem orientações sobre a alimentação do bebê, mais especificamente sobre o aleitamento materno e a importância dessa prática para o desenvolvimento físico, mental e afetivo da criança.

A verdade dessa época, acerca da alimentação do bebê, dita que o leite materno é a melhor e, de preferência, a única fonte nutricional para o recém nascido, em seus seis primeiros meses de vida. Mas para que uma verdade seja assim estabelecida, é necessário, em última instância, o aval de uma voz, cuja autoridade tenha o poder de deliberar sobre sua validade. No exemplo, em foco, a voz de autoridade acionada é certamente a da ciência. Índícios de que esse produto sofreu uma apreciação qualitativa podem ser identificados nos dizeres que compõem as páginas em destaque. Neles, estão especificados nutrientes – “Contém vitaminas, minerais, gorduras, açúcares e proteínas na quantidade que o bebê precisa” – e propriedades – “Sua digestão é mais fácil...”; “Possui substâncias que não são encontradas em nenhum outro leite e que protegem o bebê de doenças...” – do leite materno,

cuja descrição foi trazida para a materialidade linguística a fim de ratificar o rigor científico a que essas informações foram submetidas e seu caráter incontestável.

Enunciados como os que acabamos de apreciar, mesmo tendo sido elaborados para um público bem específico, são “verdadeiros” para toda a população, tanto que a prática do aleitamento, antes mais comum nos segmentos menos favorecidos da sociedade, está em ascendência nas camadas sociais mais abastadas. Tornou-se politicamente correto amamentar! Mas, se por algum infortúnio o aleitamento não ocorrer, existem determinados alimentos fabricados para, na medida do possível, substituí-lo, atendendo, nessa fase, às necessidades nutricionais do bebê.



UM ALIMENTO COMPLETO PARA SEU BEBÊ!

Amido puro, isento do contacto da mão humana, “MAIZENA” é realmente um alimento completo, de inigualável valor dietético e imediata assimilação.

▶ PAPINHAS, SOPAS E MINGAUS, preparados com “MAIZENA”, estimulam o apetite da criança.

Também na arte culinária são inúmeras suas aplicações: Conheça-as!

POSSUA **GRATIS** O SEU EXEMPLAR IMPRESSO E COM SUGESTIVAS ILUSTRAÇÕES, CONTENDO RECEITAS ECONOMICAS E SABOROSAS.

AMIDO DE MILHO “MAIZENA” S
Caixa Postal, 8006 - São Paulo
GRATIS! Peça maior-me o livro Sugestões “MAIZENA”

NOME _____
RUA _____
CIDADE _____
ESTADO _____

Apenas essa breve discussão que traz como exemplo a questão do aleitamento é suficiente para nos ajudar a visualizar o processo histórico que envolve o apagamento de certos enunciados e a irrupção de outros. É pouco provável que, em dias atuais, dizeres como os que compõem o anúncio ao lado, veiculado pela revista *Seleções*, na década de 1950¹⁰, viessem a público. Se o leite materno possui, comprovadamente, composição ideal para suprir as necessidades nutricionais do bebê, um produto que pleiteasse substituí-lo não seria anunciado como “um alimento COMPLETO” sem apresentar especificações detalhadas acerca de suas propriedades que, uma vez verificadas e testadas, o tornariam adequado para o consumo do bebê. O enunciado ““MAIZENA” é realmente um alimento completo, de inigualável valor dietético e imediata assimilação” parece, ao sujeito contemporâneo, um tanto vago, inconsistente. Por que seria inigualável o seu valor dietético? Que nutrientes e/ ou propriedades apresenta? Descrito dessa forma, é provável que o alimento em questão não seria considerado confiável e, portanto, teria dificuldade em ser comercializado.

¹⁰ Disponível em: <http://www.propagandasantigas.blogger.com.br>. Acesso em 03 mai. 2008.

Maizena está tão presente em nossa rotina como estava na década de 50 – na alimentação infantil e na culinária em geral – mas não na condição de alimento completo para o bebê. O que podemos verificar em sua embalagem¹¹, lançada recentemente, é que mesmo ainda sendo direcionado ao público infantil, são outros os enunciados que sustentam seu consumo nos dias de hoje. Abaixo do nome do produto, aparecem os dizeres “enriquecido com CresciNutre¹²”, em seguida a indicação das vitaminas “A, B1, B2, B3, B6, B12, C”, além de outros minerais necessários à nutrição infantil: “Fe, Zn, Ácido Fólico”. Em letras miúdas, na borda inferior da embalagem pode-se ler: “A partir dos 3 anos de idade – amido de milho enriquecido com vitaminas e minerais”. Já na parte lateral da embalagem, cuja visualização deixa muito a desejar, está a receita de um mingau que tem como ingredientes leite, açúcar e o produto em questão. Abaixo da receita vê-se parcialmente um retângulo vermelho que contém as seguintes informações: “1 prato de mingau preparado com Amido de Milho Enriquecido por MAIZENA fornece 40% das necessidades diárias de vitaminas e minerais contidos no CresciNutre” e, finalmente, no verso da embalagem, que não pode ser visualizada na ilustração¹³, estão listadas as atribuições de cada vitamina ou mineral, componente do CresciNutre, para a saúde da criança.



Ao contrário dos dizeres que compõem o anúncio com que iniciamos essa reflexão, a embalagem que contém o produto, em dias atuais, traz especificações nutricionais que o respaldam cientificamente, além de enunciados, cujas marcas lingüísticas como “...fornece parte das necessidades diárias...”, “...a partir dos 3 anos de idade...”, relativizam a eficácia e os benefícios desse alimento na nutrição infantil. Isso deixa claro que ele pode nutrir a criança apenas de modo parcial, e que devem ser observadas certas restrições indicadas pelo próprio fabricante que, para ser categórico em sua postura politicamente correta, imprime, na outra lateral da embalagem, que não pode ser visualizada, um selo na Sociedade Brasileira de Pediatria que certifica que “CresciNutre é fonte de vitaminas e minerais”.

¹¹ Disponível em: <<http://nabudegawebsiteseguro.com>>. Acesso em 25 ago.2009.

¹² De acordo com a especificação do fabricante na embalagem, “CresciNutre é uma combinação de vitaminas e minerais que fornece parte das necessidades diárias de seu filho para ajudá-lo a crescer forte e saudável”.

¹³ Utilizamos como fonte de análise a própria embalagem, o que nos possibilitou sua completa visualização.

3.1.5. O trabalho infantil

Retomando o universo da criança excluída e a realidade sócio-político-econômica em que se enquadra a maior parte de nossa população, temos que um número expressivo de cidadãos não consegue suprir as necessidades essenciais de sua família. Na maior parte das vezes, o fato de não terem tido oportunidade de estudo e trabalho lhes nega a chance de progredir econômica e socialmente e de oferecer aos seus descendentes uma vida distinta da sua. Ainda que a economia do Brasil esteja em franca ascendência, o trabalhador de baixa renda ainda esbarra na falta de qualificação profissional, quadro que mantém o alto índice de desemprego estrutural: existe oferta de vagas, mas não há mão de obra suficientemente qualificada. Assim, as famílias de baixa renda acabam tirando seu sustento do trabalho informal, do subemprego, ou de programas sociais.

Diante de tamanha precariedade, torna-se comum crianças deixarem de frequentar a escola para priorizar situações de trabalho remunerado, a fim de suprir necessidades elementares como a alimentação. A mão de obra infantil é, ademais, um meio de contenção de despesas encontrado pelos empregadores, uma vez que crianças recebem menos que o adulto e são muito mais facilmente manipuláveis. O trabalho infantil, entretanto, tem sido muito combatido na contemporaneidade, isso porque tal prática está em dissonância com o trabalho do biopoder, cujos procedimentos de controle primam pelo bem-estar da criança e do adolescente e, logo, pelo atendimento das necessidades e peculiaridades imprescindíveis ao seu desenvolvimento. Dentre os inúmeros quesitos que surgem como condição para que esse desenvolvimento seja adequado está o “direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para trabalho” (ECA, 2005, p.20), além do direito de “brincar, praticar esportes e divertir-se” (ECA, 2005, p.11) – atividades inviabilizadas pelas obrigações laborais.

Ainda que o Brasil, há muito, ocupe lugar de destaque no cenário mundial pelos altos índices de desigualdade social, a preocupação com a questão do trabalho infantil surgiu mais recentemente, o que não significa que não tenha havido, ao longo da história, algumas tentativas de regulamentação, sem sucesso efetivo, dessa modalidade laboral. De acordo com Minharro (2003), desde o início do processo de colonização em terras brasileiras, a criança já realizava tarefas pouco apropriadas para sua condição. Essa mão de obra, que embarcava em direção às nossas terras, era arregimentada pela Coroa Portuguesa junto a orfanatos e a famílias que viviam em condições precárias nas cidades. Os pais que entregassem seus filhos

para trabalhar como grumetes e pajens em naus portuguesas, além de receberem “os soldos das crianças ainda que essas viessem a morrer no mar, solucionavam – assim – parte de seus problemas financeiros. Ademais, teriam uma pessoa a menos para sustentar” (MINHARRO, 2003, p. 22). Sob essas condições, tais crianças eram sujeitas a toda espécie de exploração, desde a exaustão física no cumprimento de tarefas insalubres e de alta periculosidade, até privações alimentares e abusos sexuais.

No regime escravocrata, o trabalho infantil constituiu tema de pouco ou nenhum interesse. Aos escravos, era natural que trabalhassem assim que sua constituição física permitisse e, não raro, eram retirados muito precocemente da companhia dos pais para fins de comercialização. Já aos quatro anos de idade, “desempenhavam tarefas leves nas fazendas, aos oito anos poderiam pastorear o gado; as meninas aos onze anos costuravam e aos quatorze” (MINHARRO, 2003, p.22), todos trabalhavam como os adultos. A indiferença em relação à criança trabalhadora foi mantida no texto da Constituição Imperial de 1824, tanto é que, por força do artigo 6º da Lei de 8 de julho de 1865, o governo realizou um recrutamento, em massa, que levou um grande número de crianças muitas vezes menores de doze anos, “para as frentes de batalha. Tratava-se de meninos saídos das ruas ou seqüestrados de suas famílias. Relata-se que diversas instituições destinadas a meninos maiores de sete anos foram exortadas a entregá-los ao combate” (MINHARRO, 2003, p. 23).

Abolida a escravatura, temos em 27 de janeiro de 1891, a expedição do primeiro documento que se refere à questão do trabalho infantil. Trata-se do Decreto n. 1.313 que se referia ao labor nas Fábricas do Distrito Federal. Em linhas gerais, essa lei protegia o menor de doze anos das atividades laborais, salvo os aprendizes que poderiam atuar nas indústrias têxteis a partir dos oito anos. Ocorre que, por falta de regulamentação, as medidas propostas pelo decreto não foram efetivadas. A Constituição da República de 24 de fevereiro do mesmo ano, além de não se posicionar contra o trabalho infantil, ainda revogou o Decreto n. 2.827 de 15 de março de 1879, que assegurava aos menores de vinte e um anos o acompanhamento dos responsáveis quando da assinatura de contratos.

Largadas à própria sorte, muitas crianças foram recrutadas, em orfanatos, por indústrias nacionais que, assim, tinham acesso a uma mão de obra barata e submissa. Sob a justificativa de que aprendendo um ofício teriam um futuro melhor, os pequenos trabalhadores eram sujeitos “não apenas aos altos índices de infortúnios laborais, mas também aos maus-tratos perpetrados por seus superiores hierárquicos, que os espancavam para manter a disciplina e aumentar a produtividade” (MINHARRO, 2003, p. 24). Os pequenos trabalhadores atuavam também em colônias agrícolas, local para onde eram levados ao serem

recolhidos nas ruas. Mas, o que vai registrar efetivamente a tomada de posição do Brasil em relação ao trabalho de menores de dezoito anos é a criação do Código de Menores, aprovado pelo Decreto n. 17.943-A, de 1927. Esse documento proibia

o trabalho dos menores de 12 anos e o trabalho noturno aos menores de 18 anos; o emprego de menores de 14 anos, em praça pública, ficou também proibido. Em seguida vieram os Decretos 22.042, de 1932, limitando a 14 anos a idade mínima para o emprego de menores na indústria, o Decreto n. 423, de 1935, que ratificou as Convenções Internacionais da OIT n. 5 e 6, o Decreto n. 6.029, de 1940, sobre instituição de cursos profissionais e o Decreto-Lei n. 3.616, de 1941, instituindo a Carteira de Trabalho do menor, extinta em 1969 com a Carteira de Trabalho e Previdência Social comum aos adultos e menores. Em 1943, editou-se a CLT, contendo um capítulo destinado à proteção do menor (BARROS, 2006, p. 520).

Mesmo que o combate ao trabalho infantil tenha sido tema de documentos desde 1891, foi, somente nos anos de 1980, que os movimentos em prol do bem-estar da infância brasileira começaram a ser postos em prática. Caracterizada por avanços na área social, a Constituição Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988 e considerada a Constituição Cidadã, traz em seu bojo, segundo Lorenzi (2007), uma nova concepção em relação às políticas públicas e ao seu gerenciamento. Nesse documento, a criança e o adolescente, considerados em suas especificidades, foram colocados como dever da família, da sociedade e do Estado e, a partir disso, foi possível vislumbrar, do ponto de vista legal, a elaboração e a aprovação da Lei Federal 8.069/1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A regulamentação dessa lei, a mais minuciosa até a atualidade¹⁴, foi responsável por “consolidar os anseios populares no beneficiamento da população infanto-juvenil desse País, sendo fundamental para garantir a condição de sujeitos de direitos à criança e ao adolescente” (ECA, 2005, p. 6), considerada criança “a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (ECA, 2005, p. 7). Reflexos da relevância do ECA para a consolidação dos direitos da população infanto-juvenil podem ser evidenciadas em materiais de divulgação acessíveis, hodiernamente, ao grande público. A exemplo do que ocorre com a saúde da criança, também existe um compêndio, elaborado pelo



¹⁴ O ECA, em sua edição de 2005, possui 192 páginas.

Ministério do Trabalho, que vulgariza discursos de autoridade que deliberam sobre os prejuízos do labor infantil, mobilizando todos os segmentos da sociedade em relação a esse problema.


Em *Saiba tudo sobre o trabalho infantil*¹⁵, Cartilha do Ministério do Trabalho, temos um detalhamento, segundo as peculiaridades do gênero cartilha, dos motivos pelos quais o trabalho infantil deve ser veementemente combatido. Em seu artigo 5º, o ECA (1990, p.8) estabelece que “nenhuma criança será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”, a saber: direito à vida e à saúde; direito à liberdade, ao respeito e à dignidade; direito à convivência familiar e comunitária; direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer; e o direito à profissionalização e à proteção no trabalho. À relação da criança e do adolescente com o trabalho, é dedicado todo um capítulo que se constitui dos artigos 60 a 69 do ECA e é justamente esse trecho do ECA que está reproduzido nas páginas 4 e 5 de *Saiba tudo sobre o trabalho infantil*, ficando, então, popularizadas as proibições e as possíveis ressalvas que se referem ao labor infantil. Assim sendo, toda sorte de exploração, incluindo a exploração

O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990), em seus artigos 60 a 69, especifica a proteção integral à criança e ao adolescente no âmbito do trabalho.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto 5.452/1943) - em seu Capítulo IV, Título III, dispõe sobre as possibilidades e condições de trabalho a pessoas com idade inferior a 18 anos.

O Decreto nº 6.481/2008 trata da proibição das piores formas de trabalho infantil, constando como proibidas 93 atividades para pessoas com idade inferior a 18 anos.

A Instrução Normativa nº 66/2006, da Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego dispõe sobre a atuação da inspeção do trabalho no combate ao trabalho infantil e na proteção do trabalhador adolescente. A Inspeção do Trabalho tem por função fiscalizar o cumprimento da legislação trabalhista, dentre outras atribuições.



O TRABALHO É PROIBIDO ATE' QUE SE COMPLETE 16 ANOS DE IDADE.

**Exceção: a partir dos
quatorze anos, é permitido
o trabalho como aprendiz.**

Aprendiz é o empregado com um contrato de trabalho especial e com direitos trabalhistas e previdenciários garantidos. Parte do seu tempo de trabalho é dedicada a um curso de aprendizagem profissional e outra é dedicada a aprender e praticar no local de trabalho aquilo que foi ensinado nesse curso.

Os adolescentes, na faixa etária entre 16 e 18 anos, podem trabalhar, mas com restrições: o trabalho não pode ser noturno, perigoso, insalubre, penoso, realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social, nem realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

O QUE DIZ A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA



○ Brasil tem uma legislação ampla sobre a proteção da criança e do adolescente e a proibição do trabalho infantil. Vamos conhecê-la?

A Constituição Federal de 1988 determina:

- Art. 227 – É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

- Art. 7º - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- XXXIII – Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.



laboral, uma vez configurada como crime contra a infância e a adolescência, passa a ser de domínio público.

Dada a força do discurso jurídico para o estabelecimento de verdades, não nos causa estranheza que tenha sido ponto de ancoragem escolhido pelo Ministério do Trabalho ao organizar sua cartilha. Ao lado do ECA, também a Constituição Federal promulgada em 1988 – até por ter sido sua precursora, versando sobre a necessidade de proteger a criança e o adolescente – está citada na cartilha do Ministério do Trabalho em suas páginas 2 e 3, que reproduzem, como podemos verificar anteriormente, os artigos 7º e 227 da Lei Magna. Outro discurso presente em *Saiba tudo sobre o trabalho infantil*, vincula-se à voz de autoridade da medicina, um dos campos de saber, discutidos por Foucault, em que mais ecoa o discurso científico, que talvez seja a maior voz de autoridade contemporaneamente. Nas páginas de 8 a 11 da cartilha, há uma série de justificativas relacionadas às limitações físicas e psicológicas que inviabilizam o exercício de atividades laborais por crianças. As restrições a que elas devem ser submetidas são detalhadas – como podemos verificar, a seguir, nas páginas 8 e 9, que contêm quatro das “dez razões pelas quais a criança não deve ter a obrigação de trabalhar” – a partir do saber de um profissional que, conhecendo a constituição do corpo humano no decorrer de todas as fases da vida, pode deliberar sobre os problemas acarretados

DEZ RAZÕES PELAS QUAIS A CRIANÇA NÃO DEVE TER A OBRIGAÇÃO DE TRABALHAR



1 Crianças ainda não têm seus ossos e músculos completamente desenvolvidos. Correm maior risco de sofrer deformações dos ossos, cansaço muscular e prejuízos ao crescimento e ao desenvolvimento, dependendo do ambiente e condições de trabalho a que forem submetidas.

2

A ventilação pulmonar (entrada e saída de ar dos pulmões) é reduzida; por isso, crianças têm maior frequência respiratória, o que provoca maior absorção de substâncias tóxicas e maior desgaste do que nos adultos, podendo, inclusive, levar à morte.



3

Crianças têm maior frequência cardíaca que os adultos para o mesmo esforço (o coração bate mais rápido para bombear o sangue para o corpo) e, por isso, ficam mais cansadas do que eles, ainda que exercendo a mesma atividade.



4

A exposição das crianças às pressões do mundo do trabalho pode provocar diversos sintomas, como por exemplo, dores de cabeça, insônias, tonturas, irritabilidade, dificuldade de concentração e memorização, taquicardia e, conseqüentemente, baixo rendimento escolar. Isso ocorre mais facilmente nas crianças porque o seu sistema nervoso não está totalmente desenvolvido. Além disso, essas pressões podem causar diversos problemas psicológicos, tais como medo, tristeza e insegurança.

9

pela atividade laboral precoce. Quesitos como o desenvolvimento de ossos e músculos, a relação entre a ventilação pulmonar e os batimentos cardíacos da criança e as pressões psicológicas do mundo adulto a que ela fica exposta ao trabalhar, estão entre os vários prejuízos mencionados nesse compêndio e que recaem sobre a criança trabalhadora.

Mas é no discurso publicitário, que veicula anúncios nos meios de comunicação em geral com o intuito de vender qualquer bem ou serviço, que nos é possível verificar mais claramente de que modo o discurso jurídico e/ ou científico, para citar apenas os dois que elegemos considerar, entram no movimento que historicamente silencia ou dá voz a certos dizeres. Levemos em consideração o anúncio ao lado, publicado pela revista *Seleções*, no ano de 1964. O que vemos é um cliente da Shell que, ao lado da bomba de combustível, é atendido por um barbeiro e ao mesmo tempo tem os sapatos engraxados. Se associarmos tal imagem ao enunciado “Aquele ‘algo mais’ que a SHELL lhe dá,” temos, por meio do sintagma “algo mais” a sugestão de que a Shell ocupa um lugar de excelência no

Aquêle “algo mais” que a SHELL lhe dá

Evidentemente, não chegamos a tanto... mas, um Posto Shell é inconfundível. Em primeiro lugar, você é recebido por gente que trabalha e gosta do que faz. Por outro lado, é uma tranquilidade saber que a Shell está sempre presente, onde quer que você precise dos seus serviços e produtos - da cidade ao campo, da grande rodovia à pequena estrada do interior. Sentando todo isso, é que se intinge aquele algo mais que a Shell tem para lhe oferecer: uma profunda e justificada sensação de confiança.

VOCÊ PODE CONFIAR NA SHELL

MEIO SÉCULO DE EXPERIÊNCIA E BONS SERVIÇOS NO BRASIL.

quesito atendimento, mas parte das regalias proporcionadas ao cliente é simbolizada por uma criança carente que estaria ali (nas ruas) defendendo seu sustento como engraxate, quadro que contraria a postura que se espera, hoje, de uma empresa com “responsabilidade social”.

Numa primeira visada, já nos é possível depreender que não se trata de uma publicação atual. A junção entre enunciado e imagem nos mostra, através do hibridismo do gênero propaganda, que o trabalho da criança era visto com certa indiferença na década de 1960. Nos dias atuais, entretanto, como já foi discutido, essa prática é, tanto rejeitada socialmente, quanto cuidadosamente regulamentada pela lei que determina que “é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (ECA, 2005, p. 22), considerando-se “aprendizagem a formação técnico-profissional ministrada segundo as diretrizes e bases da legislação de educação em vigor” (ECA, 2005, p. 23). Em outras palavras, qualquer modalidade de trabalho que os menores de dezesseis anos venham a exercer deve estar respaldada pela escola.

Diante disso, seria motivo de espanto uma empresa do porte da Shell veicular, com tamanha naturalidade, um comercial que traz, como um de seus atores, um “prestador de serviço”, negro, descalço e com aproximados sete anos de idade. Se as grandes empresas, hoje, tornam públicas questões que envolvem a infância, elas têm o cuidado de se posicionar, categoricamente, em defesa de seu bem-estar. Ainda com vistas ao enunciado em foco, em sua parte mais extensa e menos destacada¹⁶, podemos localizar sequências – como “... um posto Shell é inconfundível...”; “...é uma tranquilidade saber que a Shell está sempre presente...” ; “...uma profunda e justificada sensação de segurança...” – que, além de apontarem para uma grande relevância dada ao cliente, reiteram a idoneidade e confiabilidade da empresa. A Shell, idônea e confiável, seguramente, teria “consciência” da problemática que envolve o trabalho infantil e estaria engajada no seu combate. É, pois, tendo em conta os enunciados que emergiram, no decorrer da história, em torno da exploração laboral da criança e os mecanismos de controle que dizem respeito à sua qualidade de vida e saúde, que nos parece impensável, hodiernamente, a veiculação de um anúncio como esse que acabamos de apreciar, sobretudo por uma empresa como a Shell.

¹⁶ Reproduziremos a seguir a parte do enunciado que, no anúncio, se tornou ilegível em virtude da redução da página original: “Evidentemente não chegamos a tanto... mas, um Posto Shell é inconfundível. Em primeiro lugar você é recebido por gente que entende e gosta do que faz. Por outro lado é uma tranquilidade saber que a Shell está sempre presente, onde quer que você precise dos seus serviços e produtos – da cidade ao campo, da grande rodovia à pequena estrada do interior. Somando tudo isso é que se atinge aquele *algo mais* que a Shell tem para lhe oferecer: uma profunda e justificada sensação de confiança.”

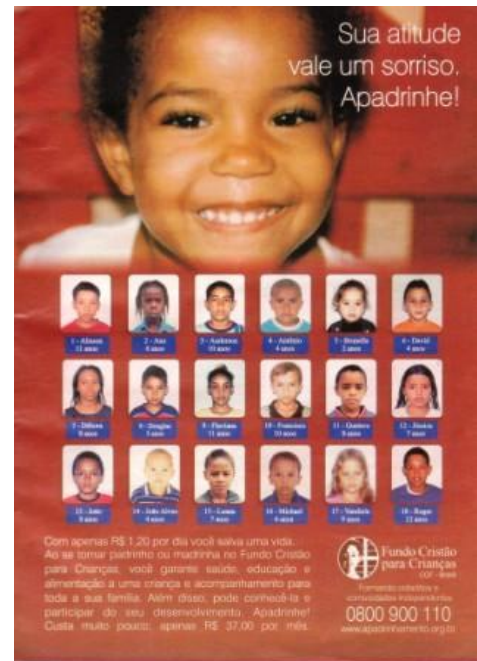
Mas, se por um lado os enunciados que compõem documentos como o ECA inviabilizam a veiculação de um anúncio como o de 1964, eles também abrem novos campos enunciativos que permitem a entrada em cena de outra natureza de publicação. Por meio, sobretudo de alguns segmentos da mídia, a sociedade vem sendo constantemente convocada a aderir, em nome de uma atitude politicamente correta, a campanhas que visem combater situações indesejáveis em relação às minorias que, em nossas reflexões, são, não por acaso, representadas pela criança. Observando esse outro anúncio da *Seleções*, publicado em 2003, que traz uma criança cuja condição sócio-cultural se assemelha àquela que figura o anúncio de 1964, podemos evidenciar o significativo deslocamento sofrido pelos enunciados acerca da criança carente.

Na composição deste anúncio, encomendado por uma entidade não governamental que cuida de crianças carentes, o que vemos é a imagem de uma menina que tem ao lado de si a sequência linguística “Sua atitude vale um sorriso. Apadrinhe!”. Note-se que, abaixo da imagem da criança, há a fotografia de outras dezoito, que, certamente já foram beneficiadas pela solidariedade do interlocutor. Neste anúncio, ao contrário do de 1964, a criança é vista como um ser que precisa ser protegido e ter acesso às condições mínimas necessárias ao bem-estar digno de toda e qualquer criança que, para ser “normalizada” nos termos exigidos pelos mecanismos de controle ora vigentes, depende da solidariedade de outrem. Fazendo uma analogia entre o enunciado que aparece em letras miúdas na parte inferior da página que contém o comercial veiculado em 2003:

Com apenas R\$ 1,20 por dia você salva uma vida. Ao se tornar padrinho ou madrinha no Fundo Cristão para Crianças, você garante saúde, educação e alimentação a uma criança e acompanhamento para toda a sua família. Além disso, pode conhecê-la e participar do seu desenvolvimento. Apadrinhe! Custa muito pouco: apenas R\$ 37,00 por mês (SELEÇÕES, 2003, p. 5).

e o que determina a lei no ECA (1990, p.8), Livro I, Título I, artigo 4º, em relação à criança:

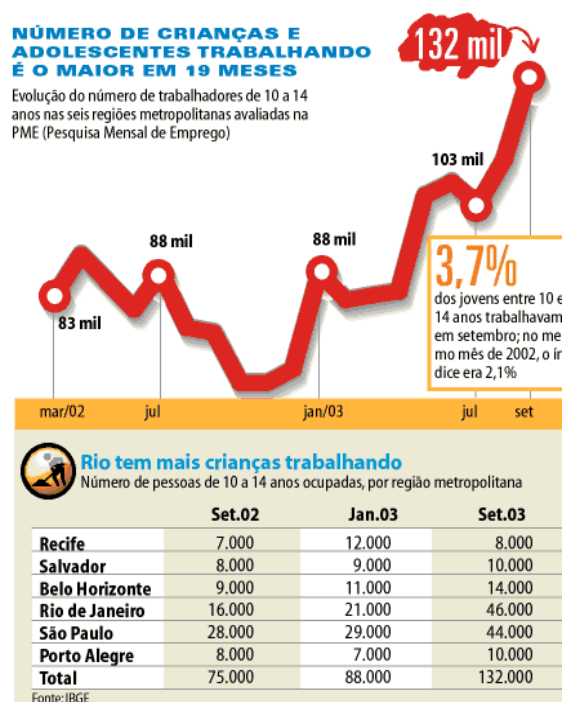
É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária,



é facilmente perceptível que o enunciado do comercial vai ao encontro do que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive ao mencionar o item “profissionalização”, para deixar claro que, caso ao adolescente sejam imprescindíveis situações de trabalho remunerado, que elas sejam regidas pelas regras previstas em lei. Percebemos, assim, que a mídia, apropriando-se de um enunciado preexistente e cuidadosamente escolhido, faz uso de uma linguagem tida como “politicamente correta” para construir de forma irrefutável, também para si, uma postura “politicamente correta” diante da sociedade.

Sem dúvida o movimento “politicamente correto” apresenta-se como uma das formas de ação assumidas pelo biopoder, entretanto, podemos apontar outros mecanismos, próprios dessa modalidade de poder. No que se refere ao trabalho infantil, a evolução da lei se constitui em um sinalizador do controle dos corpos e da regulamentação da população de que nos fala Foucault, porém, mais recentemente, esse problema tem sido acompanhado por um rigor diferenciado. A população de pequenos trabalhadores no Brasil tem sido, sobretudo, a partir da criação da criação do ECA, alvo de diagnósticos que visam mostrar a gravidade desse quadro. Tal quadro é uma preocupação tanto do governo quanto das entidades filantrópicas não governamentais empenhados em minimizar a precariedade social em que vive boa parte da população brasileira, com destaque para as crianças notadamente mais frágeis e vulneráveis que o adulto.

Pensando nos mecanismos de controle e no exercício do biopoder, em relação ao trabalho infantil, adotemos como ilustração o gráfico ao lado¹⁷, publicado pela *Folha Online*, em novembro de 2003. Ele mapeia a situação do trabalhador infanto-juvenil, entre 10 e 14 anos, nas seis principais metrópoles brasileiras e mostra os resultados numéricos também por meio de um gráfico que apresenta com destaque a análise dos números registrados na parte inferior do quadro. Abaixo do gráfico, à direita, podemos verificar dentro de um quadrado, em laranja, contendo percentuais que comprovam o aumento,



¹⁷ Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acesso em 11 mar. 2009.

de 2002 para 2003, do número de crianças que trabalham. A taxa percentual que indica o aumento dos números aparece em letras grandes e em laranja, também visando um maior destaque. A escolha das cores chama a atenção do leitor para determinadas informações que ratificam o aumento do trabalho infantil nas regiões em foco.

Dados estatísticos representados por meio de gráficos, números e taxas percentuais permitem a visualização objetiva e imediata de um determinado problema. Não raro, nos deparamos com enunciados que, como esse, buscam avaliar quantitativa e qualitativamente vários outros fenômenos – como “o nascimento e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade com todas as condições que podem fazê-los variar” – relativos à vida que colocam o homem como o “suporte dos processos biológicos” (FOUCAULT, 1988, p.131). O quadro em questão sistematiza as informações detalhadas em uma reportagem de Ana Paula Grabois, que, baseando-se em resultados de uma pesquisa – a PME (Pesquisa Mensal de Emprego) – realizada pelo IBGE, constata a ascensão do trabalho infantil de 2002 para 2003, reconhecendo o caráter nocivo dessa realidade ao padrão de qualidade de vida e saúde da criança brasileira, bem como a urgência com que tal realidade precisa ser não só controlada como revertida.

Ao percorrer os dois extremos da pirâmide social, tendo em vista seu viés econômico, nosso intento foi fazer uma abordagem o mais representativa da população brasileira como um todo, haja vista a discrepância na distribuição de renda existente em nosso país. Assim, procuramos considerar algumas das diversas possibilidades de ação do biopoder sobre a infância brasileira, observando o modo como os mecanismos de controle se adaptam às peculiaridades de cada segmento que deseja normalizar e quais são os parâmetros utilizados nessa normalização. O trabalho do biopoder se processa, em nossa realidade, a partir de um complexo movimento de articulação entre as partes e o todo, entre o plural e o singular: o conjunto das ações individualizadas formam um todo de ações em que a totalidade da população é afetada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tecermos as reflexões que agora finalizamos, tivemos como fundamento dois elementos: o nosso objeto de análise, a infância e o lugar social ocupado pela criança ao longo da história, e a natureza complexa do referencial teórico adotado, que abrange as relações entre poder, saber, verdade e subjetividade estabelecidas ao longo da história. Sem perdê-los de vista, estivemos, durante a nossa investigação, empenhados em perceber como foram sendo construídos os dizeres capazes de, a partir da chegada da Modernidade, tirar a criança do anonimato que caracterizava sua existência na Idade Média, passando pelo processo de invenção da infância, até situá-la entre os segmentos sociais que mais recebem atenção e cuidados na atualidade. Diante do entendimento de que alguns enunciados são apagados por certos acontecimentos histórico-discursivos, como pudemos perceber em anúncios das décadas de 1950 e 1960, passamos a estudar fontes capazes de subsidiar hipóteses sobre os mecanismos que permitiram a irrupção de tais enunciados e, depois, o seu desaparecimento.

Perseguindo tal intento, e levando em conta que os enunciados motivadores de nossa empresa foram publicados por um segmento da mídia, procuramos selecionar um referencial teórico que, colocado ao lado das ideias de Foucault, nos ajudasse a percorrer o caminho que nos trouxe dos fins da Idade Média até os dias atuais. Esse percurso inscreve-se em transformações histórico-discursivas de cunho político, social e econômico, que desembocaram em significativas alterações na relação cotidiana dos indivíduos, revolucionando sua vida em sociedade. Na medida em que fomos tecendo nossas considerações, sempre com a atenção voltada para a infância e o sujeito criança, percebemos que o desenvolvimento das empresas midiáticas, a mudança das formas de exercício de poder, bem como a invenção da infância – respectivamente, centro das discussões teóricas no primeiro, no segundo e no terceiro capítulo – relacionavam-se a essas transformações e estavam incondicionalmente ligados a um mesmo momento histórico: o advento da Modernidade.

Daí traçarmos um percurso que apresentasse o universo de relações que contribuiu para o aparecimento da mídia, considerando os seus rudimentos e o desenvolvimento de seus aparatos, até chegarmos ao que temos hoje. Atualmente, dispomos de conexões que, de tão globalizadas, nos conectam a qualquer lugar do mundo instantaneamente, e ainda fazem da mídia uma das maiores veiculadoras de efeitos de sentidos, uma das mais fiéis colaboradoras das tecnologias biopolíticas na regulamentação da sociedade de controle. Paralelo a isso, a

nova ordem capitalista que surgiu modificou também a natureza das relações de poder que, por seu turno, passaram a investir na vida do sujeito. Dentro desse espaço temos, como nos mostra Foucault (2002), primeiro a atuação da disciplina na sociedade disciplinar e, posteriormente, da biopolítica, na sociedade de controle. Ambas, disciplina e biopolítica, são tecnologias de que se serviu o biopoder no controle primeiro do corpo e, depois, de toda a população, um “corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável” (FOUCAULT, 2002, p. 292).

Após discutir o pensamento de Foucault sobre as relações entre poder, verdade e subjetividade, delineamos um percurso histórico que nos mostrou como se instituiu o objeto de nossa análise – a infância e os cuidados dispensados à criança – para, então, aplicar a ele as teorias discutidas. Ao problematizar as relações que, atuando sobre a vida e a saúde da criança, envolvem poder, saber, verdade e subjetividade, tivemos o cuidado de considerar as crianças abastadas e as das classes desfavorecidas, para confirmarmos a hipótese de que as tecnologias biopolíticas atuam diferentemente sobre as classes sociais, segundo as peculiaridades e as demandas de cada uma. Em outras palavras, pudemos notar como o biopoder atua em uma população socialmente heterogênea.

Ao que parece, os referenciais teóricos que reunimos, de fato, “conspiraram” a favor da teoria de Foucault e nos ajudaram a chegar a resultados que sinalizam para o fato de que a irrupção ou apagamento de enunciados socialmente produzidos ocorrem dentro de um movimento imposto pela articulação entre discurso e história. Como vimos, é da complexidade das relações estabelecidas entre poder, saber e verdade – lembrando do fundamental papel desempenhado pelas mídias na instauração do regime de verdade de uma época – que os sujeitos retiram subsídios para tomar suas decisões, fazer suas escolhas e produzir sentidos para as suas práticas cotidianas. É necessário considerar que a noção de sujeito não se imbrica à de indivíduo e é por isso que ao longo da existência da humanidade temos um só homem, porém, múltiplos sujeitos que se constroem no decorrer da história. Noutros termos, o que é mutável são as subjetividades, não o indivíduo, e isso vale também para a criança: ela já existia muito antes da invenção da infância, mas esse acontecimento agregou à sua existência novos mecanismos e procedimentos tratados no decorrer de nossa explanação. Com a possibilidade de a infância estar vivendo os seus últimos dias, outros fatores passam a ser considerados no que concerne à existência da criança, outros certamente serão seus modos de subjetivação. A criança sempre atuará no mundo independente de ser insignificante, bem cuidada, “adultizada”, ou assumindo outro tipo de singularidade.

Por último, ao proceder às reflexões contidas neste estudo e ao comentar os impactos, sejam positivos ou negativos, de certos acontecimentos na realidade da população, não nos importou tecer em relação a eles nenhum juízo de valor. Não nos propusemos a avaliar, por exemplo, se as tecnologias biopolíticas de controle ajudam ou prejudicam a população; tampouco, criar em relação a elas algum tipo de resistência. Importou-nos, isso sim, vislumbrar os mecanismos que nos inserem nessas práticas discursivas, e não em outras, bem como entender que não importa onde nos coloquemos, favoráveis ou contra, sempre estaremos assumindo posturas já previstas pela ordem do discurso. Assim, olhar para o sujeito contemporâneo – conhecendo um pouco dos dizeres que foram proferidos a seu respeito historicamente – implica ratificar que o sujeito se constitui na e pela história, história que, vista sob o olhar disperso, heterogêneo e descontínuo de Foucault, preocupa-se não em descrever grandes acontecimentos históricos, mas, pequenas demandas cotidianas que produzem práticas e discursos e que, direta ou indiretamente, também produziram a discussão que desenvolvemos neste estudo.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Carlos Eduardo Rios do. Governo veta projeto capixaba anti-fumo. Disponível em: <<http://jusvi.com>>. Acesso em: 06 mar. 2009.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
- AVRITZER, Leonardo. Apresentação. In: THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. p. 7-8.
- BARROS, Alice Monteiro de. Trabalho do menor. Conceito de criança e adolescente. Efeitos da contratação. Normas de proteção. Limites. Estagiário e aprendiz. Conselhos Tutelares. In: BARROS, Alice Monteiro de. *Curso de direito do trabalho*. 2 ed. São Paulo: LTr, 2006. p.517-551.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8.069/1990. Goiânia, 2005.
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. Governo Federal.
- CHARAUDEAU, Patrick. Introdução. In: _____. *Discurso das Mídias*. Tradução Angela S. M. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006. p. 11-29.
- CORAZZA, Sandra Mara. *História da infância sem fim*. 2 ed. Injuí, 2004. (Coleção fronteiras da educação).
- DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo? In: _____. *O mistério de Ariana*. Tradução Edmundo Cordeiro. 2.ed. Lisboa: Passagens, 2005. p. 83-96.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador: Formação do Estado e Civilização*. Tradução Ruy Jungmann. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993. 2v.
- _____. *O Processo Civilizador: Uma história dos Costumes*. Tradução Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994. 1v.
- FONSECA, Márcio Alves da. *Michel Foucault e a constituição do sujeito*. São Paulo: Educ, 2003.
- FLORENSE, Maurice. Foucault. In: FOUCAULT, Michel: *Ética, Sexualidade, Política*. Tradução Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 234-239. (Ditos e escritos,V)
- FOUCAULT, Michel. O Sujeito e o Poder. In: RABINOW, R., DREYFUS, H. *Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

_____. Aula de 17 de março de 1976. In: _____. *Em Defesa da Sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2002. p. 285-315.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Tradução Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. (Ditos e escritos; IV).

_____. *Ética, Sexualidade, Política*. Tradução Elisa Monteiro; Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004b. (Ditos e escritos,V)

_____. *A ordem do discurso*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 12. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005a.

_____. Conferência I. In: _____. *A verdade e as formas jurídicas*. Tradução Roberto Cabral de Melo Machado; Eduardo Jardim Moraes. 3. ed. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2005b. p. 7-28.

_____. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque; J. A. Guilhon Albuquerque. 18. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007a.

_____. *A arqueologia do saber*. Tradução Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007b. p. 21-86.

_____. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FUMO passivo: criança é a principal vítima. Disponível em: <<http://www.tubarao.sc.gov.br>>. Acesso em: 06 fev. 2009.

GADET, Fraçoise; PÊCHEUX, Michel. A formação das línguas nacionais. In: GADET, Fraçoise; PÊCHEUX, Michel. *A língua inatingível: o discurso na história da lingüística*. Tradução. Bethania Mariani e Maria Elizabeth Chaves de Melo. Campinas: Pontes, 2004. p. 35-39.

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós*. Tradução Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *As conseqüências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

GRABOIS, Ana Paula. Trabalho infantil cresce 50% na gestão Lula. Disponível em: <<http://www.folha.com.br>>. Acesso em 03 mar. 2009.

GREGOLIN, Maria do Rosário Gregolin. O acontecimento discursivo na mídia: metáfora de uma breve história do tempo. In: GREGOLIN, Maria do Rosário Gregolin (Org.). *Discurso e mídia: a cultura do espetáculo*. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 95-110.

_____. Formação discursiva, redes de memória e trajetórias sociais de sentido: mídia e produção de identidades. In: BARONAS, Roberto Leiser (Org.). *Análise do Discurso:*

apontamentos para a história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007. p. 155-168.

GUILHAUMOU, J. ; MALDIDIER, D. Efeitos do arquivo. A Análise do Discurso no lado da história. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.) [et all.]. Tradução Bethania S. C. Mariani [et all.] *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

HARDT, Michael ; NEGRI, Antonio. Produção biopolítica. In:_____. *Império*. Tradução Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Editora Record 2001. p.41-60.

LAJONQUIÈRE, Leandro de. O Debate Sobre o Fim da Infância e a Psicanálise: da Pedagogia Moderninha à Renúncia Educativa. In: GALLO, Silvio; SOUZA, Regina Maria de. (Orgs.). *Educação do Preconceito: ensaios sobre poder e resistência*. Campinas: Editora Alínea, 2004, p.165-177.

LE BRETON, David. A manufatura de crianças. In: _____. *Adeus ao corpo: antropologia e sociedade*. Tradução Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 2003. p. 67-99.

LEITE, Pedro Dias. Amplo estudo publicado no Reino Unido mapeia as ameaças à infância, do consumismo e relações familiares ao cyberbullying. *Pais e filhos*. Folha de S. Paulo, São Paulo, s/p, 22 mar. 2009.

LORENZI, Gisella Werneck. Uma Breve História dos Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br>>. Acesso em 23 mar. 2009.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009. p. VII-XXIII.

MINHARRO, Erotilde Ribeiro dos Santos. Histórico sobre o trabalho infanto-juvenil. In: MINHARRO, Erotilde Ribeiro dos Santos. *A criança e o adolescente no direito do trabalho*. São Paulo: LTr, 2003. p.15-28.

PELBART, Peter Pál. Bipolítica. In_____. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras. p. 55-59.

POSSENTI, Sírio. *Os limites do discurso: ensaios sobre discurso e sujeito*. Curitiba: Criar Edições, 2002.

REVEL, Judith. Nas origens do biopolítico: de *Vigiar e punir* ao pensamento da atualidade. In: GONDRA, José; KOHAN, Walter Omar (Orgs). *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 51-62.

Revista Seleções. Rio de Janeiro. Abril de 1964.

_____. Rio de Janeiro. Agosto de 2003.

ROUDINESCO, Elisabeth. Deus Pai. In: ROUDINESCO, Elisabeth. *A Família em Desordem*. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003. p. 13-34.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi. Transformações do corpo: controle de si e uso dos prazeres. In: RAGO, Margaret; ORLANDI, Luiz B. Lacerda; VEIGA-NETO, Alfredo (Orgs). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p. 99-110.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. A descontinuidade da História: a emergência dos sujeitos no arquivo. In: SARGENTINI, Vanice; NAVARRO-BARBOSA, Pedro. (Orgs). *M. Foucault e os domínios da linguagem: discurso, poder, subjetividade*. São Carlos: Claraluz, 2004. p. 77-96.

STEINBERGER, Margarethe B. *Discursos geopolíticos da mídia: jornalismo e imaginário internacional na América Latina*. São Paulo: EDUC; Fanesp; Cortez, 2005. p. 153-182.

THOMPSON, John B. *A Mídia e a Modernidade: uma teoria social da mídia*. Tradução Wagner de Oliveira Brandão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

UNESCO, Kit Família Brasileira Fortalecida.

URBIM, Emiliano. O fim da infância. Super Interessante. São Paulo, agosto de 2009, Cultura, p. 64-69.